

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Florianópolis, Outubro de 2022

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	7
2. HISTÓRICO DO CURSO	8
2.1 Antecedentes históricos e o contexto da UDESC/ESAG:	8
2.2. O curso de bacharelado em Administração Pública da UDESC/ESAG	9
2.3. Relação entre a graduação e a pós-graduação	20
2.4. Atos legais de alterações curriculares ao longo do Curso	25
3. OBJETIVOS DO CURSO	27
3.1 Objetivo geral	27
3.2 Objetivos específicos	27
3.3 Vocação do curso	28
4. PERFIL DO ÂMBITO PROFISSIONAL	29
4.1. Perfil do Egresso	29
4.2. Descrição do Âmbito de Atuação do Egresso	30
5. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO	32
5.1 Articulação com as DCNs	32
6. DURAÇÃO DO CURSO E PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	34
7. PROPOSTA PEDAGÓGICA	35
8. ESTRUTURA CURRICULAR	38
8.1. Matriz Curricular Vigente	38
8.2. Matriz Curricular Proposta	47
8.2.2. Ementas e bibliografias das disciplinas do currículo proposto	55
8.2.3. Quadro de Equivalência	81
8.3. Proposta de Transição Curricular	89
8.4. Descrição dos enfoques	92
8.4.1. Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC's no processo ensino – aprendizagem	92
8.4.3. As Disciplinas EaD	102
8.5. Estágio Curricular Supervisionado	106
8.6. Trabalho de Conclusão de Curso	107
8.7. Atividades Complementares	108
8.8. Creditação da Extensão	109
9. AVALIAÇÃO DO APROVEITAMENTO ESCOLAR	114
10. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS FRENTE À AUTOAVALIAÇÃO DO	

CURSO	117
11. CORPO DOCENTE DO CURSO	120
11.1. Identificação dos docentes do curso, situação funcional, regime de trabalho e titulação	120
12. RECURSOS NECESSÁRIOS	
12.1. Humanos	122
12.1.1. Identificação dos docentes a contratar por disciplina	122
12.1.2. Relação dos técnicos universitários a contratar	122
12.2. Material	Erro! Indicador não definido.
13. ACERVO	123
14. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	124
15. REFERÊNCIAS	125
APÊNDICE 1: PLANEJAMENTO DA ALOCAÇÃO DOCENTE NOS 5 PRIMEIROS ANOS DE IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO 2023	128
ANEXO 1 – AS DCNs DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – BACHARELADO	148

APRESENTAÇÃO

Em abril de 2022, a Chefe do Departamento de Administração Pública Janice Mileni Bogo designa a Comissão específica para elaboração desta Reforma Curricular, composto pela professora Janice Mileni Bogo como Presidente e como Membros os professores e professoras do Departamento de Administração Pública: Aline Regina dos Santos, Daniel Moraes Pinheiro, Denise Pinheiro, Denilson Sell, Karin Vieira da Silva, Ivoneti da Silva Ramos, Sullivan Desireé Fischer, Valério Alécio Turnes, o diretor de ensino da UDESC ESAG Julíbio David Ardigo, a diretora de extensão Patrícia Vendramini, o servidor técnico Bruno César Antunes e os acadêmicos Ana Luísa Duarte, Cauê Moraes Lopes e Guilherme Luiz Weiler.

A comissão da Reforma teve como principal objetivo analisar o currículo 2020 e apresentar uma proposta de reforma curricular que incorporasse os novos desafios da curricularização da extensão, além de refletir sobre o curso de forma ampla.

Anteriormente, o departamento de Administração Pública da UDESC/ESAG empreendeu uma reforma abrangente do Projeto Pedagógico do Curso de bacharelado em Administração Pública que culminou no currículo válido desde 2020. Neste sentido, não houve necessidade de alterações significativas nos aspectos estratégicos do curso nem da estrutura curricular. A reforma anterior buscou atender aos fatores a seguir que continuam válidos para esta nova atualização do Projeto Pedagógico:

- A Emergência de novas temáticas relativas à Gestão Pública, Política e Políticas Públicas, Inovação no Serviço Público e Governança Pública tornaram alguns conteúdos do curso defasados, bem como o surgimento de novas abordagens, estratégias pedagógicas, ferramentas e métodos;
- O âmbito da atuação profissional Administrador Público, bem como de tantas outras profissões, tem sofrido mudanças estruturais com o advento de novas tecnologias sociais e técnicas, transformação digital, e exigência de novas habilidades e competências;
- As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) próprias para os cursos de bacharelado em Administração Pública foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2014, o que provocou uma necessidade de alinhamento com estas;
- Uma série de resoluções dos Conselhos Universitários (CONSEPE, CONSAD, CONSUNI) referentes à reforma curricular, atividades complementares, estágios,

validação de disciplinas, carga horária mínima dos cursos de graduação, disciplinas eletivas, avaliação de ensino e aprendizagem dentre outras, foram aprovadas e implementadas entre 2007 e 2022, as quais ensejaram o alinhamento com os novos parâmetros institucionais.

A estas adiciona-se:

- A necessidade de integrar a extensão nos Projetos Pedagógicos de todos os cursos de graduação da UDESC considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no art. 207 da Constituição Federal de 1988, e ainda, de acordo com a Resolução CEG 07/2022:
 - o Plano Nacional de Extensão Universitária, instituído pelo FORPROEX, datado de maio de 1998;
 - a Política Nacional de Extensão Universitária, instituída pelo FORPROEX, datada de maio de 2012;
 - a Resolução nº 015/2019 - CONSUNI, de 23 de abril de 2019, que institui e regulamenta a Política de Extensão Universitária da UDESC;
 - a definição da extensão no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES como dimensão pedagógica essencial à formação superior, ao exercício e aprimoramento profissional (...).

Na presente proposta foram atualizados diversos elementos do PPC considerando as novas legislações pertinentes e as Resoluções internas da UDESC sobre Atividades Complementares, Curricularização da Extensão e Reforma e Ajuste Curricular nos Cursos de Graduação da UDESC. Foram incorporadas as estratégias para curricularização da extensão e outros itens que ou não constavam na Resolução vigente sobre ajuste e reforma curricular, durante a elaboração do currículo 2020, ou a orientação era diferente. Ainda sobre a curricularização da extensão se optou por Disciplinas Mistas e Unidades Curriculares de Extensão Vinculadas, o que implicou na reorganização das disciplinas oferecidas nas fases da 5ª até a 8ª do curso de bacharelado em Administração Pública.

Com a redução dos limites de carga horária dedicados às Atividades Complementares, adicionou-se a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso a ser cursada concomitantemente com a de Estágio Curricular Supervisionado I na 7ª fase. Uma revisão geral foi empreendida renovando e incrementando aspectos importantes do PPC como as disciplinas oferecidas na modalidade a distância e o uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem.

Esta proposta de PPC não altera a carga horária total do curso e período de integralização, nem a previsão imediata de recursos necessários (humanos, instalações físicas, materiais, laboratórios etc.), que já são suficientemente contemplados com a estrutura disponível.

Para a composição final desta proposta de Reforma de PPC foram realizadas diversas reuniões de trabalho da comissão designada, envolvimento do Núcleo Docente Estruturante, do Pleno do Departamento de Administração Pública e o convite à participação dos representantes discentes, além de consultas com servidores da Secretaria Acadêmica e da Direção de Extensão e de Ensino da UDESC/ESAG, trocas com coordenadores dos outros cursos da ESAG, de outros centros da UDESC e do curso de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, além de consultas com técnicos e professores alocados na Pró-Reitoria de Ensino (PROEN). Portanto, a atual proposta de Projeto Pedagógico do Curso é fruto de análise, debate, observação e decisões conjuntas. É intenção permanecer no espírito cooperativo e de participação, tão peculiares à comunidade acadêmica de Administração Pública, reavaliando este PPC periodicamente buscando incorporar aprendizados das experiências com a curricularização da extensão, bem do uso das TICs e as inovações permanentes do Campo de Públicas.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome	Bacharelado em Administração Pública
Ato de autorização	Resolução Nº 001/2004 - CONSUNI
Ato de reconhecimento	Decreto Estadual Nº 1.694, de 18/09/2008, publicado no Diário Oficial do Estado SC em 18/09/2008
Ato de renovação de reconhecimento	Decreto Estadual nº 854, de 23/09/2020
Título concedido (atual e proposto, se for o caso)	Bacharel em Administração Pública
Início de funcionamento do curso	02/08/2004
Ano e semestre de implantação da reforma curricular (previsão)	2023.2
Número de vagas por semestre (atual e proposta)	80
Número de fases¹ (atual e proposta)	8
Carga horária total (atual e proposta)	3.600 horas
Período de Integralização (mínimo e máximo)	Mínimo 4 anos (8 semestres) e máximo 7 anos (14 semestres)
Turno de oferta	Matutino e Noturno
Local de funcionamento (endereço completo e telefone)	Av. Madre Benvenuta, 2037, Itacorubi, Florianópolis/SC – CEP 88.035-001 – Telefone (48) 3664-8231
Currículo atual	Resolução 13/2020 - CEG

¹ Ao longo do texto haverá referências a “fases” e “termos”, que são conceitos equivalentes, sendo “fases” utilizados nas regulamentações da UDESC e “termos” utilizados tradicionalmente na ESAG.

2. HISTÓRICO DO CURSO

2.1 Antecedentes históricos e o contexto da UDESC/ESAG:

Para melhor expressar os fundamentos que deram origem ao curso, convém apresentar, ainda que brevemente, a criação da Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG), primeira instituição estadual de ensino superior de gestão de Santa Catarina. Criada em 1964, para formar e qualificar profissionais/gestores em nível estratégico para o desenvolvimento da gestão pública e privada no estado, tinha como finalidade na sua origem:

1. Criar e manter uma Escola Superior de Administração e Gerência destinada a formar, em nível superior administradores para o desempenho de atividades no setor público e privado;
2. Promover cursos de formação, treinamento e especialização para graduados ou não;
3. Promover ou patrocinar estudos e pesquisas relacionados com o desenvolvimento econômico e o progresso social de Santa Catarina;
4. Promover cursos de pós-graduação abertos aos graduados em – administração, economia, direito, engenharia, serviço social e ciências sociais e políticas. (QUERINO, 2012, p. 56).

Como pode ser observado, dentre os propósitos da ESAG, desde sua criação está a formação em nível superior de administradores para o setor público. Desta feita, o currículo de graduação foi dividido em ciclo básico e profissional e conferia grau de bacharel em duas modalidades: Administração Pública e Administração de Empresa.

Em 1966, mudanças em âmbito nacional exigiram a implantação de currículo mínimo e por consequência, adaptações na matriz curricular do curso. Tal reforma, realizada somente em 1980, integrou as modalidades e com isso, o título conferido passou a ser único, bacharel em Administração.

Em 1986, realizou-se uma nova reforma curricular e passou-se a adotar a denominação do curso de graduação em Administração Pública e Privada, com o objetivo de conhecer e aprofundar a reflexão e o entendimento sobre a teoria e a prática administrativa, além de preparar o administrador para exercer suas funções tanto no âmbito público quanto no privado (QUERINO, 2012). Essa alteração buscou resgatar a finalidade da criação da ESAG, fundamentada no desenvolvimento econômico e social do estado, para atender às necessidades e aspirações da comunidade catarinense.

As décadas de 1980 e 1990 foram acompanhadas de mobilizações em nível nacional, privilegiando a avaliação da política de educação. As IES buscaram adequar-se a esse movimento, e a ESAG desenvolveu o plano quadrienal 1987-1990, com o intuito de repensar as ações de ensino, pesquisa e extensão e fortalecer o lema institucional do Centro, qual seja: Empresa - Escola – Comunidade.

Em 1995, foram implementadas as alterações curriculares para o curso de graduação em Administração. Como consequência, a formação passa a estar orientada para formar administradores de empresas. O curso de Administração passou a privilegiar conteúdos de formação empresarial em detrimento de conteúdos ligados à Administração Pública, que passaram a ser tratadas apenas indiretamente.

Em 2003, a UDESC reconhecendo seu papel estratégico na formação de profissionais para o desenvolvimento do estado e, tendo em vista as mudanças no mercado de trabalho no cenário nacional e catarinense, iniciou um ciclo de expansão político-institucional. A ESAG, na mesma direção, buscando ampliar sua representatividade como Centro e atender a demandas por novos profissionais, efetuou o alargamento de suas atividades por meio da criação de novos cursos (Administração de Serviços Públicos – 2004 e Ciências Econômicas – 2008).

A partir dessa janela de oportunidade no espaço institucional, além da mobilização nacional em busca de solução para os problemas públicos, foi criado o curso de Administração de Serviços Públicos na ESAG, posteriormente transformado em Administração Pública.

2.2. O curso de bacharelado em Administração Pública da UDESC/ESAG

O curso de Administração Pública da ESAG/UDESC, inicialmente denominado Administração de Serviços Públicos, foi aprovado pela Resolução nº 001/2004 - CONSUNI, de 25 de março de 2004. Iniciou as atividades em 02 de agosto de 2004, com duas turmas, uma em Florianópolis e outra em Balneário Camboriú – fora de sede, ambas no período matutino.

O objetivo do curso de acordo com seu PPC original de 2004 era o de habilitar profissionais para a coprodução de serviços públicos e a gestão de seus sistemas, sejam eles, órgãos públicos, organizações do terceiro setor, empresas privadas que estivessem comprometidas com ações de responsabilidade social e o bem comum (ESAG, 2004). O

egresso do curso deveria ser capaz de equalizar os interesses da sociedade e a oferta de serviços públicos, preferencialmente coproduzidos, com organizações públicas, empresas privadas e organizações do terceiro setor.

Na proposta pedagógica do curso se propôs formar profissionais orientados a concepção do modelo de administração do Novo Serviço Público. A base epistemológica previa significativa carga horária para a área das humanidades, colocando em destaque o interesse público e os direitos sociais. A primeira matriz curricular do curso de Administração de Serviços Públicos (2004), contemplou formação básica, profissional e complementar, conforme detalhado no Quadro 1.

Quadro 1 – Primeira Matriz Curricular do Curso Administração de Serviços Públicos (2004)

Formação básica	Formação Profissionalizante	Formação Complementar
<ul style="list-style-type: none"> • Ciência Política e Administração do Estado • Comportamento Humano e Organizacional • Comunicação nas Relações Humanas • Contabilidade Pública • Direito Administrativo • Economia • Ética na Administração Pública • Filosofia • Metodologia Científica • Psicologia • Sociologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Administração Patrimonial e de Materiais • Administração de Recursos Humanos • Administração de Serviços • Administração Estratégica • Finanças Públicas • Logística • Marketing Social • Orçamento Público • Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual • Sistemas de Informações Gerenciais • Teoria Geral de Administração Pública 	<ul style="list-style-type: none"> • Administração da Justiça Comunitária • Articulação do Capital Social via Políticas Públicas • Avaliação de Serviços Públicos • Captação de Recursos • Cidadania, Desenvolvimento Comunitário e Poder Local • CoProdução em Redes de Serviços Públicos • Desenvolvimento Sustentável e Regionalidade • Economia Social e Novas Formas Associativas • Elaboração e Avaliação de Projetos Sociais • Estudos sobre a Realidade Catarinense • Gestão de Organizações do Terceiro Setor • Gestão de Serviços Sociais • Legislação do Terceiro Setor e de Proteção Social • Metodologias de Planejamento Participativo • Responsabilidade Social Corporativa • Tecnologia Apropriada

Continua...

Estudos quantitativos e tecnologias	Disciplinas de tópicos especiais e atividades complementares	Estágio e trabalho de conclusão de curso
<ul style="list-style-type: none"> • Estatística • Jogos de Serviço Público • Matemática • Métodos Quantitativos • Métodos e Técnicas de Pesquisa Social • Pesquisa Operacional • Tecnologia de Informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades complementares • Tópicos especiais em administração de serviços públicos (Direito Tributário, entre outros) 	<ul style="list-style-type: none"> • Estágio Supervisionado I e II • Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) • Ao concluir a primeira etapa do estágio, o aluno elabora relatório escrito, ponto de partida para a segunda etapa. • Ao concluir a segunda etapa, submete a seu orientador o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), elaborado em conformidade com os demais critérios estabelecidos para o Estágio Supervisionado.

Fonte: ESAG, 2004.

Em 2005, percebeu-se a necessidade de uma reforma para concentrar temas dispersos na matriz curricular, diante da dificuldade de encontrar professores preparados para ministrar conteúdos específicos (SALM, et.at.,2011).

Em 28 de março de 2005 a Resolução 002/05 – CONSUNI aprovou o Projeto de Alteração Curricular do Curso de Graduação em Administração de Serviços Públicos e as alterações do 7º e 8º termos foram aprovadas pelo CONCENTRO e encaminhados à PROEN. Com a publicação de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Administração em 2005, houve necessidade de adequação do nome do curso. A partir de 2007/2, com a implantação do projeto pedagógico, o curso passou a denominar-se Curso de Graduação em Administração Pública para os ingressos a partir do segundo semestre de 2007. Esta nova grade está exposta no Quadro 2:

Quadro 2 – Segunda Matriz Curricular do Curso Administração de Serviços Públicos (2005 - 2007)

Formação básica	Formação Profissionalizante	Formação Complementar
<ul style="list-style-type: none"> • Ciência Política e Organização do Estado • Contabilidade Pública • Direito Administrativo • Filosofia • Fundamentos de Economia • Psicologia • Sociologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Administração de Recursos Humanos em Administração Pública • Administração Municipal • Administração de Serviços Públicos I e II • Comunicação e Negociação nos Serviços Públicos • Estratégia em Organizações Públicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadania, Desenvolvimento Comunitário e Poder Local • CoProdução de Serviços Públicos I e II • Desenvolvimento de Lideranças • Desenvolvimento de Projetos Públicos • Desenvolvimento Sustentável e Territorialidade

Continua....

Formação básica	Formação Profissionalizante	Formação Complementar
-	<ul style="list-style-type: none"> • Ética na Administração Pública • Finanças Públicas • Gestão de Espaços Urbanos • Licitações e Logística na Administração Pública • Marketing de Serviços Públicos • Metodologia Científica em estudos de Administração Pública • Orçamento Público • Pesquisa Social • Sistemas de Informações Gerenciais • Teoria e Prática de Administração dos Serviços Públicos • Teorias de Administração Pública 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos sobre a Realidade Catarinense • Gestão de Contratos e de Prestação de Serviços Públicos • Gestão de Organizações do Terceiro Setor • Legislação do Terceiro setor e de proteção social • Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos • Metodologias de Planejamento Participativo • Plataformas de Sistemas para Governo: o Estado Virtual • Políticas Públicas • Responsabilidade Social Corporativa • Relações Intergovernamentais • Sistemas de Accountability
Estudos quantitativos e tecnologias	Disciplinas de tópicos especiais e atividades complementares	Estágio e trabalho de conclusão de curso
<ul style="list-style-type: none"> • Estatística • Matemática • Tecnologia de Informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades Complementares I e II • Tópicos especiais em Administração de Serviços Públicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Seminário de Estágio • Estágio Supervisionado I e II • Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) O Estágio supervisionado I é realizado no 6º termo e o II no 7º termo. O Seminário de Estágio é uma disciplina sem ementa e sem conteúdos pré-definidos, abordando assuntos atuais de interesse da Administração de Serviços Públicos sobretudo em relação à elaboração do TCC.

Fonte: Projeto político-pedagógico do Curso de Administração de Serviços Públicos (DAP, 2005).

Aconteceram também outras alterações decorrentes de políticas e regulamentações da própria UDESC, que adotou a reformulação de 15 para 18 horas/aula por crédito, e da Direção da ESAG que determinou que 30% das disciplinas oferecidas fossem comuns a todos os cursos do Centro. A nova matriz curricular, aprovada em 2007, é exposta no Quadro 3:

Quadro 3 – Terceira Matriz Curricular do Curso Administração de Serviços Públicos (2008)

Formação básica	Formação Profissionalizante	Formação Complementar
<ul style="list-style-type: none"> • Antropologia Política • Contabilidade Pública • Direito Administrativo • Ética na Administração Pública • Filosofia • Fundamentos de Ciência Política • Instituições de Direito Público e Privado • Metodologia Científica e da Pesquisa • Psicologia • Sociologia • Teoria Econômica I • Teoria Econômica II 	<ul style="list-style-type: none"> • Administração de Materiais, Patrimônio e Logística na Administração Pública • Administração de Recursos Humanos • Administração Municipal • Administração Pública e Sociedade • Administração Pública I • Administração Pública II • Administração Pública III • Coprodução dos Serviços Públicos • Finanças Públicas • Gestão de Espaços Urbanos • Licitações e Contratos de Prestação de Serviços Públicos • Marketing de Serviços Públicos • Orçamento Público • Organização, Sistemas e Métodos • Planejamento Público • Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual • Teoria e Prática de Administração dos Serviços Públicos • Teoria Geral da Administração Pública 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Comunitário e Poder Local • Desenvolvimento de Lideranças • Desenvolvimento de Projetos Públicos • Desenvolvimento Sustentável e Territorialidade • Gestão da Responsabilidade socioambiental • Gestão de Organizações do Terceiro Setor • Medicação e Negociação no Setor Público • Metodologias de Avaliação dos Serviços Públicos • Políticas Públicas • Relações Intergovernamentais • Sistemas de Accountability
Estudos quantitativos e tecnologias	Disciplinas de tópicos especiais e atividades complementares	Estágio e trabalho de conclusão de curso
<ul style="list-style-type: none"> • Métodos Estatísticos • Gestão de Sistemas da Informação • Matemática • Tecnologia Básica da Informação e da Comunicação aplicada à Administração (EaD) 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades Complementares 	<ul style="list-style-type: none"> • Estágio Supervisionado I e II

Fonte: Projeto político-pedagógico do Curso de Administração Pública (DAP, 2007).

No ano de 2010, por meio da Resolução nº 053/2010-CONSUNI, o curso fora de sede ofertado pela ESAG na cidade de Balneário Camboriú encerrou as vagas no vestibular, em função da criação do Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí (CESFI/UDESC), bem como ampliou, em 10 (dez), o número de vagas do curso de Administração Pública da ESAG em Florianópolis.

Ao longo da execução do curso, foram realizados ajustes curriculares para acondicionar as necessidades de cada época. Um resumo dos ajustes realizados em 2011, 2012 e 2017 encontra-se a seguir.

Em 2011, pela Resolução Nº 026/2011–CONSEPE, foi aprovada, nos termos constantes do Processo nº 13261/2011, a alteração do Quadro de Equivalência de Disciplinas, constante da Resolução nº 097/2007 – CONSUNI, com a inclusão de equivalência entre as disciplinas descritas no Quadro 4:

Quadro 4 – Inclusão de equivalência na Matriz Curricular do Curso Administração Pública de 2007

Disciplina	Termo	Créditos	Disciplina	Termo	Créditos
Ciência Política e Organização do Estado	2	4	Fundamentos de Ciência Política	2	2
Estudos sobre a Realidade Catarinense	2	4	Teoria Econômica I	2	4
Legislação do Terceiro Setor e Proteção Social	3	4	Instituições de Direito Público e Privado	1	4
Metodologias de Planejamento Participativo	5	4	Administração Pública II	5	4
Pesquisa Social	6	4	Administração Pública III	6	4

Fonte: ESAG (2011)

Em razão da inclusão das equivalências acima, o Quadro de Equivalência de Disciplinas do Curso de Graduação em Administração Pública passa a vigorar na forma do Anexo Único da Resolução Nº 026/2011–CONSEPE.

Em 2012, por meio da Resolução Nº 020/2012, foi realizada alteração no estágio obrigatório do curso. Duas alterações foram realizadas, conforme incisos I e II do Artigo 1º, transcrito abaixo:

- I - A disciplina Estágio Curricular Supervisionado I, do 7º termo, passa a ter o seguinte pré-requisito: “Ter cursado 116 créditos com aproveitamento, afora os créditos de Atividades Complementares”;
- II - A disciplina Estágio Curricular Supervisionado II, do 8º termo, passa a ter como pré-requisito a disciplina Estágio Curricular Supervisionado I.

A íntegra da Resolução Nº 020/2012 - CONSEPE pode ser conferida na Secretaria dos Conselhos da UDESC.

Em 2013, a Resolução nº 072/2013-CONSUNI amplia, de 50 (cinquenta) para 80 (oitenta), o número de vagas semestrais, com a oferta do curso nos períodos matutino e noturno, ambos em Florianópolis. O curso de Administração Pública noturno é regido pelo mesmo Projeto Pedagógico do Curso matutino.

No ano de 2014, as Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de bacharelado em Administração Pública são aprovadas no Conselho Nacional de Educação, sob resolução 1/2014. Esta foi uma vitória de um movimento nacional do Campo de Públicas, que envolveu cursos de Administração Pública, Gestão Pública, Gestão Social, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas, Ciências do Estado. A partir de então, a necessidade de reforma curricular do Curso de bacharelado em Administração Pública da UDESC/ESAG ficou ainda mais latente, vista o imperativo de adequação.

Em 2017, tendo em vista o cenário de crescente oportunidades na área de mobilidade acadêmica, e em consonância com a legislação de Estágios, o Colegiado Pleno decidiu flexibilizar o currículo para que o acadêmico pudesse cursar Estágio Curricular Supervisionado I e II em semestres distintos ou concomitantemente, exigindo-se, para matrícula, que o acadêmico tivesse cursado um total igual ou superior a 116 créditos com aproveitamento, desconsiderando-se nessa somatória as Atividades Complementares (Quadro 5).

Deste modo, pela Resolução Nº 040/2017–CONSEPE, tem-se que:

- I - O Estágio Curricular Supervisionado I e II será realizado entre o 7º e 8º Termos, podendo ser cursado em semestres distintos ou concomitantemente, exigindo-se, para matrícula, que o acadêmico tenha cursado um total igual ou superior a 116 créditos com aproveitamento, desconsiderando-se nessa somatória as Atividades Complementares;
- II - Os 7º e 8º Termos da matriz curricular do Curso de Administração Pública, do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina –UDESC, passam a vigorar com a seguinte forma:

Quadro 5 – Ajuste curricular em Estágio Curricular Supervisionado na Matriz Curricular do Curso Administração Pública.

7º termo	Créditos	C/H	Pré-Requisito
Ética na Administração Pública	2		
Desenvolvimento de Projetos Públicos	4		
Desenvolvimento Comunitário e Poder Local	2		
Administração Municipal	4		
Marketing de Serviços Públicos	4		
Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual	4		
Estágio Curricular Supervisionado I	10		Ter cursado um total igual ou superior a 116 créditos com aproveitamento, desconsiderando nessa somatória as Atividades Complementares
Total	30	540	

8º termo	Créditos	C/H	Pré-Requisito
Sistemas de Accountability	2		
Relações Intergovernamentais	4		
Teoria e Prática de Administração de Serviços Públicos	4		
Desenvolvimento de Lideranças	2		
Gestão de Espaços Urbanos	4		
Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos	4		
Estágio Curricular Supervisionado II	10		Ter cursado um total igual ou superior a 116 créditos com aproveitamento, desconsiderando nessa somatória as Atividades Complementares
Total	30	540	

Fonte: ESAG (2017)

Em 2020, após alguns anos de pesquisa, reflexões e debate sobre um novo PPC para o curso de bacharelado em Administração Pública, foi implantado um novo currículo incorporando as DCNs do Campo de Públicas, considerando a emergência de novas temáticas e mudanças no âmbito da atuação do profissional da Administração Pública, além do alinhamento com os novos parâmetros institucionais definidos pelas Resoluções da UDESC. Para esta reforma foram realizadas mais de 20 reuniões de trabalho, duas audiências gerais com os acadêmicos no Auditório da ESAG, uma reunião ampliada com a participação dos professores e técnicos do DAP na ACATE, três reuniões do Núcleo Docente Estruturante, quatro reuniões com a Direção de Ensino da ESAG e duas reuniões de verificação com técnicos da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN).

A matriz curricular proposta no currículo 2020, em termos de disciplinas, foi pouco alterada para o PPC de 2023. As disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I e II foram modificadas para Estágio Curricular Supervisionado I e II, continuando nas 7ª e 8ª fases, respectivamente. As ementas tanto destas duas últimas disciplinas, quanto das demais, foram revisadas e atualizadas, quando necessário, assim como as bibliografias básicas e complementares. Houve a inclusão da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, oferecida na 7ª fase junto com a de Estágio Curricular Supervisionado I, as duas disciplinas são co-requisitos. Mesmo com a incorporação das Unidades Curriculares de Extensão, não houve aumento da carga horária total, pois com a redução dos créditos em Atividades Complementares, houve espaço para estas adições. O percentual de disciplinas oferecidas na modalidade a distância foi levemente ampliado. A disposição das disciplinas originais nas oito fases do curso não foi modificada. Como se observa mais adiante as mudanças mais significativas se concentram na incorporação da extensão em disciplinas mistas e em Unidades Curriculares de Extensão. Há também maior estímulo à ampliação do uso das TICs.

Além da curricularização da extensão, dentre as **justificativas para a reforma curricular** está o amadurecimento do Campo de Públicas (CP) em todo o território nacional, tendo em vista o aprimoramento da gestão pública e da gestão do interesse público por meio, inclusive, da coprodução do bem público. Em 2022 o Campo de Públicas completa 12 anos no Brasil. A Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 13 de janeiro de 2014, a Câmara de Educação Superior (CES) é um marco nesta história e estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de Administração Pública. Em seu artigo 1º. define que “compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas”.

O CP é amplo e circula por várias áreas de conhecimento como da Ciência Política, Economia, Planejamento Urbano, Sociologia, Direito e Administração e sua amplitude, de acordo com Coelho et al (2020, pg, 490)

“elucida como a educação superior nacional respondeu às transformações do Estado e da administração pública no Brasil a partir dos desdobramentos da Constituição de 1988, da Reforma do Aparelho do Estado da década de 1990 e da ampliação do rol de políticas públicas nos anos 2000. Ademais, a complexificação dos papéis do setor público – nos três Poderes e em suas múltiplas organizações –, assim como a miríade de arranjos do Estado-rede com as organizações da sociedade civil e com o mercado privado,

demandaram que os bacharelados e graduações tecnológicas do CP se integrassem à realidade de cada território (municípios, regiões e/ou estados) e explorassem distintos designs curriculares”.

Os desafios globais da atualidade, como os causados pelos efeitos das mudanças climáticas, da pandemia de Covid-19, de guerras e conflitos políticos, vem desafiando a administração pública e os modos de se produzir bens e serviços públicos. No Brasil, esses e outros desafios vem gerando a redução do Índice de Desenvolvimento Humano, a fragilização das instituições democráticas e o crescimento da pobreza e das desigualdades, o que exige respostas das instituições de ensino superior, IES, que produzem conhecimento e formam profissionais para atuar na administração pública. Ao mesmo tempo, há diversidade de inovações sociais, políticas e tecnológicas, e novas formas de produção de conhecimento e valorização e difusão da ciência, que ampliam perspectivas aos atuais e futuros administradores públicos, em sua atuação em variados tipos de organização e suas conexões, em diferentes escalas territoriais.

Em Santa Catarina, o curso de Administração Pública da UDESC/ESAG tem buscado novas formas de articular-se com as demandas contemporâneas, por meio de seus professores, estudantes, egressos e parceiros em diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão. A atualização do currículo do curso é essencial para refletir as mudanças que vem acontecendo nas necessidades e expectativas da sociedade catarinense, as mudanças no campo de conhecimento e de prática da administração pública, em suas interfaces com diversas áreas do conhecimento, buscando responder aos desafios da atualidade.

Conforme abordado por Coelho et al (2020), em artigo sobre a trajetória e os desafios correntes do Campo de Públicas, no qual o curso de Administração Pública da UDESC/ESAG se insere, três desafios foram apontados como prioritários, com base em *survey* nacional com professores, estudantes e egressos do Campo.

1. Implementação (ou adaptação) dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação a partir das DCNs homologadas em 2014;
2. Incremento da atuação sistêmica dos cursos de graduação em prol de uma formação acadêmica interdisciplinar (para além de um arranjo multidisciplinar), baseada na articulação entre ensino, pesquisa e extensão e no diálogo contínuo entre estudantes, professores, egressos, parceiros e potenciais empregadores;
3. Aperfeiçoamento das matrizes curriculares, do processo de ensino-aprendizagem e da ação docente no âmbito cursos de graduação.

Outro desafio apontado no texto refere-se ao 4. “Acompanhamento dos egressos, relação com o setor público e sintonização do ensino de graduação com as demandas do mundo do trabalho”.

Esses quatro desafios evidenciam a necessidade constante de adaptações dos cursos, considerando o cenário nacional e local. O curso de Administração Pública da UDESC/ESAG, atento e afinado com essas tendências e exigências, busca adaptar-se constantemente, por meio de reforma curricular, atualização de seu quadro docente, atividades de formação, novos projetos e presença constante em diálogos e ações compartilhadas com colegas de outras IES que integram o Campo de Públicas.

Outro aspecto importante que conduz à esta reforma são as apreciações realizadas pela Comissão Setorial de Avaliação da UDESC onde, na Avaliação Interna, alunos e professores avaliam e são avaliados. Esta avaliação proporciona relatórios que são analisados pelo Núcleo Docente Estruturante com o intuito de identificar aspectos a serem aprimorados em casos particulares, de alguns docentes, discentes ou turmas, por exemplo, ou mais amplos, como questões pedagógicas, estrutura curricular e organização em geral. Somam à esta avaliação os aportes das reuniões e o contato constante com os líderes de turma e os representantes das organizações estudantis. Uma das percepções foi a necessidade de maior suporte à elaboração dos trabalhos de conclusão de curso durante o período de realização dos estágios curriculares supervisionados, indo além da assistência proporcionada pelo professor orientador. Outra constatação foi o espaço a ser ocupado pela modalidade a distância, propiciando maior flexibilidade, auto responsabilização, apropriação de novas tecnologias da informação e da comunicação e modernização dos processos de ensino, das práticas extensionistas e da pesquisa.

Desta forma, justificam esta reforma:

- a curricularização da extensão buscando incremento da atuação sistêmica, articulando ensino, extensão e pesquisa, sempre que possível e desejável;
- revisão da matriz com a atualização das disciplinas que compõem o curso no que se refere tanto ao seu conteúdo quanto às bibliografias básicas e complementares e sua distribuição, além da inclusão de novos componentes curriculares, refletindo o desafio de constante aperfeiçoamento da matriz curricular;

- maior apoio ao estudante na experiência dos estágios curriculares supervisionados e na elaboração do trabalho de conclusão de curso e
- espaço mais amplo a ser ocupado pela modalidade a distância na educação superior e a incorporação e valorização dos valiosos recursos proporcionados pelas tecnologias da informação e da comunicação nos processos articulados ou não de ensino, extensão e pesquisa.

2.3. Relação entre a graduação e a pós-graduação

A relação entre a graduação e a pós-graduação no curso de Administração Pública da ESAG/UDESC tem ocorrido, desde a sua origem, por meio da contribuição dos professores do Departamento de Administração Pública (DAP) que ministravam aulas, realizavam pesquisas e produziam publicações. Este vínculo do Curso de graduação com a pós-graduação *stricto sensu* começou junto ao Mestrado Profissional; em seguida, os professores passaram a atuar no Mestrado Acadêmico e, posteriormente, contribuíram para a consolidação dos dois Programas de Pós-Graduação em Administração hoje existentes na ESAG/UDESC, com a criação do Doutorado em Administração, em 2015. Além disso, alguns professores do Departamento têm contribuído com outros cursos de pós-graduação dos demais Centros da UDESC, bem como professores de outros Centros fazem parte dos Programas de Pós-Graduação da ESAG.

Essas contribuições e colaboração intensificaram-se mais a partir da criação e estruturação dos Grupos de Pesquisa da ESAG/UDESC, em especial aqueles cujas pesquisas estão essencialmente centradas na administração pública, como: o Politéia, coprodução do bem público: accountability e gestão, e o Callipolis, de política e desenvolvimento, que surgem junto com a criação do curso; o Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública, criado em 2010 e o AdmEthics, mais recente, constituído em 2019. Também tem contribuição de destaque, e nos quais algumas pesquisas também envolvem a administração pública, os outros grupos de pesquisa: Strategos - Dimensões e Processos Organizacionais, GEPEM - Grupo de Estudos e Pesquisas em Marketing, GEA - Economia Aplicada, LabGES - Tecnologias de Gestão, LabTIC - Tecnologias de Informação e Comunicação, Núcleo de Instrumentos Contábeis e Financeiros e o Sapientia - Transformações Sociais/Organizacionais.

Quadro 6: Grupos de Pesquisa na UDESC/ESAG*

Grupo de Pesquisa	Foco
Politéia – Coprodução do Bem Público, Accountability e Gestão	Interessa ao Politéia estudar e compreender a coprodução de bens e serviços públicos em rede, envolvendo a participação ativa da burocracia pública, de governantes, cidadãos e organizações empresariais e associativas.
Calípolis – Política Pública e Desenvolvimento	<p>Estuda a política pública com foco no serviço ao cidadão, sem dissociá-la da administração pública, tendo por referência teórica principal a corrente administrativa do Novo Serviço Público. Além do desenvolvimento em suas várias conotações, o grupo de pesquisa se propõe a dar ênfase especial ao desenvolvimento político da sociedade.</p> <p>O Callipolis propõe-se a realizar estudos e análises sobre: a indissociabilidade da política e da administração na busca pela realização e alcance de valores publicamente definidos; as abordagens teóricas que dão sustentação à política pública; o contexto das políticas públicas, envolvendo seus principais atores, instituições e instrumentos; e o processo de policy-making, em termos da formulação, implementação e avaliação de políticas específicas.</p>
NISP - Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações Sociais na Esfera Pública –	<p>O Nisp se insere na linha de administração pública e sociedade do Programa de Pós-graduação em Administração da Udesc Esag. Além da pesquisa, promove, de forma articulada, ações de extensão e também de ensino.</p> <p>Focaliza o estudo e o apoio a ações coletivas que vêm promovendo inovações sociais na esfera pública (de forma institucionalizada ou não). Isso inclui iniciativas provenientes tanto do governo, como da sociedade civil e das empresas, além dos novos arranjos institucionais que se constroem na articulação negociada entre esses atores para resolução de problemas públicos.</p> <p>Em particular, interessa ao Nisp desenvolver estudos sobre iniciativas – ações, organizações ou redes – que promovem a gestão ou tenham incidência sobre as políticas e serviços públicos. Busca-se compreender a influência dessas experiências em termos de inovação social nas arenas públicas em que atuam e no fomento a novos estilos desenvolvimento.</p>
ADMETHICS - Ética, Virtudes e Dilemas Morais em Administração	O AdmEthics objetiva aprimorar o conhecimento teórico e a prática da Ética em Administração por meio de um arcabouço interdisciplinar para o estudo de fenômenos morais, bem como suas implicações para as ações humanas e para o desenvolvimento da vida pública e profissional. As abordagens norteadoras do grupo são a ética das virtudes e a racionalidade no campo das organizações, tendo como temas de interesse: dilemas morais, deliberação ética, phrónesis, teorias do desenvolvimento moral, competência moral, caráter, bem comum, imaginação moral, dignidade da pessoa humana, capital moral, teoria substantiva das organizações, atitude parentética, teoria da dádiva/dom, teorias da ação, espiritualidade-religiosidade, ética e virtudes e suas interfaces com Economia, Finanças, Direito e Administração. O contexto de pesquisas empíricas do AdmEthics abrange organizações do setor público, organizações da sociedade civil, empresas, empreendedores e indivíduos nas organizações.

Continua...

Grupo de Pesquisa	Foco
Strategos - Dimensões e Processos Organizacionais	<p>O Strategos se insere no campo dos Estudos Organizacionais. Desenvolve pesquisas com foco nas realidades intra e interorganizacional, sobre dimensões, processos e fenômenos expressos na dinâmica das relações internas e no âmbito de sua articulação com diferentes contextos e sistemas externos ao ambiente organizacional.</p> <p>O principal objetivo do grupo é fortalecer e aprofundar conhecimentos em torno dos diferentes temas e disciplinas afetos às suas linhas de pesquisa, com repercussões no desenvolvimento econômico, político e social. As investigações científicas desenvolvidas contemplam os níveis de análise micro, meso e macro e são amparadas em perspectivas teórico-epistemológicas diversas, mas que consideram a inovação, a interdisciplinaridade e a subjetividade inerentes ao fenômeno organizacional. Isso pode requerer a leitura e a prática metodológica orientadas por abordagens quantitativas e qualitativas.</p>
GEPEM - Grupo de Estudos e Pesquisas em Marketing	Desenvolve atividades de estudos e pesquisas que envolvam a utilização de conhecimentos de marketing, para aplicação em organizações públicas, privadas e do terceiro setor.
GEA - Economia Aplicada	Os pesquisadores do curso de graduação em Ciências Econômicas da Udesc Esag na área de economia aplicada, estão reunidos neste grupo, com o objetivo de elaborar trabalhos científicos, de preferência, teórico-quantitativos. Os resultados das pesquisas desenvolvidas são publicados em anais de congressos e periódicos científicos da área da economia e afins.
LabGES - Tecnologias de Gestão	<p>Interessa aos pesquisadores do LabGes analisar a aplicação e impactos das tecnologias computacionais nas organizações com o objetivo prático de desenvolver modelos de referência para a gestão de redes colaborativas.</p> <p>Em termos específicos, interessa ao grupo:</p> <p>(1) desenvolver e aplicar conhecimento científico para melhorar a gestão da ação conjunta e cooperada entre as organizações;</p> <p>(2) desenvolver técnicas de gestão de cooperações voluntárias nas redes sociais desenvolvendo a e-participação, a e-inclusão e as cidades inteligentes</p>
LabTIC - Tecnologias de Informação e Comunicação	O foco dos pesquisadores que compõem o LabTIC é estudar e pesquisar o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) aplicáveis aos campos de gestão e de aprendizagem. Realizam pesquisas sobre TIC para a gestão, a segurança e os negócios eletrônicos das organizações; criam, implementam e avaliam sistemas informatizados na gestão das organizações e na capacitação e aprendizagem.
Núcleo de Instrumentos Contábeis e Financeiros	Desenvolve estudos e pesquisas sobre gestão de custos, gestão financeira e mercado de capitais e gestão tributária.

Continua...

Grupo de Pesquisa	Foco
Sapientia - Transformações Sociais/Organizacionais	<p>Interessa, em termos gerais, ao Sapientia estudar e pesquisar, sob a ótica estratégico-gerencial, as mudanças e transformações nas organizações privadas, públicas e do terceiro setor ante o paradigma da pós-modernidade, as mudanças nas relações de poder e as práticas emancipatórias. Nesse sentido os estudos desenvolvidos inserem-se no âmbito das ações e estratégias que reconfiguram drasticamente o ambiente e a estrutura das organizações na atualidade, assim como as formas de gestão das mesmas e sua sustentabilidade.</p> <p>Para tanto, o grupo foca os estudos e pesquisas especialmente no questionamento das relações de poder desde duas vertentes: no âmbito das organizações e no da sociedade. No âmbito das organizações quando do estudo, por um lado, das relações de trabalho e das iniciativas em ordem a um maior envolvimento dos empregados na gestão das organizações (gestão participativa e cogestão) majoração do nível de compliance das normas trabalhistas.</p>

Fonte: Elaborado a partir do sítio eletrônico da UDESC/ESAG

* Conforme situação em 2022

Os grupos são espaços onde ocorre a articulação da pesquisa com o ensino e a extensão e todos são chancelados pela UDESC e cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tiveram um substancial desenvolvimento graças à implantação do Programa de Apoio aos Grupos de Pesquisa (PAP), criado na UDESC e apoiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC), permitindo a consolidação dos grupos e a sua expansão.

Indo além, os professores têm acesso a um número cada vez maior de oportunidades, seja de bolsas ou de incentivos materiais e financeiros à pesquisa e ao desenvolvimento de suas atividades na graduação e na pós-graduação. Estas ações contam com o suporte de discentes não apenas da pós-graduação, mas operam com a contínua participação de estudantes da graduação, seja nos programas de oferta de bolsas (PIBIC, PROBIC, PIPES, dentre outros), como também, nas atividades de extensão desenvolvidas em conjunto e na interação com monitores, discentes da pós-graduação. Nessa trajetória, os grupos de pesquisa se tornaram espaços de integração entre ações de ensino, pesquisa e extensão e de formação de jovens pesquisadores, por meio da iniciação científica e da integração entre graduação e pós-graduação. Isso tem feito com que muitos egressos do curso de Administração Pública busquem a carreira acadêmica, ingressando nos mestrados e, posteriormente no doutorado da ESAG/UDESC. Como reflexo, atualmente, ex-alunos da graduação e estudantes da pós-graduação têm atuado como professores substitutos no curso.

Pode-se perceber, ainda, um esforço cada vez maior dos gestores da pesquisa e pós-graduação em ofertar outros espaços de integração entre os alunos. Além da histórica oferta de eventos (internos ou abertos à comunidade), como rodas de conversa, seminários, tem se incentivado as chamadas “Aulas Abertas”, onde se percebe um frutífero espaço de convivência entre alunos da graduação, da pós-graduação e atores da sociedade como um todo. Neste sentido, também, a oferta de editais para ações de ensino com a participação de estudantes da pós-graduação, na oferta de aulas de reforço para as primeiras fases do curso. Como atividade de ensino articulada, temos por fim, a realização de monitorias, seja pelo programa PROMOP, com a oferta de bolsas aos alunos da pós-graduação para acompanharem os professores nas atividades na graduação, como também, nas disciplinas de estágio docência.

A proposta de reforma do Curso de Administração Pública preconiza, portanto, também a integração entre a graduação e a pós-graduação, reforçando a trajetória do Curso no Centro. Desde o primeiro semestre os estudantes serão convidados a conhecer e a experimentar a pesquisa científica, por meio da disciplina Produção do conhecimento científico na Administração Pública. Além disso, durante os diferentes percursos e nas diferentes fases do curso proposto na nova matriz, os alunos serão incentivados a realizar atividades relacionadas à produção de conhecimento, características da Universidade. Desse modo, espera-se continuar preservando e fortalecendo a tradição de formar jovens pesquisadores e futuros cientistas e professores de administração pública.

Cabe destacar, por fim, as bolsas de iniciação científica que são ofertadas seja pelos programas nacionais de fomento via CNPQ (PIBIC) e dos programas internos da própria UDESC, além do incentivo ao envolvimento voluntário dos alunos com a pesquisa. Esses alunos apresentam anualmente os resultados de pesquisa no Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração e Ciências Socioeconômicas - SPPG (que está na sua sétima edição em 2022) e tem por objetivo divulgar e discutir pesquisas das áreas de Administração, Administração Pública e Economia. O SPPG é realizado em paralelo ao Seminário de Iniciação Científica – SIC, que está em sua trigésima segunda edição.

2.4. Atos legais de alterações curriculares ao longo do Curso

Os seguintes atos legais subsidiaram as alterações curriculares realizadas durante a trajetória do Curso de Administração Pública:

- Resolução nº 001/2004 – CONSUNI - Cria o Curso de Graduação em Administração com Habilitação em Administração de Serviços Públicos, a ser oferecido pelo Centro de Ciências da Administração – ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.
- RESOLUÇÃO Nº 002/2005 –CONSUNI - Aprova Projeto de Alteração Curricular do Curso de Graduação em Administração: Habilitação em Administração de Serviços Públicos, do Centro de Ciências da Administração –ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina –UDESC, que passa a denominar-se Curso de Graduação em Administração de Serviços Públicos.
- RESOLUÇÃO Nº 097/2007 – CONSUNI - Aprova a reforma curricular do curso de Bacharelado em Administração de Serviços Públicos do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – ESAG da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, que passa a ser denominado curso de Bacharelado em Administração Pública.
- RESOLUÇÃO Nº 053/2010 – CONSUNI - Extingue o curso de Administração Pública oferecido pela ESAG, fora de sede, em Balneário Camboriú, garantindo-se a conclusão do mesmo aos alunos já matriculados e aos vestibulandos aprovados no Vestibular Vocacionado da UDESC 2011/1, bem como amplia, em 10 (dez), o número de vagas do curso de Administração Pública da ESAG em Florianópolis.
- RESOLUÇÃO Nº 026/2011 – CONSEPE - Aprova alteração curricular do Curso de Graduação em Administração Pública, do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.
- RESOLUÇÃO Nº 020/2012 – CONSEPE - Aprova alteração curricular do Curso de Bacharelado em Administração Pública, do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina –

UDESC.

- RESOLUÇÃO Nº 072/2013 – CONSUNI - Amplia, de 50 (cinquenta) para 80 (oitenta), o número de vagas semestrais do Curso de Graduação em Administração Pública do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.
- RESOLUÇÃO Nº 037/2014 – CONSUNI - Amplia o número de vagas dos cursos de graduação em Administração, Administração Pública e Ciências Econômicas, do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG, e dos cursos de graduação em História, Geografia e Pedagogia, do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, para ingresso, através de processo seletivo específico para o semestre 2014-2, de candidatos que aderirem ao Programa de Ações Afirmativas estabelecido pela Resolução nº 017/2011- CONSUNI e suas alterações.
- RESOLUÇÃO Nº 074/2014 – CONSUNI - Referenda “in totum” a Resolução nº 037/2014 – CONSUNI, que “Amplia o número de vagas dos cursos de graduação em Administração, Administração Pública e Ciências Econômicas, do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG, e dos cursos de graduação em História, Geografia e Pedagogia, do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, para ingresso, através de processo seletivo específico para o semestre 2014-2, de candidatos que aderirem ao Programa de Ações Afirmativas estabelecido pela Resolução nº 017/2011-CONSUNI e suas alterações.”
- RESOLUÇÃO Nº 040/2017 – CONSEPE - Aprova ajuste curricular no Curso de Administração Pública, do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.
- RESOLUÇÃO No. 013/2020 – CEG - Aprova reforma curricular do Curso de Graduação em Administração Pública do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

3. OBJETIVOS DO CURSO

Tendo em vista os elementos que motivaram a reforma aqui proposta, descritos na introdução, o curso de Administração Pública passa a ter os seguintes objetivos.

3.1 Objetivo geral

O Curso tem por **objetivo geral** formar administradores públicos que sejam agentes de transformação e atuem para servir ao interesse público, fortalecer a democracia e promover a sustentabilidade.

3.2 Objetivos específicos

Entre os **objetivos específicos** a serem atendidos por este Curso destacam-se os seguintes:

- Formar administradores capazes de atuar em prol do interesse público tanto no governo, quanto nas organizações da sociedade civil e empresariais que promovam a cidadania e coproduzam o bem público, numa perspectiva de governança compartilhada;
- Formar profissionais que atuem na gestão pública de forma inovadora e colaborativa, sendo capazes de lidar com as tecnologias digitais e atuar como protagonistas no movimento de transformação digital das organizações, promovendo a disrupção e buscando propor novas soluções para os problemas públicos;
- Qualificar gestores que articulem, em sua prática, capacidade técnica e sensibilidade social, atuando com excelência na gestão das organizações, no âmbito das políticas públicas e na atividade política;
- Desenvolver líderes públicos protagonistas, agentes de transformação não apenas da administração pública, mas da sociedade.

3.3 Vocação do curso

Diante da complexidade dos problemas públicos contemporâneos, da questão ecológica e dos desafios colocados à democracia, novos papéis e responsabilidades são exigidas dos administradores públicos. Traduzindo os objetivos deste PPC, o curso de Administração Pública da UDESC/ESAG tem como vocação formar administradores públicos que sejam agentes de transformação e sirvam ao interesse público, fortalecendo a democracia e promovendo a sustentabilidade.

Trata-se de formar administradores capazes de atuar em prol do interesse público tanto no governo, quanto nas organizações da sociedade civil e empresariais que promovam a cidadania e coproduzam o bem público, numa perspectiva de governança compartilhada. Em particular, espera-se que os egressos do curso atuem na gestão pública de forma inovadora e colaborativa, sendo capazes de lidar com as tecnologias digitais e de atuarem como protagonistas no movimento de transformação digital das organizações, promovendo a disrupção e buscando propor novas soluções para os problemas públicos. Espera-se também, da parte desses gestores públicos, que articulem na sua prática eficácia e eficiência técnica, efetividade e ação política, atuando com excelência na gestão das organizações, de políticas públicas e na atividade política.

Por meio de quatro percursos de ensino aprendizagem ligados à gestão pública, à política e às políticas públicas, à governança e a coprodução e à inovação no setor público, o curso de Administração Pública da UDESC/ESAG espera formar gestores protagonistas, agentes de transformação não apenas da administração pública, mas da sociedade.

4. PERFIL DO ÂMBITO PROFISSIONAL

4.1. Perfil do Egresso

O Curso de Administração Pública tem por objetivo formar profissionais com o seguinte perfil:

Profissional preparado para liderar a gestão e a inovação em organizações públicas, empresariais e da sociedade civil para a coprodução do bem público, e formular, implementar e avaliar políticas públicas tecnicamente consistentes, politicamente viáveis e socialmente relevantes.

Direcionando-se por essa vocação e seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de bacharelado em Administração Pública, o alcance do perfil de egresso ocorrerá por meio da lapidação das seguintes competências, habilidades e atitudes nos formandos:

- I - reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- II - apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- III - desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- IV - estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- V - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- VI - expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- VII - ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças;
- VIII – estar preparado para planejar, gerir e avaliar a prestação de serviços públicos com base nos princípios da eficiência, eficácia, efetividade e justiça

social;

IX – estar preparado para construir redes, coalizões políticas e trabalhar em equipe para a geração de inovações sociais e tecnológicas para o enfrentamento de problemas públicos;

X – ser capaz e engajado na liderança do processo de articulação e governança de organizações estatais e não-estatais na coprodução do bem público;

XI – ser capaz de aplicar os critérios para avaliar o desempenho administrativo como o accountability e a responsabilidade compartilhada;

XII – ser um agente de transformação da administração pública em prol do fortalecimento do Estado democrático de direito e da sustentabilidade.

4.2. Descrição do Âmbito de Atuação do Egresso

O egresso do curso de graduação em Administração Pública encontra oportunidades de inserção e desenvolvimento profissional nos três setores da economia:

No primeiro setor (público), o Administrador Público pode acessar carreiras de serviço público ligados à gestão da administração pública direta e indireta, no poder legislativo, no judiciário ou no Ministério Público. O egresso em administração pública também está qualificado para assumir cargos em comissão de nível de direção, chefia ou assessoramento nos âmbitos municipal, estadual ou federal. Finalmente, como cidadão no gozo de seus direitos políticos, também poderá concorrer e assumir mandatos eletivos que exigem especial conhecimento, preparação técnico-política e liderança na elaboração de políticas públicas.

No segundo setor (privado), o Administrador Público pode atuar como gestor de organizações de empresas que lidam diretamente com o setor público, tais como concessionárias e permissionárias de serviços públicos ou empresas que licitam ou contratam com órgãos públicos, em atividades relativas à responsabilidade socioambiental das empresas ou na área de representação de interesses, lobby e relações governamentais. Seu âmbito de atuação também engloba a atividade de consultor em gestão pública, desenhando e recomendando inovações governamentais, reformas administrativas, redesenhos organizacionais, de projeto ou processo nas áreas de gestão de pessoas, governo eletrônico, gestão orçamentária e financeira, transparência e accountability gestão de compras, patrimônio e logística, mediação, negociação e engajamento cívico em processos

participativos.

No terceiro setor (social e multilateral), o Administrador Público pode realizar o trabalho de junto a organizações sociais sem fins lucrativos, como institutos, fundações, *think tanks*, movimentos sociais, confederações industriais, comerciais, agrícolas e organizações sindicais, religiosas, ambientais ou culturais que prestam serviço em planejamento, gestão e avaliação de organizações ou produzem conhecimento relevante em políticas públicas. No âmbito dos organismos multilaterais, o Administrador Público encontra espaço de atuação em associações e federações de municípios e consórcios públicos, bem como em organismos internacionais como o sistema das Nações Unidas, bancos internacionais de desenvolvimento, agências de fomento e cooperação multilateral, além de organizações internacionais que lutam por causas públicas nas diversas áreas de políticas públicas.

5. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

5.1 Articulação com as DCNs

Os fundamentos básicos para composição deste PPC encontram-se na RESOLUÇÃO CES/CNE Nº 1, DE 13 DE JANEIRO DE 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração Pública, Bacharelado (ANEXO 1).

O curso de graduação em Administração Pública da ESAG propõe ao acadêmico uma compreensão de administração pública não centrada em si mesma, tendo por foco o “servir” no lugar de apenas “dirigir”, dando centralidade para o cidadão aos seus direitos. Outro aspecto importante no curso é o foco no enfrentamento e resolução dos problemas públicos de forma colaborativa, compreendendo que o Estado democrático vai além do governo e envolve múltiplos atores que atuam na coprodução do bem público.

Perpassando todas as disciplinas do curso está a ênfase nas particularidades da realidade social brasileira, incluindo o contexto internacional. As questões relativas à inclusão social, direitos humanos, desenvolvimento sustentável e gestão socioambiental e ao fortalecimento da democracia são essenciais nos eventos, discussões e outras iniciativas.

O currículo propõe a ampliação da compreensão de desenvolvimento, para além da dimensão econômica, considerando aspectos sociais, culturais ecológicos e políticos. Por fim, a graduação possibilita ao acadêmico, instrumental para a intervenção nas problemáticas ambientais, tendo como pano de fundo a governança colaborativa e a coprodução do bem público, por meio da interface da ação governamental com a responsabilidade socioambiental de empresas e com a ação de organizações da sociedade civil na área, formando redes e novos arranjos capazes de produzir inovações e respostas aos inúmeros problemas causados pela crise socioambiental que enfrentamos.

Sobre a forma de atendimento às legislações sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; Educação em Direitos Humanos e Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, há a descrição das estratégias do curso no item “Aplicação das Legislações”.

Ainda tratando-se de conteúdos transversais, as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de bacharelado em Administração Pública (CEN, 2014), há a exigência de “Conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação” e “Conteúdos relacionados à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros”.

Com relação a “Conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação” esta proposta contempla esta demanda de maneira direta nas disciplinas de Comunicação e Negociação na Esfera Pública (3º termo), Marketing e Comunicação no Setor Público (5º termo), Desenvolvimento Gerencial e Liderança na Administração Pública (8º termo), além da disciplina metodológica relacionada a Produção do conhecimento científico em Administração Pública. De maneira transversal, todas disciplinas do curso são formatadas para exigir do estudante uma prática de escrita e expressão oral, apresentações de trabalhos, típicos da função de Administrador Público. Também poderão ser oferecidos conteúdos extraordinários nas disciplinas de Tópicos Especiais, que serão formatadas de acordo com a necessidade discente e disponibilidade dos professores já pertencentes ao Departamento de Administração Pública.

Finalmente, com relação aos “Conteúdos relacionados à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros”, este PPC oferece um rol bastante extenso de disciplinas, que incluem Introdução à Administração Pública, Sociologia aplicada à Administração Pública, Ciência Política, Direito Constitucional, Antropologia da Política, Teorias de Política Pública, Economia aplicada à Administração Pública, Administração Pública Brasileira, Gestão Pública e Governança, Sociedade Civil e Políticas Públicas, Desenvolvimento Territorial Sustentável. De acordo com a necessidade, novos tópicos especiais relativos à realidade histórica, social, político-econômica e cultural de Santa Catarina e do Brasil poderão ser oferecidos também em acordo com a necessidade discente e disponibilidade docente.

6. DURAÇÃO DO CURSO E PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO

A Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Duração do curso: 4 (quatro) anos.

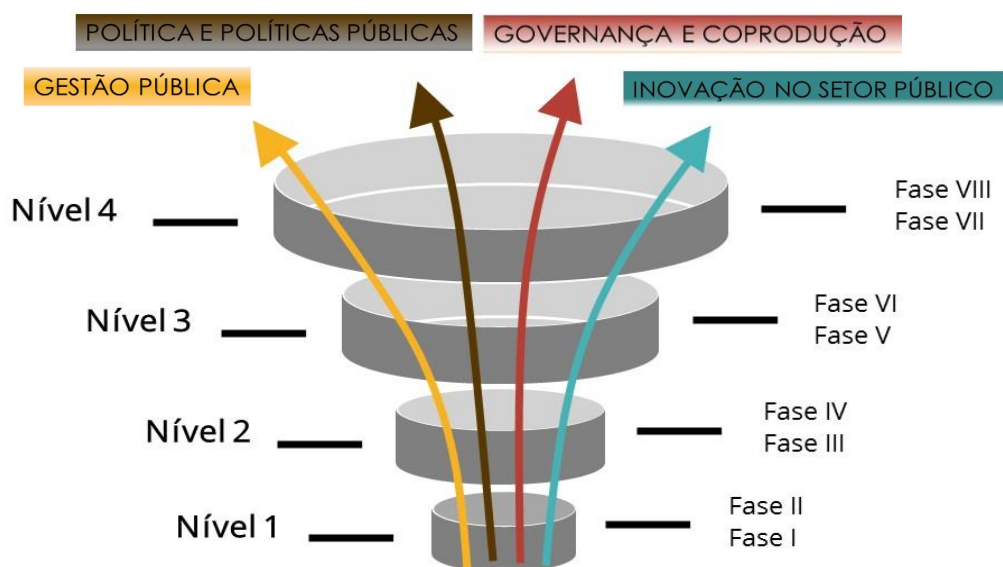
Tempo mínimo: 4 (quatro) anos – 8 (oito) semestres.

Tempo máximo: 7 (sete) anos – 14 (quatorze) semestres.

7. PROPOSTA PEDAGÓGICA

A organização deste Projeto Pedagógico do Curso de bacharelado em Administração Pública adotou uma lógica de organização vertical (percursos de formação) e horizontal (níveis de formação), conforme figura 1:

Figura 1: Percursos e níveis de formação do curso de Administração Pública



Fonte: elaboração própria.

Os percursos de formação são compostos por processos de encadeamento entre disciplinas que possuem convergência entre si e entre os níveis e fases do curso, com a finalidade de gerar uma sequência formativa no estudante, levando em conta a sua futura atuação no mercado de trabalho. Os percursos formativos não são “especialidades” ou “habilitações”. O estudante de Administração Pública participará dos processos formativos de todos os percursos. Entretanto, cada estudante, pode utilizar o percurso como uma maneira de visualizar a sua sequência formativa e se organizar para futura inserção profissional. Para o corpo docente, os percursos formativos têm a função de intensificar os diálogos entre os professores que lecionam disciplinas dos mesmos percursos, com vistas à gerar sinergia e sequência entre as fases e evitar sobreposições de conteúdo.

Os quatro percursos de formação do aluno de Administração Pública são:

- **GESTÃO PÚBLICA:** voltado para a formação na gestão pública em suas áreas técnicas e funcionais, envolvendo os aspectos teóricos, sua trajetória e tendências,

bem como seu planejamento e gestão;

- **POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS:** voltado para a formação na dimensão política da administração pública, envolvendo a atuação junto aos partidos, poder legislativo, executivo, judiciário e demais instituições, além da gestão das políticas públicas;
- **GOVERNANÇA PÚBLICA E COPRODUÇÃO:** voltado para formação para o “governo em ação”, entendendo que a governança pública se dá por meio da articulação de diferentes atores e setores na esfera pública (empresas, sociedade civil, organizações para-públicas e governo);
- **INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO:** voltados para formação de agentes de transformação da administração pública, nos seus diversos níveis, poderes e também na ação pública. Envolve a inovação em suas diferentes dimensões tais como econômica, tecnológica, social, ambiental, cultural e produtiva.

Já os níveis de formação consistem na agregação das oito fases de integralização curricular. Esta agregação deu-se em quatro níveis, com o objetivo de delinear tipos de conteúdos distintos para os diferentes níveis, estratégias didáticas específicas para os níveis, e habilidades e competências esperadas para o desenvolvimento em cada nível.

- Disciplinas da 1ª e 2ª fases compõem o 1º nível.
- Disciplinas da 3ª e 4ª fases compõem o 2º nível.
- Disciplinas da 5ª e 6ª fases compõem o 3º nível.
- Disciplinas da 7ª e 8ª fases compõem o 4º nível.

Também se espera que os níveis de formação sejam úteis para a organização docente numa direção horizontal, provocando troca de experiências e trabalhos integrados entre professores, bem como planejamento conjunto da carga de trabalho discente e feedback do estágio de desenvolvimento dos estudantes a cada nível.

Percursos / Termos	1o	2o	3o	4o	5o	6o	7o	8o
Gestão Pública	Introdução à Administração Pública Comportamento humano na gestão pública Tópicos Especiais 1	Teorias da Adm. Pública	Administração Pública brasileira Gestão de estruturas e processos organizacionais Finanças Públicas Comunicação e negociação na esfera pública	Orçamento Público Planejamento Público Gestão de Pessoas na Administração Pública Licitações e contratos públicos	Contabilidade aplicada ao setor público Gestão Pública e Governança Marketing e comunicação no setor público	Gestão de custos públicos		Consultoria em Administração Pública Desenvolvimento gerencial e liderança na Administração Pública
Inovação no setor Público	Produção do conhecimento científico na Administração Pública	Introdução à Ciência de Dados		Tecnologias digitais na Administração Pública	Inovação no serviço e no setor público	Gestão de projetos públicos	Plataformas digitais na Administração Pública	Tópicos Especiais 4
Política e Políticas Públicas		Ciência Política	Antropologia da Política	Teorias de Política Pública			Análise e avaliação de Políticas Públicas	Tópicos Especiais 3
Governança e Coprodução			Coprodução do bem público		Desenvolvimento territorial sustentável	Sistemas de Accountability Sociedade civil e políticas públicas Gestão da responsabilidade socioambiental	Tópicos Especiais 2 Gestão de cidades	
Disciplinas de cunho transversal	Direito Constitucional Matemática aplicada à Adm. Pública Filosofia Sociologia aplicada à Administração Pública	Direito Administrativo Métodos Estatísticos Economia Aplicada à Administração Pública	Direito Tributário	Ética na Administração Pública			Trabalho de Conclusão de Curso Estágio Curricular Supervisionado I	Estágio Curricular Supervisionado II

8. ESTRUTURA CURRICULAR

8.1. Matriz Curricular Vigente

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Departamento	Área de conhecimento
			TE	PR	TO	TE	PR				
1º Termo	1.1	Introdução à Administração Pública	2					36	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	1.2	Comportamento Humano na Gestão Pública	4					72	-	DAP	Ciências Humanas
	1.3	Matemática aplicada à Administração Pública	4					72	-	DAP	Ciências Exatas
	1.4	Filosofia	2					36	-	DAP	Ciências Humanas
	1.5	Tópicos Especiais 1	2					36	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	1.6	Sociologia aplicada à Administração Pública	2					36	-	DAP	Ciências Humanas
	1.7	Produção do Conhecimento Científico na Administração Pública (EaD)	2					36	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	1.8	Direito Constitucional	4					72		DAP	Ciência Jurídica
	TOTAL		22					396			

Legenda: TE - teórico; PR - prático; EX - extensão; TO – total

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Departamento	Área de conhecimento
			TE	PR	TO	TE	PR				
2º Termo	2.1	Teorias da Administração Pública	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	2.2	Direito Administrativo	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	2.3	Métodos Estatísticos	4					72	-	DAP	Ciências Exatas
	2.4	Economia aplicada à Administração Pública	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	2.5	Ciência Política	4					72	-	DAP	Ciências Humanas
	2.6	Introdução à Ciência de Dados (EaD)	4					72	-	DAP	Ciências da Computação
	TOTAL		24					432			

Legenda: TE - teórico; PR - prático; EX - extensão; TO – total

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Departamento	Área de conhecimento
			TE	PR	TO	TE	PR				
3º Termo	3.1	Direito Tributário	2					36	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	3.2	Antropologia da Política	2					36	-	DAP	Ciências Humanas
	3.3	Administração Pública Brasileira	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	3.4	Gestão de Estruturas e Processos Organizacionais	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	3.5	Finanças Públicas (EaD)	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	3.6	Comunicação e Negociação na Esfera Pública	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	3.7	Coprodução do bem público	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	TOTAL		24					432			

Legenda: TE - teórico; PR - prático; EX - extensão; TO – total

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Departamento	Área de conhecimento
			TE	PR	TO	TE	PR				
4º Termo	4.1	Teorias de Política Pública (EaD)	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	4.2	Licitações e Contratos Públicos	2					36	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	4.3	Orçamento Público	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	4.4	Ética na Administração Pública	2					36	-	DAP	Ciências Humanas
	4.5	Planejamento Público	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	4.6	Tecnologias Digitais na Administração Pública	4					72	-	DAP	Ciências da Computação
	4.7	Gestão de Pessoas na Administração Pública	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	TOTAL		24					432			

Legenda: TE - teórico; PR - prático; EX - extensão; TO – total

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Departamento	Área de conhecimento
			TE	PR	TO	TE	PR				
5º Termo	5.1	Desenvolvimento Territorial Sustentável	4					72	-	DAP	Ciências da Terra
	5.2	Contabilidade aplicada ao Setor Público	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	5.3	Gestão Pública e Governança	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	5.4	Marketing e Comunicação no Setor Público	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	5.5	Inovação no Serviço no Setor Público	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	TOTAL		20					360			

Legenda: TE - teórico; PR - prático; EX - extensão; TO – total

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Departamento	Área de conhecimento
			TE	PR	TO	TE	PR				
6º Termo	6.1	Sistemas de Accountability	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	6.2	Gestão de Projetos Públicos	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	6.3	Gestão de Custos Públicos	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	6.4	Sociedade Civil e Políticas Públicas	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	6.5	Gestão de Responsabilidade Socioambiental	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	TOTAL		20					360			

Legenda: TE - teórico; PR - prático; EX - extensão; TO – total

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Departamento	Área de conhecimento
			TE	PR	TO	TE	PR				
7º Termo	7.1	Plataformas Digitais na Adm. Pública	4					72	-	DAP	Ciências da Computação
	7.2	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	7.3	Gestão de Cidades	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	7.4	Tópicos Especiais 2	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	7.5	Trabalho de Conclusão de Curso I	10					180	*	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	TOTAL		26					288	Carga horária total da fase: 468**		

Legenda: TE - teórico; PR - prático; EX - extensão; TO – total

* Será pré-requisito para a matrícula em Trabalho de Conclusão de Curso I, que o estudante tenha integralizado 110 créditos no curso.

** As 180 horas do Trabalho de Conclusão de Curso I não devem ser contabilizadas como **carga horária docente**, mas apenas na carga horária total da fase e do curso.

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Departamento	Área de conhecimento
			TE	PR	TO	TE	PR				
8º Termo	7.1	Consultoria em Administração Pública	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	7.2	Desenvolvimento Gerencial e Liderança na Administração Pública	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	7.3	Tópicos Especiais 3	2					36		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	7.4	Tópicos Especiais 4	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	7.5	Trabalho de Conclusão de Curso II	10					180	Trabalho de Conclusão de Curso I	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	TOTAL		24					252	Carga horária total da fase: 432*		

Legenda: TE - teórico; PR - prático; EX - extensão; TO – total

** As 180 horas do Trabalho de Conclusão de Curso II não devem ser contabilizadas como **carga horária docente**, mas apenas na carga horária total da fase e do curso.

8.1.1. Resumo da carga horária da matriz vigente

Distribuição da Matriz	Créditos	Carga Horária
Total em Disciplinas Obrigatórias	150	2.700
Total em Disciplinas Obrigatórias EaD	14	252
Total em Disciplinas Optativas (se for o caso)	0	0
Total em Disciplinas Eletivas (se for o caso)	0	0
Trabalho de Conclusão de Curso	20	360
Estágio Curricular Supervisionado (se for o caso) *	0	0
Atividades Complementares	16	288
Total Geral	200	3.600

* O Trabalho de Conclusão de Curso na matriz curricular vigente é resultado de um **Estágio Curricular Supervisionado** que pode acontecer em diferentes modalidades, conforme Regulamento próprio. Desta forma, na prática, há Estágio Curricular Supervisionado, pois acontece de acordo com a Legislação de estágios mais recente, é gerido em seus aspectos legais e operacionais pela Coordenação de Estágios da UDESC/ESAG e coordenado pedagogicamente pela coordenação/chefia do departamento de Administração Pública e/ou professor designado para a função de Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Administração Pública, quando houver.

8.2. Matriz Curricular Proposta

Fase	Código	Disciplina	Créditos				Nº de Turmas			C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Percurso	Área de conhecimento
			TE	PR	EX	TO	TE	PR	EX				
1º Termo	1.1	Introdução à Administração Pública	2			2				36	-	Gestão Pública	Ciências Sociais Aplicadas
	1.2	Comportamento Humano na Gestão Pública	4			4				72	-	Gestão Pública	Ciências Humanas
	1.3	Matemática aplicada à Administração Pública	4			4				72	-	Disciplina de cunho transversal	Ciências Exatas
	1.4	Filosofia	2			2				36	-	Disciplina de cunho transversal	Ciências Humanas
	1.5	Sociologia aplicada à Administração Pública	2			2				36	-	Disciplina de cunho transversal	Ciências Humanas
	1.6	Produção do Conhecimento Científico na Administração Pública (EaD)	2			2				36	-	Inovação no setor Público	Ciências Sociais Aplicadas
	1.7	Direito Constitucional	4			4				72		Disciplina de cunho transversal	Ciência Jurídica
	1.8	Tópicos Especiais 1	2			2				36	-	Gestão Pública	Ciências Sociais Aplicadas
	TOTAL		22			22				396			

Legenda: TE - teórico; PR - prático; EX - extensão; TO – total

Fase	Código	Disciplina	Créditos				Nº de Turmas			C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Percurso	Área de conhecimento
			TE	PR	EX	TO	TE	PR	EX				
2º Termo	2.1	Teorias da Administração Pública	4			4				72	-	Gestão Pública	Ciências Sociais Aplicadas
	2.2	Direito Administrativo	4			4				72	-	Disciplina de cunho transversal	Ciências Humanas
	2.3	Métodos Estatísticos	4			4				72	-	Disciplina de cunho transversal	Ciências Exatas
	2.4	Economia aplicada à Administração Pública	4			4				72	-	Disciplina de cunho transversal	Ciências Sociais Aplicadas
	2.5	Ciência Política	4			4				72	-	Política e Políticas Públicas	Ciências Humanas
	2.6	Introdução à Ciência de Dados (EaD)	4			4				72	-	Inovação no setor Público	Ciências da Computação
	TOTAL		24			24				432			

Legenda: TE - teórico; PR - prático; EX - extensão; TO – total

Fase	Código	Disciplina	Créditos				Nº de Turmas			C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Percurso	Área de conhecimento
			TE	PR	EX	TO	TE	PR	EX				
3º Termo	3.1	Direito Tributário	2			2				36	-	Disciplina de cunho transversal	Ciências Sociais Aplicadas
	3.2	Antropologia da Política	2			2				36	-	Política e Políticas Públicas	Ciências Humanas
	3.3	Administração Pública Brasileira	4			4				72	-	Gestão Pública	Ciências Sociais Aplicadas
	3.4	Gestão de Estruturas e Processos Organizacionais	4			4				72	-	Gestão Pública	Ciências Sociais Aplicadas
	3.5	Finanças Públicas (EaD)	4			4				72	-	Gestão Pública	Ciências Sociais Aplicadas
	3.6	Comunicação e Negociação na Esfera Pública	4			4				72	-	Gestão Pública	Ciências Sociais Aplicadas
	3.7	Coprodução do bem público	4			4				72	-	Governança e Coprodução	Ciências Sociais Aplicadas
	TOTAL		24			24				432			

Legenda: TE - teórico; PR - prático; EX - extensão; TO – total

Fase	Código	Disciplina	Créditos				Nº de Turmas			C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Percurso	Área de conhecimento
			TE	PR	EX	TO	TE	PR	EX				
4º Termo	4.1	Teorias de Política Pública (EaD)	4			4				72	-	Política e Políticas Públicas	Ciências Sociais Aplicadas
	4.2	Licitações e Contratos Públicos	2			2				36	-	Gestão Pública	Ciências Sociais Aplicadas
	4.3	Orçamento Público	4			4				72	-	Gestão Pública	Ciências Sociais Aplicadas
	4.4	Ética na Administração Pública	2			2				36	-	Disciplina de cunho transversal	Ciências Humanas
	4.5	Planejamento Público	4			4				72	-	Gestão Pública	Ciências Sociais Aplicadas
	4.6	Tecnologias Digitais na Administração Pública	4			4				72	-	Inovação no setor Público	Ciências da Computação
	4.7	Gestão de Pessoas na Administração Pública	4			4				72	-	Gestão Pública	Ciências Sociais Aplicadas
	TOTAL		24			24				432			

Legenda: TE - teórico; PR - prático; EX - extensão; TO – total

Fase	Código	Disciplina	Créditos				Nº de Turmas			C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Percurso	Área de conhecimento
			TE	PR	EX	TO	TE	PR	EX				
5º Termo	5.1	Desenvolvimento Territorial Sustentável	4			4				72	-	Governança e Coprodução	Ciências da Terra
	5.2	Contabilidade aplicada ao Setor Público	4			4				72	-	Gestão Pública	Ciências Sociais Aplicadas
	5.3	Gestão Pública e Governança	3		1	4				72	-	Gestão Pública	Ciências Sociais Aplicadas
	5.4	Marketing e Comunicação no Setor Público	3		1	4				72	-	Gestão Pública	Ciências Sociais Aplicadas
	5.5	Inovação no Serviço e no Setor Público	3		1	4				72	-	Inovação no setor Público	Ciências Sociais Aplicadas
	5.6	Unidade Curricular de Extensão I			2	2				-	-	Curricularização da Extensão	
	TOTAL		17		5	22				360	Carga horária total da fase: 396*		

Legenda: TE - teórico; PR - prático; EX - extensão; TO – total

* Os 2 créditos ou 36 horas da Unidade Curricular de Extensão I não devem ser contabilizadas na **carga horária docente**, mas apenas na carga horária total da fase e do curso.

Fase	Código	Disciplina	Créditos				Nº de Turmas			C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Percurso	Área de conhecimento
			TE	PR	EX	TO	TE	PR	EX				
6º Termo	6.1	Sistemas de Accountability	3		1	4				72	-	Governança e Coprodução	Ciências Sociais Aplicadas
	6.2	Gestão de Projetos Públicos	2		2	4				72	-	Inovação no setor Público	Ciências Sociais Aplicadas
	6.3	Gestão de Custos Públicos	3		1	4				72	-	Gestão Pública	Ciências Sociais Aplicadas
	6.4	Sociedade Civil e Políticas Públicas	3		1	4				72	-	Governança e Coprodução	Ciências Sociais Aplicadas
	6.5	Gestão da Responsabilidade Socioambiental	3		1	4				72	-	Governança e Coprodução	Ciências Sociais Aplicadas
	6.6	Unidade Curricular de Extensão II			2	2				-	-	Curricularização da Extensão	
	TOTAL		14		8	22				360	Carga horária total da fase: 396*		

Legenda: TE - teórico; PR - prático; EX - extensão; TO – total

* Os 2 créditos ou 36 horas da Unidade Curricular de Extensão II não devem ser contabilizadas na **carga horária docente**, mas apenas na carga horária total da fase e do curso.

Fase	Código	Disciplina	Créditos				Nº de Turmas			C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Percurso	Área de conhecimento
			TE	PR	EX	TO	TE	PR	EX				
7º Termo	7.1	Plataformas Digitais na Administração Pública	3		1	4				72	-	Inovação no setor Público	Ciências da Computação
	7.2	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	3		1	4				72	-	Política e Políticas Públicas	Ciências Sociais Aplicadas
	7.3	Gestão de Cidades	3		1	4				72	-	Governança e Coprodução	Ciências Sociais Aplicadas
	7.4	Tópicos Especiais 2 (EaD)	4			4				72	-	Governança e Coprodução	Ciências Sociais Aplicadas
	7.5	Trabalho de Conclusão de Curso	4			4				72	*	Disciplina de cunho transversal	Ciências Sociais Aplicadas
	7.6	Estágio Curricular Supervisionado I	10			10				180	*	Disciplina de cunho transversal	Ciências Sociais Aplicadas
	TOTAL		27		3	30				360	Carga horária total da fase: 540**		

Legenda: TE - teórico; PR - prático; EX - extensão; TO – total

* É pré-requisito para a matrícula em Trabalho de Conclusão de Curso e em Estágio Curricular Supervisionado I, que o aluno tenha integralizado, no mínimo, **110 créditos obrigatórios** no curso sem contar os decorrentes das Atividades Complementares. As duas disciplinas são **co-requisitos**, ou seja, a matrícula em uma implica na matrícula na outra automaticamente.

** As 180 horas do Estágio Curricular Supervisionado I não devem ser contabilizadas como **carga horária docente**, mas apenas na carga horária total da fase e do curso.

Fase	Código	Disciplina	Créditos				Nº de Turmas			C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Percurso	Área de conhecimento
			TE	PR	EX	TO	TE	PR	EX				
8º Termo	8.1	Consultoria em Administração Pública	2		2	4				72	-	Gestão Pública	Ciências Sociais Aplicadas
	8.2	Desenvolvimento Gerencial e Liderança na Administração Pública	3		1	4				72	-	Gestão Pública	Ciências Sociais Aplicadas
	8.3	Tópicos Especiais 3	2			2				36	-	Política e Políticas Públicas	Ciências Sociais Aplicadas
	8.4	Tópicos Especiais 4 (EaD)	3		1	4				72	-	Inovação no setor Público	Ciências Sociais Aplicadas
	8.5	Estágio Curricular Supervisionado II	10			10				180	Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Curricular Supervisionado I	Disciplina de cunho transversal	Ciências Sociais Aplicadas
	TOTAL DA FASE		20		4	24				252	Carga horária total da fase: 432*		
	SUBTOTAL GERAL		172		20	192				3.024	CARGA HORÁRIA TOTAL: 3.456**		

Legenda: TE - teórico; PR - prático; EX - extensão; TO – total

* As 180 horas do Estágio Curricular Supervisionado II não devem ser contabilizadas como **carga horária docente**, mas apenas na carga horária total da fase e do curso.

** Na Carga Horária Total estão consideradas a carga horária docente, a carga horária das Unidades Curriculares de Extensão I e II e os Estágios Curriculares Supervisionados I e II

8.2.1. Resumo da carga horária da matriz proposta

Distribuição da Matriz	Créditos	Carga Horária	%
Total em Disciplinas Obrigatórias presenciais	127	2.286	63,5
Total em Disciplinas Obrigatórias EaD*	21	378	10,5
Total em Disciplinas Obrigatórias Mistas – atividades curriculares de extensão	16	288	8
Trabalho de Conclusão de Curso	4	72	2
Estágio Curricular Supervisionado	20	360	10
Atividades Complementares**	8	144	4
Total em Unidades Curriculares de Extensão**	4	72	2
Total Geral	200	3.600	

* A disciplina Tópicos Especiais 2, oferecida no 7º termo é oferecida apenas na modalidade EaD, assim como a Tópicos Especiais 4 oferecida no 8º termo, no entanto as disciplinas de Tópicos Especiais 1 e 3 podem ser oferecidas na modalidade presencial ou EaD, dependendo do tema a ser trabalhado na ocasião. Os créditos em disciplinas EaD poderão, portanto, variar de 21 até 25 créditos.

** Os créditos das Unidades Curriculares de Extensão e das Atividades Complementares podem ser realizados a qualquer tempo dentro do vínculo regular no curso.

8.2.2. Ementas e bibliografias das disciplinas do currículo proposto

1º Termo

Disciplina: Introdução à Administração Pública

Ementa:

O Estado Brasileiro: poderes, instituições e relações. Princípios da administração pública. Estrutura da administração pública direta e indireta, a esfera pública não governamental e suas relações. Setores e atribuições da administração pública. O campo profissional e o papel do administrador público.

Bibliografia Básica:

BRESSER PEREIRA, L. C. **Da administração pública burocrática à gerencial**. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DENHARDT, R. B. **Teorias da administração pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PEREIRA, José Matias. **Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais**. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar:

HARMAN, Willis; HORMANN, John. **O Colapso do Velho Paradigma**. In: BENNIS, Warren G; RAY, Michael; RINZLER, Alan. **O Novo Paradigma nos Negócios: estratégias emergentes para liderança e**

mudança organizacional. São Paulo: Cultrix, 1996.

PEREIRA, José Matias. **Governabilidade, governança e accountability**. In: Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2007.

SALAMONI, L. Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor. In: IOSCHPE, E. B. **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. 2.ed. Rio de Janeiro, GIFE, Paz e Terra, 1997.

SECCHI, Leonardo. Modelos Organizacionais e reformas na Administração Pública. **RAP**, Rio de Janeiro, 43 (2), 347-69, mar./abr. 2009.

TORRES, M. D. F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

Disciplina: Comportamento Humano na Gestão Pública

Ementa:

Relação indivíduo, Organização e Trabalho; O sentido do trabalho; Formação do Sujeito; Inteligência Emocional; Vínculos do Indivíduo com a Organização: satisfação, envolvimento, motivação, comprometimento; Processos de Aprendizagem nas Organizações; Formação e Desenvolvimento de Equipes.

Bibliografia Básica:

GRIFFIN, Ricky W. MOORHEAD, Gregory. **Comportamento organizacional: gestão de pessoas e organizações**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. **Comportamento Organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

ZANELLI, José C.; BORGES-ANDRADE, Jairo E.; BASTOS, Antônio V. B. (org). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Bibliografia Complementar:

BENDASSOLLI, P. F.; BORGES-ANDRADE J. E. (Org) **Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações**. Belo Horizonte: Editora Artesã, 2019.

DAVIDOFF, L. **Introdução à Psicologia**. Ed Makron Books, São Paulo. 2001.

GAZZANIGA, Michael S.; HEATHERTON, Tood F. **Ciência Psicológica: Mente, cérebro e Comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2005

MARQUES, José Carlos. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SPECTOR, Paul E. **Psicologia nas Organizações**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Disciplina: Direito Constitucional

Ementa:

Teoria Geral do Direito. Ordenamento jurídico. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Pessoa Natural e Pessoa Jurídica. Conceito de Constituição. Formação Constitucional do Brasil. Poder constituinte. Poder de reforma. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Pacto federativo. Organização dos Poderes. Funções essenciais à Justiça. Controle de Constitucionalidade. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Ordem social.

Bibliografia Básica:

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 25 ed. São Paulo: Saraivajur, 2021.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 37 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

Bibliografia Complementar:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito constitucional descomplicado**. 19. ed. rev., atual. Rio de Janeiro: São Paulo: Forense, Método, 2020.

BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura. **Comentários à Constituição**

Federal de 1988. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de direito civil:** volume único. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional.** 5 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da personalidade.** 3. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2014.

Disciplina: Matemática aplicada à Administração Pública

Ementa:

Porcentagem, Variação Absoluta e Relativa. Funções, gráficos e modelagem matemática. Derivadas, Interpretação Geométrica da Derivada, Taxa de Variação Instantânea, Máximos e Mínimos de Funções. Juros simples e compostos. Taxa de juros. Série uniforme de pagamentos. Sistemas de Amortização. Análise de investimentos.

Bibliografia Básica:

FLEMMING, D. M. E GONÇALVES, M. B. **Cálculo A:** funções, limite, derivação e integração. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

SAMANEZ, Carlos Patrício. **Matemática financeira**, 4ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2011.

SILVA, Sebastião Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da. **Matemática para cursos de economia, administração, ciências contábeis.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática financeira e suas aplicações.** 13. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
CASAROTTO FILHO, Nelson.; KOPITKE, Bruno Hartmut. **Análise de investimentos:** matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORETTIN, P.A., et al. **Cálculo:** funções de uma e várias variáveis. São Paulo: Saraiva, 2010.

HAZZAN, Samuel e POMPEU, José Nicolau. **Matemática financeira.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PUCCINI, Abelardo de Lima. **Matemática financeira:** objetiva e aplicada, 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Disciplina: Filosofia

Ementa:

Conceito de filosofia. Conhecimento científico e filosófico. Lógica, linguagem e argumentação. Elementos de filosofia política: as esferas pública e privada, Estado, justiça, bem comum, responsabilidade. Razão e racionalidade.

Bibliografia Básica:

BONJOUR, L.; BAKER, A. **Filosofia:** Textos fundamentais comentados. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia.** São Paulo: Paulus, 2005.

Bibliografia Complementar:

ADLER, M. J. **Aristóteles para Todos:** uma introdução simples a um pensamento complexo. São Paulo: É Realizações, 2010.

ARENDT, H. **A condição humana.** 13 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade:** para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

NAGEL, Thomas S. **Uma breve introdução à filosofia.** 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

RUSSEL, B. **História do Pensamento Ocidental:** a aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

Disciplina: Tópicos Especiais 1

Ementa: Disciplina de ementa aberta que deverá contemplar temas contemporâneos e tendências do percurso de **Gestão Pública**.

Disciplina: Sociologia Aplicada à Administração Pública

Ementa:

Fundamentos de sociologia e de sociologia política. Estado, Governo, Administração Pública e Sociedade: distinção, características e relações. Significado político, social e econômico da Administração Pública. Categorias sociológicas e interface com a administração pública: família, grupo, comunidade, movimentos sociais, classe social, público, organizações e sociedade.

Bibliografia Básica:

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2010.
DIAS, Reinaldo. **Introdução à Sociologia**, 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Silvia Maria P. de; BRIDI, Maria Aparecida da Cruz; MOTIM, Benilde Maria Lenzi. **Sociologia: um olhar crítico**. São Paulo: Contexto, 2009.
COHN, Gabriel (org.). Weber. São Paulo: Ática, 1982.
HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. 2. ed. São Paulo: Global, 1983.
RODRIGUES, José Albertino. **Durkheim**. São Paulo: Ática, 1984.
STEINER, Philippe. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

Disciplina: Produção do Conhecimento Científico na Administração Pública (EaD)

Ementa:

A ciência e o método científico. A pesquisa como produção do conhecimento científico. O processo da pesquisa: definições de tema/problema, objetivos e metodologia. Revisão sistemática de literatura. Sistemas de busca de informações científicas. Tipos de trabalhos acadêmicos. Tipos de pesquisas no campo da Administração Pública.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, M.M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo: Atlas, 2020.
FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **(Normas gerais para elaboração de trabalhos acadêmicos)**. Rio de Janeiro, 2021. (ou versão mais atual)
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos da UDESC: tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso e relatório de estágio**. Florianópolis: UDESC, 2014. (ou versão mais atual)

Bibliografia Complementar:

BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender: introdução a metodologia científica**. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. De A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

2º Termo

Disciplina: Teorias da Administração Pública

Ementa:

Patrimonialismo. Estado Moderno e Sociedade. O surgimento da Administração Pública como campo de estudo: o debate sobre a dicotomia entre administração e política. Interfaces entre administração, direito, ciência política e economia. Funções administrativas (POSDCORB). Teoria da Burocracia. Modelo Racional de Organização. Nova Gestão Pública, o Novo Serviço Público e a Governança Pública. Fundamentos da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais e seus desdobramentos na Administração Pública. Tendências nas teorias da administração pública.

Bibliografia Básica:

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas. **Teorias da administração pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2017. LAZZARINI, Sérgio G. **Capitalismo de laços**: os donos do Brasil e suas conexões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.

Bibliografia Complementar:

BUTLER, Eamonn. **Escolha Pública**: um guia. São Paulo: Bunker Editorial, 2015.
DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.
GIANTURCO, Adriano. **A ciência da política**: Uma introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. [disponível na Minha Biblioteca]
MATIAS-PEREIRA, José. **Administração pública**: foco nas instituições e ações governamentais. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2018. [disponível na Minha Biblioteca]
WILSON, Woodrow. Estudo da administração. **Revista do Serviço Público** Brasília, 56 (3): 349-366 Jul/Set 2005. (disponível em via digital).

Disciplina: Direito Administrativo

Ementa:

Regime jurídico-administrativo. Administração Pública Direta e Indireta: estrutura e organização. Ato administrativo. Princípios. Atividades da Administração Pública. Poder e Função no âmbito administrativo. Processo Administrativo. Serviços Públicos. Agentes Públicos. Responsabilidade civil do Estado. Direito Administrativo Sancionador. Sistema Jurídico Anticorrupção. A proteção de dados e o Setor Público. Controle e participação na Administração Pública. Relações Estado sociedade civil: marco legal e instrumentos jurídicos. Estatuto da Cidade.

Bibliografia Básica:

ALEXANDRINO, Marcelo.; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 27. ed. São Paulo: Método, 2018.
BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. **Curso de direito administrativo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 34. ed. rev., atual. e ampl.

São Paulo: Atlas, 2020.

MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Dêlcio Balestero; BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito administrativo brasileiro**. 41. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2015.

PINHEIRO, Patricia Peck. **Proteção de Dados Pessoais**: comentários à lei n. 13.709/2018. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

SCHIRATO, Vitor Rhein. **As empresas estatais no Direito Administrativo Econômico Atual**. São Paulo: Saraiva, 2016. – (Série IDP).

ZIMMER, JÚNIOR. Aloísio. **Corrupção e improbidade administrativa**: cenários de risco e a responsabilização dos agentes públicos municipais. São Paulo: Thomson Reuters, 2018. 592 p.

Disciplina: Métodos Estatísticos

Ementa:

Séries estatísticas e representação gráfica. Preparação e Análise de dados. Medidas descritivas. Modelos probabilísticos. Amostragem. Correlação simples. Regressão Linear. Ferramentas e linguagens estatísticas.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, David Ray; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas Arthur. **Estatística aplicada à administração e economia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 642p.

BARBETTA, Pedro. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 9 ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2014.

MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton de Oliveira. **Estatística Básica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017

Bibliografia Complementar:

BELFIORE, Patrícia. **Estatística aplicada a administração, contabilidade e economia com Excel e SPSS**. Rio de Janeiro GEN LTC 2015

DOWNING, D.; Clark, J. **Estatística aplicada**. São Paulo, SP: Saraiva, 2011.

FREUND, John E. **Estatística aplicada**: economia, administração e contabilidade. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

LEVINE, David M. et. al. **Estatística**: Teoria e aplicações usando o Microsoft Excel em Português. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MINGOTI, Sueli Aparecida. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada**: uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005. 295 p.

Disciplina: Economia aplicada à Administração Pública

Ementa:

Conceito e princípios de economia. Modelo de Oferta e Demanda. Estruturas de Mercado. Economia e coprodução do bem público. Fundamentos da Análise Macroeconômica. Principais Agregados e Modelos Macroeconômicos. Moeda, Inflação e Taxa de Juros. Políticas Macroeconômicas. Indicadores Socioeconômicos. Relações Econômicas Internacionais.

Bibliografia Básica:

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2020

MANKIW, N. Gregory. **Introdução a economia**: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia micro e macro**. 6. Rio de Janeiro Atlas 2015.

Bibliografia Complementar:

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia teorias e aplicações**. 2. São Paulo Saraiva 2009.

HALL, Robert E. **Microeconomia princípios e aplicações**. São Paulo Cengage Learning 2012.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia**: fundamentos e aplicações. 2. ed. São Paulo:

Pearson/Prentice Hall, 2009.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei (org.). **Manual de economia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, c2011.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Record, 2007.

Disciplina: Ciência Política

Ementa:

Fundamentos de Ciência Política. Organização do Estado e Ciência Política. População, povo, nação e território. Teorias contratualistas e os referenciais teóricos clássicos. Teorias da democracia e formação do Estado Democrático. Formas e sistemas de governo. Ideologia e opinião pública. Partidos políticos e instituições da política. Sistemas políticos e eleitorais. Novas formas de organização político-eleitoral. Experimentações e inovações democráticas. Política Global, sistema ONU: papel do Estado brasileiro e cooperação internacional.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. **A Teoria das Formas de Governo**. Brasília: Ed. UNB, 1994.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**. 13ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

Bibliografia Complementar:

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 2 ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

REIS, Marlon. **O Nobre Deputado** – Relato Chocante (e verdadeiro) de como nasce, cresce e se perpetua um corrupto na política brasileira. São Paulo: Leya, 2014

SCHEEFFER, Fernando. **Esquerda e direita hoje**: uma análise das votações da Câmara dos Deputados. Curitiba: Appris, 2018.

SROUR, Robert Henry. **Classes, regimes, ideologias**. São Paulo: Ática, 1987.

Disciplina: Introdução à Ciência de Dados (EaD)

Ementa:

Fundamentos de Ciência de dados. O perfil do cientista de dados. Fontes de dados internas e externas de dados. Big data. Diretório de dados Abertos. Localizando dados abertos. Ciclo de vida da ciência de dados. Ferramentas e técnicas para o tratamento e análise de dados. Aplicações de ciência de dados na administração pública.

Bibliografia Básica:

PROVOST, Foster; FAWCETT, Tom. **Data science para negócios**: o que você precisa saber sobre mineração de dados e pensamento analítico de dados. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. 383 p.

AMARAL, Fernando. **Introdução a ciência de dados**: mineração de dados e big data. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. 304 p.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. **Big data**: como extrair volume, variedade, velocidade e valor da avalanche de informação cotidiana. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 163 p.

Bibliografia Complementar:

KNAFLIC, Cole Nussbaumer. **Storytelling com dados**: um guia de visualização de dados para profissionais de negócios. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017 241 p.

RAGSDALE, Cliff T. **Modelagem de planilha e análise de decisão**: uma introdução prática a business analytics. São Paulo: Cengage Learning, 2018. 594 p.

RIBEIRO JÚNIOR, José Ivo,. **Análises estatísticas no Excel**: guia prático. 2.ed.rev. e ampl. Viçosa, MG: Ed. da UFV, 2013. 311 p

LEVINE, David M. **Estatística**: teoria e aplicações: usando o Microsoft® Excel em português . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. xxv, 804 p.

ISOTANI, Seiji; BITTENCOURT, Ig Ibert. **Dados abertos conectados**. São Paulo: Novatec, 2015. 175 p.

3º Termo

Disciplina: Direito tributário

Ementa:

Conceitos, noções gerais e princípios de Direito Financeiro. Receita e despesas públicas. Crédito público. Orçamento público. Lei de Responsabilidade Fiscal. Sistema Tributário Nacional – aspectos constitucionais. Competência tributária. Limitações ao Poder de Tributar. Capacidade Contributiva. Administração Tributária. Federalismo tributário.

Bibliografia Básica:

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional**. 32ed. São Paulo: mealheiros editores, 2019.
PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo**. 13 a ed. São Paulo: saraivar, 2022.

Bibliografia Complementar:

ATALIBA, Geraldo. **República e Constituição**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.
ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de incidência tributária**. 6 ed., São Paulo: Malheiros, 2009.
BALEEIRO, Aliomar. **Limitações constitucionais ao poder de tributar**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria geral do direito tributário**. 3. ed. São Paulo: Lejus, 1998.
TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de direito financeiro e tributário**. 7. ed. Rio de Janeiro- São Paulo: Renovar, 2000.

Disciplina: Antropologia da Política

Ementa:

A antropologia da política e sua aplicação na administração pública: conceitos, métodos e práticas. Fronteiras entre política, economia e religião. A visão antropológica de ideologia e controle social. Cultura e cybercultura. Símbolos, crenças, mitos e valores na política e na sociedade. Cultura política no Brasil. Eleições e voto. Trajetória e carreira política. Antropologia digital e seus impactos na democracia.

Bibliografia Básica:

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
KOTTAK, Conrad Phillip. **Um espelho para a humanidade: uma introdução à antropologia cultural**. 8. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, Penso, 2013.
LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Bibliografia Complementar:

CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **O país dos falsos preguiçosos**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.35, n.3 , p. 181-96, maio/jun. 2001.
HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 254 p.
LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2010. 270 p.
SELL, C. E. **Introdução à sociologia política: política e sociedade na modernidade tardia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 17. ed. São Paulo: Cultrix, c2011.

Disciplina: Administração Pública Brasileira

Ementa:

Trajetória histórica da administração pública brasileira, modelos de administração pública e suas particularidades em relação a outros países. Trajetória das reformas administrativas na administração pública brasileira. Reformas administrativas em diferentes setores e políticas públicas: características e efeitos e limites. Dilemas e perspectivas da administração pública brasileira. Experiências nacionais e internacionais.

Bibliografia Básica:

ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **RAP**, Rio de Janeiro, Edição Especial Comemorativa, p. 67-86, 1967-2007.
BRESEER PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, v. 120, n. 1, Jan-Abr, 1996, pp. 07-40.
CAMPANTE, Rubens Gayatá. O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. Dados - **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol, 46, n.1, 2003, pp.153 a 193.

Bibliografia Complementar:

ABRUCIO, Fernando L.; LOUREIRO, Maria Rita. Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil**: interseções analíticas. Brasil: IPEA, Enap, 2018. Cap. 1. Pgs. 23-57.
BRESEER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro, FGV, 2005.
REZENDE, Flávio da Cunha. **Por que falham as reformas administrativas?** Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.
SCHOMMER, Paula Chies. **Gestão pública no Brasil**: notícia do teatro de operações. Revista de Administração de Empresas. 43 (4), 102-7, Out/Dez. 2003.

Disciplina: Gestão de Estruturas e Processos Organizacionais

Ementa:

Análise e desenvolvimento organizacional. Estrutura organizacional: organograma; departamentalização; distribuição e racionalização do trabalho; centralização, descentralização e delegação; concentração, desconcentração, centralização e descentralização administrativas nas organizações públicas. Novos modelos organizacionais. Modelos de organização flexível do trabalho. Gestão por processos no serviço público. Metodologias e instrumentos para modelagem e análise de processos.

Bibliografia Básica:

ARAUJO, Luis Cesar G. de; GARCIA, Adriana Amadeu; MARTINES, Simone. **Gestão de Processos - Melhores Resultados e Excelência Organizacional** - 2ª Ed. 2017
DAFT, Richard L. **Organizações**: teoria e projetos. 11. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
HALL, Richard H. **Organizações**: estruturas, processos e resultados. 8ª edição. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; AMBONI, Nério. **Estratégias de gestão**: processos e funções do administrador. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
O'BRIEN, James A.; MARAKAS, George M. **Administração de Sistemas de Informação**. 15 ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2013.
OLIVEIRA, Djalma de P. Rebouças. **Administração de Processos**: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2007.
RAMOS, Alberto Guerreiro. **Administração e Contexto Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

REZENDE, Denis Alcides. **Sistemas de Informações Organizacionais**: guia prático para projetos em cursos de administração, contabilidade e informática . 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: <http://site.ebrary.com/lib/bibliotecaUDESC/doc?id=10824576>

Disciplina: Finanças Públicas (EaD)

Ementa:

Fundamentos e legislação de finanças públicas. Aspectos econômico-financeiros da tributação e dos dispêndios públicos. Conceito e análise econômico-financeira de receitas, despesas e dívida públicas. Indicadores de gestão e de sustentabilidade fiscal. Política fiscal. Fluxos financeiros e a coprodução do bem público. Transparência fiscal. Finanças públicas comparada.

Bibliografia Básica:

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia de. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
SILVA, Fernando Antonio Rezende da. **Finanças Públicas**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.
RIANI, Flavio. **Economia do setor público**: uma abordagem introdutória. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

Bibliografia Complementar:

BALEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das finanças**. 14 ed. Rio:Forense, 2004.
BIDERMANN, Ciro; ARVATE, Paulo Roberto. **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
CRUZ, Flávio da; VICCARI JUNIOR, Adauto. **Lei de responsabilidade fiscal comentada**: lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
CRUZ, Flávio da. **Comentários à Lei n.4.320**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas**: a política orçamentária no Brasil. 6. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina: Comunicação e negociação na esfera pública

Ementa:

Comunicação e fluxo de comunicação. Aspectos formais da comunicação necessários à administração pública. Expressões e estratégias de comunicação informal. Habilidades comunicativas. Argumentação, retórica, oratória. Negociação: sua dinâmica e a importância em processos decisórios. Negociação e ações coletivas, mediação e arbitragem. Competências e perfil do negociador na gestão de crises e conflitos.

Bibliografia Básica:

LEWICKI, R., SAUNDERS, D.M., BARRY, B. **Fundamentos da negociação**. Porto Alegre: AMGH, 2014.
OLIVEIRA, Maria José da Costa (Org.). **Comunicação pública**. Campinas, S.P.: Editora Alínea, 2004.
VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. 7.ed., São Paulo: Método, 2020.

Bibliografia Complementar:

CHEIBUB, Zairo B. **Negociação coletiva no setor público: experiências internacionais recentes por meio de análise da literatura**. Brasília: Pesquisa Enap, 2004.
DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.
DUZERT, Yann; ZERUNYAN, Frank; MORAES, Márcia. **Negociação para profissionais do setor público**: técnicas de solução consensual com governança colaborativa em harmonia com Agenda 2030 da ONU. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.
FIORELLI, José O.; FIORELLI, Maria R.; MALHADAS JUNIOR, Marcos J.O. **Mediação e Solução de**

Conflitos: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2008.

FISCHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. **Como chegar ao sim:** como negociar acordos sem fazer concessões. Ed., ver. e atual. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta:** técnicas para aprimorar os relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Agora, 2006.

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antonio G.L.; SILVA, Paulo Eduardo A. da. **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem.** São Paulo: Forense, 2021.

Disciplina: Coprodução do bem público

Ementa:

Fundamentos, abordagens e tipos de coprodução. Engajamento mútuo de usuários e profissionais no design e na entrega de serviços públicos. Redes, parcerias e outras formas de envolvimento de cidadãos e organizações governamentais, de mercado e não-governamentais nas políticas públicas, na governança pública e na produção de bens e serviços públicos. Dispositivos constitucionais e outras formas de participação cidadã. Ação coletiva, capital social e confiança. Coordenação, transparência e accountability em processos de coprodução.

Bibliografia Básica:

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 3, p. 479-99, 2006.

ROCHA, Arlindo Carvalho; SCHOMMER, Paula Chies; DEBETIR, Emiliana. PINHEIRO, Daniel Moraes. Elementos estruturantes para a realização da coprodução do bem público: uma visão integrativa. **Cadernos Ebape**, 19(3), p. 538-551, 2021.

SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. Os modelos de administração pública como estratégias complementares para a coprodução do bem público. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 25, p. 97-120, set/dez 2009.

Bibliografia Complementar

BRANDSEN, Taco; STEEN, Trui; VERSCHUERE, Bram (Eds). 2018. **Co-Production and Co-Creation:** Engaging Citizens in Public Services. New York: Routledge. (Routledge Critical Studies in Public Management).

ROCHA, A.C.; SCHOMMER, P. C.; DEBETIR, E.; PINHEIRO, D.M. Transparência como elemento da coprodução na pavimentação de vias públicas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 24, n. 8, 1-22, 2019.

RONCONI, Luciana F. de A.; DEBETIR, Emiliana; DE MATTIA, Clenia. Conselhos gestores de políticas públicas: potenciais espaços para a coprodução dos serviços públicos. Brasília: **Contabilidade, Gestão e Governança**. Vol. 14, n. 3 (2011). Disponível em <http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/380>.

SALM, José Francisco. Coprodução de Bens e Serviços Públicos. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. P. 42-44.

SCHOMMER, P. C. Desenvolvimento local: reconfiguração de papéis e governança para a coprodução do bem público. In: **Ecosistema do desenvolvimento local no Brasil:** diálogos sobre a relação e o papel do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada. São Paulo: ICE, GIFE, IBRF, FGV, 2013a..

4º Termo

Disciplina: Teorias de política pública (EaD)

Ementa:

Conceitos básicos sobre problema público e políticas públicas. Tipologias de políticas públicas. Atores e instituições. Ciclo de Políticas Públicas. Estilos de políticas públicas. A relação entre orçamento público e políticas públicas. O impacto da transformação digital nas políticas públicas. Integração de políticas públicas. As políticas públicas no Brasil e sua gestão: perspectivas e desafios. Políticas Públicas comparadas.

Bibliografia Básica:

HEIDEMANN, Francisco Gabriel, SALM, José Francisco (orgs.), **Políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília: Editora da UnB, 2009.
HOWLETT, M. RAMESH, M., PERL, A. **Política Pública**: seus ciclos e subsistemas, uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
SECCHI, Leonardo, COELHO, Fernando de Souza, PIRES, Valdemir. **Políticas públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3.ed São Paulo: Cengage, 2019.

Bibliografia Complementar:

FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração Pública e Políticas Públicas. **Revista de Administração Pública**, vol, 45, n. 3, 2011, pp. 813-836.
FISCHER, Frank. **Truth and post-truth in public policy**: interpreting the arguments. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. (pp. 1-23).
OLLAIK, Leila Giandoni, MEDEIROS, Janann Joslin. Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, vol. 45, n. 6, nov. – dez, 2011, p. 1943-1967.
SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage, 2016.
WU, Xun, RAMESH, M., HOWLETT, Michael, FRITZEN, Scott. **Guia de Políticas Públicas**: gerenciando processos. Brasília, ENAP, 2014.

Disciplina: Licitações e Contratos Públicos

Ementa:

Licitação: normas gerais e princípios. Contratação direta: dispensada, dispensa e inexigibilidade. Fases do procedimento licitatório. Modalidades e tipos de licitação. Sustentabilidade ambiental e financeira nas licitações públicas. Contratos administrativos. Equação econômico-financeira do contrato público. Gestão de contratos. Aspectos da arbitragem nos contratos administrativos. Convênios públicos.

Bibliografia Básica:

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Nova ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.
FURTADO, Lucas da Rocha. Curso de Licitações e Contratos Administrativos. 5a ed. Belo Horizonte: Editora Forum, 2014.
CAPAGIO, ALVARO DO CANTO; COUTO, REINALDO. Nova Lei de Licitações e Contratos administrativos: Lei nº 14.133/2021. São Paulo: saraivar, 2021.

Bibliografia Complementar:

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Vade-Mécum de Licitações e Contratos**. 7. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014.
JUSTEN FILHO, Marçal. **Teoria Geral das Concessões de Serviço Público**. São Paulo: Dialética, 2003.
MEIRELLES, Hely Lopes. Wald; Mendes. **Mandado De Segurança e Ações Constitucionais** - 38Ed.

São Paulo: Malheiros Editores, 2019.

MOREIRA, Egon Bockmann. **Direito das Concessões de Serviço Público**. São Paulo: Malheiros Editores, 2021.

MUKAI, Toshio. **Licitações e Contratos Públicos**. 8. ed. revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2009.

Disciplina: Orçamento público

Ementa:

Fundamentos, legislação e finalidades do orçamento público. Estrutura do processo orçamentário e suas inter-relações. Programação e execução de receitas e despesas públicas. Planejamento, execução, controle e avaliação orçamentária. Orçamento Participativo. Tecnologias e inteligência aplicadas ao processo orçamentário. Recursos orçamentários e a coprodução do bem público. Orçamento público comparado.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**: métodos com base nas normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Orçamento Federal (SOF). **Manual Técnico de Orçamento (MTO)**. 13ª versão. Brasília, 2022.

CARVALHO, Deusvaldo. **Orçamento e contabilidade pública**: teoria, prática e mais de 800 exercícios. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 18ª ed., revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2021.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F. **Contabilidade Pública**: Uma abordagem da Administração Financeira Pública. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Lei nº 4320**, de 17/03/1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Ou a mais atual.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público** (MCASP). 9 ed. Brasília: STN, 2021.

GIACOMONI, J. **Orçamento Governamental - Teoria - Sistema - Processo**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 15ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças Públicas**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Disciplina: Ética na Administração Pública

Ementa:

Conceitos de ética e moral. Ação moral. Teorias éticas: virtude, deontologia, consequencialismo, ética da discussão, ética da convicção e da responsabilidade. Ética e dilemas morais no exercício da administração pública. Relação entre legalidade e moralidade. Desafios éticos contemporâneos.

Bibliografia Básica:

BONJOUR, L.; BAKER, A. **Filosofia**: Textos fundamentais comentados. Porto Alegre: Artmed, 2010.

JIMÉNEZ SERRANO, P. **Ética e administração pública**. Campinas: Alínea, 2010.

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

RAMOS, Flamarion Caldeira, Melo, Rúrion, FRATESCHI, Yara. **Manual de filosofia política**: para os cursos de teoria do Estado, e ciência política, filosofia e ciências sociais. São Paulo: Saraiva, 2012.

Bibliografia Complementar:

ARISTÓTELES. **Política**. 2. ed. Baurú: EDIPRO, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Facticidade e validade**: contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia. Campinas: Editora UNESP, 2021.

JASPERS, Karl. **Introdução ao pensamento filosófico**. São Paulo: Editora Cultrix, 2011.

PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1996.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Disciplina: Planejamento Público**Ementa:**

Trajetória histórica do planejamento governamental. Fundamentos legais do planejamento governamental. Processo de planejamento governamental: Plano de Governo; Programas, Projetos e Atividades. Dimensão estratégica e operacional do planejamento público. A evolução tecnológica e as novas perspectivas de planejamento público. Estratégias, metodologias e iniciativas de planejamento. Planejamento e participação. Articulação entre o planejamento público e o território. Sistemas de acompanhamento dos planos e projetos.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia, praticas - São Paulo: Atlas, 2008. 331 p.

MINTZBERG, Henry. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2004. 359 p.

Toni, Jackson De. **O planejamento estratégico governamental**: reflexões metodológicas e implicações na gestão pública. Intersaberes, Curitiba 2016. 393 p.

Bibliografia Complementar:

ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público**: do urbano ao político. São Paulo: EDUSP: Annablume, 2008. 194 p.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Planejamento governamental para municípios**: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008. 403 p.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 177 p.

GUERRA, Alexandre (Org.). **Planejamento público e gestão por resultados**: uma experiência municipal aplicada. São Paulo: Hucitec, 2016. 253 p.

TURNES, Valério Alécio; SCHMIDT, Wilson; GUZZATTI, Thaíse Costa. **Formar novos rurais**. Criciúma, SC: EDIUNESC, 2018.

Disciplina: Tecnologias Digitais na Administração Pública**Ementa:**

Sistemas de informação, Inteligência artificial e Sistemas Baseados em Conhecimento: Conceitos, Tipologia e Aplicações. Fundamentos de Engenharia e Gestão do Conhecimento. Tecnologias e estratégias para a digitalização e a transformação digital das organizações.

Bibliografia Básica:

LAUDON, Kenneth C; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informação gerenciais**. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2014.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. **Princípios de sistemas de informação**. São Paulo: Cengage Learning, 2015. 719 p.

MOLINARO, Luís Fernando Ramos; RAMOS, Karoll Haussler Carneiro. **Gestão de tecnologia da informação**: governança de TI: Arquitetura e alinhamento entre sistemas de informação e negócio. Rio de Janeiro: LTC, 2015. 212 p.

Bibliografia Complementar:

BARBIERI, Carlos. **BI2-Business Intelligence**: modelagem e qualidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 392 p.

RUSSELL, Stuart J; NORVIG, Peter. **Artificial intelligence**: a modern approach. 3rd. ed. New Jersey: Prentice-Hall, 2010. 1132 p. (Prentice Hall series in artificial intelligence.).

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008. 319 p.

FOREMAN, John W. **Data smart**: usando data science para transformar informação em insight. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. 425 p.

SILVA, Leandro Augusto da; PERES, Sarajane Marques; BOSCARIOLI, Clodis. **Introdução à mineração de dados**: com aplicações em R. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. xi, 277p.

Disciplina: Gestão de Pessoas na Administração Pública**Ementa:**

Trajetória da área de administração de recursos humanos como função organizacional e gerencial. Transformações e perspectivas estratégicas da gestão de pessoas. Fundamentos, políticas e processos de gestão de pessoas aplicados à Administração Pública. Carreiras públicas e movimentação de agentes públicos. Modalidades de ingresso em organizações públicas: concurso público, estágio probatório e estabilidade. Socialização organizacional. Capacitação, treinamento e desenvolvimento de pessoas na administração pública. Avaliação de desempenho e meritocracia no setor público. Aposentadoria no setor público. Gestão de pessoas em organizações da sociedade civil. Inovações em gestão de pessoas.

Bibliografia Básica:

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de pessoas em organizações públicas**. 3. ed. rev. atual. Caxias do sul: EDUCS, 2010.

BECKERT, Mara; NARDUCCI, Viviane. **Gestão de pessoas nas organizações públicas**. 2. ed. rev. atual. Curitiba: Juruá Ed., 2018.

CAMÕES, Marizaura R. de S; FONSECA, Diogo R.; PORTO, Valéria (Org.). Estudos em gestão de pessoas no serviço público. **Cadernos ENAP** (37), Brasília, 2014.

Bibliografia Complementar:

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de pessoas**: liderança e competências para o setor público. Brasília: ENAP, 2019.

DAVEL, Eduardo Paes Barreto; VERGARA, Sylvia Constant; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. **Gestão com pessoas e subjetividade**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DUTRA, Joel S.; DUTRA, Tatiana A.; DUTRA, Gabriela A. **Gestão de pessoas**: realidade atual e desafios futuros. São Paulo, Atlas, 2017.

FLEURY, Maria Tereza Leme (Coord.). **As pessoas na organização**. 16. ed. São Paulo: Gente, 2002.

TEIXEIRA, Hélio Janny; BASSOTTI Ivani Maria; SANTOS Thiago Souza. **Mérito, desempenho e resultados**: ensaios sobre gestão de pessoas para o setor público. São Paulo: FIA/USP, 2014.(e-book).

5º Termo

Disciplina: Desenvolvimento Territorial Sustentável

Ementa:

As teorias, correntes e concepções do desenvolvimento. Desenvolvimento e sustentabilidade. Multidimensionalidade da sustentabilidade. Os conceitos e fundamentos do desenvolvimento territorial sustentável. Relação urbano e rural. O planejamento, a organização e a gestão do espaço. Arranjos territoriais, regionais e metropolitanos. Monitoramento do desenvolvimento territorial sustentável. Programas públicos e privados de apoio ao desenvolvimento territorial e a sustentabilidade. Tecnologias digitais aplicadas ao planejamento e gestão do espaço e da sustentabilidade.

Bibliografia Básica:

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil: territórios e sociedade no início do século XXI**. 6ª Edição, Rio de Janeiro: Record, 2004.
SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986. 224p.
SEN, Amartya Kumar, 1933. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 409p.

Bibliografia Complementar:

ACSELRAD, H. **Discursos da sustentabilidade urbana**. Revista Brasileira de Estudos urbanos e regionais, São Paulo, n. 1, p. 79-90, mai. 1999.
JACOBS, J. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Contexto, 2006.
LOPES, G. B. B. **Políticas para o desenvolvimento territorial sustentável em São Joaquim**. Florianópolis: Insular, 2018.
TURNES, V. A.; DAMO, M. S. (Org) **Projeto Meu Lugar: transformar regiões administrativas em territórios de desenvolvimento**. Florianópolis, 2004.
VILLAÇA, F. **São Paulo: segregação urbana e desigualdade**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, fev. 2011.

Disciplina: Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Ementa:

Elementos de contabilidade geral. Estrutura conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Função Social. Análise contábil da execução orçamentária de receitas e despesas públicas. Patrimônio Público. Escrituração contábil. Aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais. Prestação de contas e a coprodução do bem público. Elaboração e análise das demonstrações contábeis. Lei de Responsabilidade Fiscal.

Bibliografia Básica:

BEZERRA FILHO, J. E. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público: abordagem objetiva e didática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2021.
BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. 9 ed. Brasília: STN, 2021.
KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2016.
MARION, J. C. **Contabilidade básica**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.
KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 15ed. São Paulo: Atlas, 2017.
LIMA, S. C.; DINIZ, J. A. **Contabilidade Pública: Análise Financeira Governamental**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2016.
PADOVEZE, C. L. **Manual de Contabilidade Básica: contabilidade introdutória e intermediária**. 10 ed.

[2. Reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2018.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F.. **Contabilidade pública**: uma abordagem da administração financeira pública. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Disciplina: Gestão Pública e Governança

Ementa:

Estado Democrático, governo, governança e gestão pública no Brasil pós CF88: desafios e perspectivas. O Federalismo brasileiro, a descentralização e a coordenação federativa. Coordenação horizontal, vertical, intersetorial, interorganizacional e regional/territorial. Governança colaborativa e articulação de diferentes atores e recursos nas políticas públicas e na ação pública. Principais políticas nacionais em rede e seus sistemas: níveis, regulação, mecanismos de gestão/governança e dispositivos legais. Gestão pública na prática no Brasil e no mundo: desafios e tendências.

Bibliografia Básica:

ANDION, C.; MAGALHÃES, T. (Re) aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas. Experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 2, p. 513-543, 2021, pp. 513-543.

ANSELL, C.; TORFING, C. I. **Handbook on Theories of Governance**. Cheltenham, Elgar, 2016.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologia da Ação Pública**. Maceió: EDUFAL, 2012.

Bibliografia Complementar:

ABRUCIO, F.L; GRIN, E.J; FRANZESE, C.; SEGATTO, C.I.; COUTO, C.G. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, ago. 2020, pp. 663-677.

KISSLER, L; HEIDMANN, F.G Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, 2006, pp. 479-499.

LEVI-FAUR, D. (ed.) **The Oxford Handbook of Governance**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

LOTTA, G. S; Gonçalves, R.; Bitelman, M. F A Coordenação Federativa de Políticas Públicas: uma análise das políticas brasileiras nas últimas décadas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo, v. 19, n. 64, Jan./Jun. 2014.

OLIVEIRA, O.P.; HASSENTEUFEL, P. (Org.). **Sociologia política da ação pública**: teorias, abordagens e conceitos. Brasília: Enap, 2021, pp 114-134.

Disciplina: Marketing e Comunicação no Setor Público

Ementa:

Conceitos fundamentais de Marketing. Marketing empresarial e Marketing público. Aspectos éticos. Marketing Institucional e Comunicação Corporativa. Marketing Político: partidário, governamental e eleitoral. Marketing Social e de Causas Sociais. Marketing Territorial. Marketing Digital e tendências. Plano de Comunicação.

Bibliografia Básica:

CEZAR, L.C. **Comunicação e marketing no setor público**: diferentes abordagens para a realidade brasileira. Brasília: ENAP, 2019.

SCHULER, Maria; TONI, Deonir de. **Gestão da imagem de organizações, marcas e produtos**: através do MCI: Método para configurações de imagem. São Paulo: Atlas, 2015.

VAZ, Gil Nuno. **Marketing Institucional**: o mercado de ideias e imagens. 2. ed. rev. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

Bibliografia Complementar:

KOTLER, Philip; LEE, Nancy R. **Marketing social**: influenciando comportamentos para o bem. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

TREVISAN, Nanci M.; ROCHA, Marcos Donizete A. **Marketing nas mídias sociais** (Coleção Marketing

nos Tempos Modernos): Editora Saraiva, 2020. Disponível no app “Minha Biblioteca”.

SANTOS, Aline Regina et al. A Imagem Corporativa e seus Reflexos: um Estudo de Imagem da Polícia Militar de Santa Catarina na Perspectiva de Moradores da Grande Florianópolis. **Teoria e Prática em Administração**, v. 9, n. 1, p. 63-76, 2018.

WALSH, Kieron. **Citizens and consumers**: Marketing and public sector management. Public Money & Management, 11:2, 1991.

ZEITHAML, Valarie A; BITNER, Mary Jo., GREMLER, Dwayne. **Marketing de serviços**: a empresa com foco no cliente. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. Disponível no app “Minha Biblioteca”.

Disciplina: Inovação no Setor e nos Serviços Públicos

Ementa:

Conceitos, origens e tipos de inovação no setor público. O processo multifacetado e colaborativo da inovação. Inovação na resolução de problemas públicos. Ecossistemas de inovação. Inovações em serviços públicos. Inovação e design: o processo de inovação centrado no usuário. Inovação segundo a lógica de serviços e coprodução. Impulsionadores e barreiras para a inovação no setor público. Instrumentos e práticas para a promoção da inovação no setor e nos serviços públicos. Experiências nacionais e internacionais de inovação no setor e nos serviços públicos.

Bibliografia Básica:

BRANDÃO, S. M.; BRUNO-FARIA, M. F. Inovação no setor público: análise da produção científica em periódicos nacionais e internacionais da área de administração. **Revista de Administração Pública**, Brasil, v. 47, n. 1, p. 227-248, Jan. 2013.

CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marlzaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Wilber. **Inovação no setor público**. Teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: ENAP; IPEA, 2017.

FERRAREZI, Elisabete; LEMOS, Joselene; BRANDALISE, Isabella. **Experimentação e novas possibilidades em governo**. Aprendizados de um laboratório de inovação. Brasília: ENAP, 2018.

Bibliografia Complementar:

ANSELL, Christopher; TORFING, Jacob. **Public innovation through collaboration and design**. New York: Routledge, 2014.

METELLO, Daniela Gomes. **Design etnográfico em políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018.

KLUMB, Rosângela; HOFFMANN, Micheline Gaia. Proposição de Metodologia para Sistematização do Processo de Inovação do TRE/SC. **TAC**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, art. 1, p. 92-104, 2014.

KLUMB, Rosângela; HOFFMANN, Micheline Gaia. **Inovação no Setor Público e Evolução dos Modelos de Administração Pública**: o Caso do TRE-SC. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 21, n. 69, p. 86-102, 2016.

OLIVEIRA, Luiz Guilherme de. **Inovação no setor público**: uma reflexão a partir das experiências premiadas no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Brasília: ENAP, 2014.

6º Termo

Disciplina: Sistemas de Accountability

Ementa:

Democracia, modelos de administração pública e conceitos e abordagens de accountability. Transparência, controle, responsabilidade, responsabilização e responsividade - sistemas e instrumentos de gestão. Controle institucional, controle social e coprodução do controle. Governança e accountability. Accountability na relação entre governos, cidadãos, empresas e organizações da sociedade civil. O administrador público como promotor da accountability no seu campo de atuação cidadã e profissional.

Bibliografia Básica:

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. **Finanças públicas, democracia e accountability**. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ETZIONI, Amitai. **Concepções alternativas de accountability**: o exemplo da gestão da saúde. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora UnB, 2009. (Pg. 287-301).

ZUCCOLOTTO, Robson; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. **Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro**. Brasília: Enap, 2019.

Bibliografia Complementar:

HERNANDEZ, Andres; CUADROS, Diana. Iniciativas de transparência y accountability en America Latina: naturaleza, tipología e incidencia en la democracia y el desarrollo. In: PINHEIRO, Daniel; MELO, Danilo; COSTA, João (orgs.). **Democracia**: desafios, oportunidades e tendências. Florianópolis: Imaginar o Brasil, 2014 (p. 226-270).

PINHO, J.A.G. e SACRAMENTO, A.R.S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista da Administração Pública**, 43 (6): 1343-68, nov./dez. 2009.

ROCHA, Arlindo Carvalho. Accountability na administração pública: modelos teóricos e abordagens. **Contabilidade, Gestão e Governança**. Brasília, v. 14, n. 2, p. 82-97, mai./ago. 2011.

ROCHA, A.C.; SCHOMMER, P. C.; DEBETIR, E.; PINHEIRO, D.M. Transparência como elemento da coprodução na pavimentação de vias públicas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 24, n. 8, 1-22, 2019.

SCHOMMER, Paula Chies; ROCHA, Arlindo Carvalho; SPANIOL, Enio L.; DAHMER, Jeferson; SOUSA, Alessandra Debone de. Accountability and co-production of information and control: social observatories and their relationship with government agencies. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 6, pg. 1375-1400, nov./dez., 2015.

Disciplina: Gestão de Projetos Públicos

Ementa:

Origem, importância, tipos e finalidades. Projeto, programa e portfólio. Escritório de Projetos. Estruturas organizacionais e gerenciamento de projetos. Processos e áreas de conhecimento em gestão de projetos. Abordagens ágeis na gestão de projetos públicos. Design de projetos centrado no usuário e nos problemas públicos. Monitoramento e avaliação de projetos públicos. Fontes de recursos para projetos públicos.

Bibliografia Básica:

MAXIMINIANO, Antônio Cesar Amaru; VERONEZE, Fernando. **Gestão de Projetos**: Preditiva, Ágil e Estratégica. São Paulo: Atlas, 2022.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI). **Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos**: Guia PMBOK. 7ª Edição. Pennsylvania: PMI, 2021.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto; PIMENTA, Roberto da Costa. **Gestão de programas e projetos públicos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

Bibliografia Complementar:

LIMA, Francisco José; CIRQUEIRA, Jefferson Correia; PINTO, Vannildo Cardoso; SOUZA, Waldemar Antônio da Rocha. **Gerenciamento de projetos**: um modelo de monitoramento e controle de projetos públicos executado com recursos de transferências voluntárias. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 8, n. 1., jan-abr, 2017.

LINK, Camila Paulus; SILVA, Givanildo; BARICHELO, Rodrigo; DAL MAGRO, Cristian Bau. Fatores críticos no gerenciamento de projetos públicos sustentáveis. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 11, n. 2., p.87-109, maio/ago., 2020.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI). **Government Extension to the PMBOK Guide**. Pennsylvania: PMI, 2006.

OLIVEIRA, Rodrigo Alberto de; ZYCH, Denilson Roberto; OLIVEIRA, Jair, Michaloski, Ariel Orlei. Desafios no uso de metodologias ágeis de gestão de projetos em órgãos públicos: um estudo de caso da Receita Estadual do Paraná. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 11, n. 2, p. 12-36, maio/ago, 2020,

SANTOS, Grazielli Faria Zimmer.; HOFFMANN, Micheline Gaia. Em busca da efetividade na administração pública: proposição de uma metodologia para design e implementação de serviços públicos no município de Florianópolis. **Navus Revista de Gestão e Tecnologia**, v.6, p.88 105, 2015.

Disciplina: Gestão de Custos Públicos

Ementa:

Conceitos, definições e determinantes de custos públicos. Sistemas e métodos de custeio. Otimização logística. Gestão dos custos logísticos. Custos das políticas públicas. Custos da coprodução do bem público. Sistemas de informação de custos públicos. Integração com os demais sistemas organizacionais. Responsabilidade pela informação de custos. Indicadores de Custos Públicos. Custos públicos comparado.

Bibliografia Básica:

HORNGREN, Charles T.; FOSTER, George; DATAR, Srikant M. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.
PEREZ JÚNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de; COSTA, Rogério Guedes. **Gestão estratégica de custos**: textos, casos práticos e testes com as respostas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
MARTINS, Eliseu; ROCHA, Welington. **Métodos de custeio comparados**: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

CORREIA, Henrique Luiz. **Administração de cadeias de suprimento e logística**: o essencial. São Paulo: Atlas, 2014.
MAUSS, César Volnei; SOUZA, Marcos Antônio de. **Gestão de custos aplicado ao setor público, modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental**. Atlas, 2008.
NBC/TSP/CFC Nº 34 DE 18/11/2021. Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Sistema de informação de custos do setor público. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=424130>
SILVA, C. A. T.; MOURA, José Flávio de Melo; MORGAN, B. F.; CUNHA, J. R.; COSTA, Patrícia de Souza ; RIBEIRO FILHO, J. F. . **Custos no Setor Público**. Brasília: Editora da UnB, 2007.
VIANA, João José. **Administração de materiais**: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2000.

Disciplina: Sociedade Civil e Políticas Públicas

Ementa:

Sociedade civil: conceito, origem e papéis na administração pública. Sociedade civil, Estado Democrático e políticas públicas no Brasil: trajetória, desafios e perspectivas. Tipos de organizações da sociedade civil e suas características. Marco regulatório das OSCs e formas de relação com o Estado e com o mercado. O campo científico: correntes e estudos sobre a sociedade civil. Sociedade civil e inovação social nas arenas públicas da cidade: análise de experiências na resolução de problemas públicos. O desenvolvimento institucional de organizações da sociedade civil e seus principais desafios.

Bibliografia Básica:

ANDION, C., RONCONI, L., MORAES, R. L., GONSALVES, A. K. R.; SERAFIM, L. B. D. S. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmática. **Revista de Administração Pública**. 51 (3), p.369-387.
AVRITZER, L. Sociedade Civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião pública**. V. 18 no 2 nov 2012 p. 383-398.
LAVALLE, Adrian Gurza and SZWAKO, José. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública** [online]. 2015, vol.21, n.1 pp.157-187.

Bibliografia Complementar:

ANDION, C., **Atuação das ONGs nas Dinâmicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável no meio rural de Santa Catarina**. Os casos da APACO, do Centro Vianei Educação Popular e da Agreco. Tese de Doutorado. Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC, 2007.

ARMANI, D. **Mobilizar para Transformar**. A mobilização de recursos nas organizações da Sociedade Civil. São Paulo: Peirópolis, 2008

DAGNINO, E. Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. **Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

EDWARDS, M. **The Oxford Handbook of Civil Society. Part II. The Forms of Civil Society**. Oxford: Oxford University Press, 2011 p. 29-105.

FILHO, G.C. Terceiro Setor, Economia Solidária e Economia Popular. Traçando Fronteiras Conceituais. **Bahia Análise & Dados**. V.12, n. 1, 2002, p.9-19.

Disciplina: Gestão da Responsabilidade Socioambiental**Ementa:**

Agendas de desenvolvimento, Direitos Humanos e outras referências para a gestão do desenvolvimento sustentável nas organizações. Concepções e expectativas sobre as organizações empresariais em novos contextos socioeconômicos, ambientais, culturais e territoriais. Responsabilidade socioambiental. Mudança organizacional. Instrumentos de gestão da responsabilidade socioambiental. Gestão de stakeholders. Interface entre empresas, governos e organizações da sociedade civil. Desafios contemporâneos e oportunidades de inovação social e ambiental. Empreendedorismo de impacto socioambiental.

Bibliografia Básica:

ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO. **Inovação em Modelos de Negócios de Impacto**. versão 1.0. São Paulo, 2019.

BARBIERI, José Carlos e CAJAZEIRA, Emanuel Reis. **Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável**: da teoria à prática. 3ª edição – São Paulo: Saraiva, 2016.

MARQUES, Vânia de Lourdes e ALLEDI FILHO, Cid (orgs). **Responsabilidade Social: conceitos e práticas**: construindo o caminho para a sustentabilidade nas organizações. São Paulo : Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

DUPAS, Gilberto. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003

GIANETTI, Eduardo. **Vícios privados, benefícios públicos?** A ética da riqueza das nações. São Paulo : Companhia das Letras, 2007.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. Paulo Freire Vieira (org.). São Paulo : Cortez, 2007.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

YUNUS, Muhammad. **Building social business**: the new kind of capitalism that serves humanity's most pressing needs. New York: Public Affairs, 2010.

7º Termo

Disciplina: Plataformas Digitais na Administração Pública

Ementa:

Plataformas digitais. Governo como plataforma. Governo Eletrônico: definições e características. Avaliação de maturidade eGov e características de projetos de Plataformas eGov. Padrões de acessibilidade Web. Estruturas de serviços eletrônicos, simulações e protótipos para serviços públicos eletrônicos. Dados abertos. Tecnologias Inovadoras na Gestão Pública.

Bibliografia Básica:

EBLING, Maurício. Serviços digitais: foco no usuário ou foco do usuário? Brasília: Cadernos Enap, 109; Coleção: Cátedras 2019, Enap, 2022. 127 p.
FOUNTAIN, Jane E. **Construindo um Estado Virtual** - Tecnologia da informação e mudança institucional. Brasília, ENAP, 2005.
REILLIER, Laure C et.al. **Platform Strategy**: How to Unlock the Power of Communities and Networks, Ed. Grover, 2017
LATHROP, Daniel., RUMA, Laurel. **Open Government: Collaboration, Transparency, and Participation in Practice**, Editora O'REILLY, 2010

Bibliografia Complementar:

ALMARABEH, Tamara. AbuAli, Amber A General Framework for E-Government: Definition Maturity Challenges, Opportunities, and Success. **European Journal of Scientific Research**. Vol.39 No.1 (2010), pp.29-42
BERTOT et al. **Promoting transparency and accountability through ICTs, social media, and collaborative e-government**.
BRASÍLIA. Fernando Filgueiras. Policy Design e Uso de Evidências: o caso da Plataforma GOV.BR. In: KOGA, Natália Massaco. Políticas Públicas e Usos de Evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas. Brasília: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** – IPEA, 2022. Cap. 16. p. 521-550.
CORDELLA, A., Iannacci, F. "Information systems in the Public Sector: the e-Government enactment framework", **Journal of Strategic Information Systems** (2010), 19(1), pp.52-66
PARKER, Geoffrey G., **Platform Revolution** – How Networked Markets Are Transforming the Economy—and How to Make Them Work for You, 2016
PLATFORM DESIGN CANVAS em <https://platformdesigntoolkit.com/toolkit/>

Disciplina: Análise e Avaliação de Políticas Públicas

Ementa:

Conceito de análise e avaliação de política pública. Definição do problema público. Processos e técnicas para elaboração de alternativas de solução. Projeção dos resultados das alternativas: análise custo-benefício, análise custo-efetividade, análise de viabilidade política. Recomendação de política pública. Avaliação interna e avaliação externa. Métodos qualitativos e quantitativos. Avaliações formativas e somativas. Avaliação de impacto. Planejamento do processo avaliativo. Critérios, indicadores e parâmetros. Coleta e análise de dados para avaliação. Ferramentas eletrônicas e colaborativas para análise e avaliação. Métodos deliberativos e participativos de suporte à análise e avaliação.

Bibliografia Básica:

JANNUZZI, P. M. **Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais**: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.
SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de programas**: Concepções e práticas. São Paulo: Gente; Edusp; Instituto Fonte; Instituto Ayrton Senna, 2004.

Bibliografia Complementar:

CANO, I. **Introdução à avaliação de programas sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
BRASIL. Casa Civil da Presidência. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise ex ante. Brasília: Ipea v. 1, 2018.
BRASIL. Casa Civil da Presidência. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise ex post. Brasília: MP v. 2, 2018.
CGU – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Manual de avaliação da execução de programas de governo**. Brasília: CGU, 2015.
SANTOS, GUILHERME KRAUS DOS; RAUPP, FABIANO MAURY. **Monitoramento e avaliação de resultados dos programas governamentais delineados no PPA**. Revista de Administração Pública, v. 49, p. 1429-1451, 2015.

Disciplina: Gestão de Cidades

Ementa:

Administração municipal: características, organização, competências e problemas. Os poderes do município. Abordagens teóricas relativas ao desenvolvimento das cidades. O processo de urbanização brasileira e seus reflexos nos municípios. Os instrumentos de reforma urbana e a promoção do desenvolvimento socioespacial. Instrumentos de planejamento participativo: Estatuto da Cidade e os Planos Diretores Municipais. Atores e desafios no exercício da produção material do espaço social. Políticas setoriais: Resíduos e Saneamento Básico, Mobilidade Urbana, Habitação, Unidades de Conservação, Patrimônio Histórico. A integração das políticas urbanas em diferentes escalas: planejamento regional, territorial e/ou metropolitano. Experiências nacionais e internacionais inovadoras na gestão das cidades.

Bibliografia Básica:

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2000.
MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas a crise urbana. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008
SOUZA, M. L. de. **Mudar a Cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 2001.

Bibliografia Complementar

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2004.
MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
OLIVEN, R. G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
PEREIRA, E. M. I.; DIAS, L. C. D. **As cidades e a urbanização no Brasil**: passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, 2011
SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.
SOUZA, M. L. de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro 2003.
VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados. Edição: 2ª, 2003.

Disciplina: Tópicos Especiais 2 (EaD)

Ementa: Disciplina de ementa aberta que deverá contemplar temas contemporâneos e tendências do percurso de **Governança e Coprodução**.

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso

Ementa:

Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso decorrente do Estágio Curricular Supervisionado. Modalidades de Estágio Curricular Supervisionado. Estruturação do Trabalho de Conclusão de Curso. Métodos e técnicas de pesquisa. Técnicas e ferramentas de coleta e análise de dados. Relações entre formação acadêmica, empregabilidade e carreira. Organização para o compartilhamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso ao final do Estágio Curricular Supervisionado II.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, M.M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2020.
BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004. 160 p.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos da UDESC**: tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso e relatório de estágio. Florianópolis: UDESC, 2014. (ou versão mais atual)

Bibliografia Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Normas gerais para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Rio de Janeiro, 2021. (ou versão mais atual)
BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender**: introdução a metodologia científica. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. De A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. 13ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado I

Ementa:

Identificação da demanda e da situação problema. Caracterização da Unidade Concedente de Estágio. Revisão de literatura de suporte. Diagnóstico. Procedimentos Metodológicos.

Bibliografia Básica:

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. Ed. Porto Alegre: Penso, 2014.
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.
MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos de graduação. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.
KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. Ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. Ed. São Paulo: Atlas,

2007.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 37. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

NOTA: Para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso I os alunos poderão fazer uso das bibliografias básicas e complementares, que fizerem sentido no seu trabalho, das disciplinas que formam os percursos estratégicos da Administração Pública: Gestão Pública, Inovação no Setor Público, Política e Políticas Públicas, Governança e Coprodução, além dos conteúdos de cunho transversal e das indicadas na disciplina Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso.

8º Termo

Disciplina: Consultoria em Administração Pública

Ementa:

Mudanças na gestão da administração pública e o processo de consultoria de procedimentos: conceitos básicos e etapas do processo. Papel e habilidades de um consultor. Ferramentas e técnicas para o processo de consultoria.

Bibliografia Básica:

ANTONACOPOULOU, E. **Desenvolvendo gerentes aprendizes dentro de organizações de aprendizagem**: o caso de três grandes bancos varejistas. In: EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J.; ARAUJO, L. (Orgs.). **Aprendizagem organizacional e organizações de aprendizagem**: desenvolvimento na teoria e na prática. São Paulo: Atlas, 2001 (pp. 263-92).

BLOCK, Peter. **Consultoria**: o desafio da liberdade; tradução Andréa Filatro; revisão técnica Roberto Kanaane. São Paulo: MAKRON Books, 2001.

FISCHER, S.D.; SCHOMMER, P.C.; MAMEDE, C.R.S. **Interdisciplinaridade e competências na articulação entre universidade e serviço público**: a experiência do Laboratório de Consultoria em Serviços Públicos. I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa no Campo de Públicas – ENEPCP. Brasília, 2015 (pp.25).

Bibliografia Complementar:

ARGYRIS, C.; SCHÖN, D. **Organizational learning II: theory, method and practice**. Reading. Mass: Addison Wesley, 1996.

BOSSIDY, Larry. **Execução**: a disciplina para atingir resultados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BRASY, Christopher. **Os cinco níveis de influência**: um plano de cinco etapas para criar e manter uma sólida liderança nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FLEURY, M. T. L.; OLIVEIRA JÚNIOR, M. de M.; FLEURY, A.C.C. **Gestão estratégica do conhecimento**: integrando aprendizagem, conhecimento e competências. São Paulo: Atlas, 2001.

SCHEIN, Edgar. **Consultoria de procedimentos**: seu papel no desenvolvimento organizacional. Editora Edgard Blucher Ltda. 1972.

Disciplina: Desenvolvimento Gerencial e Liderança na Administração Pública

Ementa:

Papel do gestor e desenvolvimento gerencial. Fundamentos e novas abordagens de liderança. Liderança na administração pública: relações de poder, dilemas culturais e políticos. Liderança política. Liderança em processos de desenvolvimento comunitário. Desafios contemporâneos da liderança na esfera pública: a gestão da diversidade e inclusão. Desenvolvimento de competências para a liderança no setor público.

Bibliografia Básica:

NORTHHOUSE, Peter G. **Leadership**: Theory and Practice. 9 ed. Sage Publications, 2021.

Liderança. 2. ed. São Paulo: Atlas: 1997.

MINTZBERG, Henry. **Managing**: desvendando o dia a dia da gestão. Porto Alegre: Bookman, 2010.

SCHEIN, Edgar H. **Cultura Organizacional e Liderança**. São Paulo: Ed Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. (org) **Psicodinâmica da Vida Organizacional: Motivação e Liderança**. 2. ed. São Paulo: Atlas: 1997.

FLEURY, Maria T. L./ FISCHER, Rosa M. (Org.). **Cultura e poder nas organizações**. Ed Atlas, São Paulo, 1996.

JACKSON, Brad; PARRY, Ken; **Um livro bom, pequeno e acessível sobre liderança**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

KETS DE VRIES, Manfred F. R. **Reflexões sobre Caráter e Liderança**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MOTTA, Fernando Prestes. **Cultura Organizacional e Cultura Brasileira**. São Paulo: Ed Atlas, 2007.

Disciplina: Tópicos Especiais 3

Ementa:

Disciplina de ementa aberta que deverá contemplar temas contemporâneos e tendências do percurso de **Política e Políticas Públicas**.

Disciplina: Tópicos Especiais 4 (EaD)

Ementa:

Disciplina de ementa aberta que deverá contemplar temas contemporâneos e tendências do percurso de **Inovação no Setor Público**.

Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado II

Ementa:

Aprimoramento da revisão de literatura de suporte. Aprimoramento do diagnóstico e dos procedimentos metodológicos. Análise. Proposta de Intervenção. Compartilhamento.

Bibliografias Básica e Complementar: para realização do Estágio Curricular Supervisionado II, os alunos poderão usar bibliografias do Estágio Curricular Supervisionado I, da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso e as elencadas nas disciplinas dos quatro percursos de formação do Administrador Público: Gestão Pública; Política e Políticas Públicas; Governança e Coprodução; Inovação no Setor Público que fizerem sentido ao trabalho.

8.2.3. Quadro de Equivalência

Quadro 7: Disciplinas Equivalentes do Currículo 2020 para o de 2023

Matriz curricular vigente – 2020/2			Matriz curricular proposta 2023/2		
Disciplina	Fase	Créd.	Disciplina	Fase	Créd.
Introdução à Administração Pública	1	2	Introdução à Administração Pública	1	2
Comportamento Humano na Gestão Pública	1	4	Comportamento Humano na Gestão Pública	1	4
Matemática aplicada à Administração Pública	1	4	Matemática aplicada à Administração Pública	1	4
Filosofia	1	2	Filosofia	1	2
Direito Constitucional	1	4	Direito Constitucional	1	4
Sociologia aplicada à Administração Pública	1	2	Sociologia aplicada à Administração Pública	1	2
Produção do conhecimento científico na Administração Pública (EaD)	1	2	Produção do conhecimento científico na Administração Pública (EaD)	1	2
Tópicos Especiais I	1	2	Tópicos Especiais I	1	2
Teorias da Administração Pública	2	4	Teorias da Administração Pública	2	4
Direito Administrativo	2	4	Direito Administrativo	2	4
Métodos Estatísticos	2	4	Métodos Estatísticos	2	4
Economia aplicada à Administração Pública	2	4	Economia aplicada à Administração Pública	2	4
Ciência Política	2	4	Ciência Política	2	4
Introdução à Ciência de Dados (EaD)	2	4	Introdução à Ciência de Dados (EaD)	2	4
Direito Tributário	3	2	Direito Tributário	3	2
Antropologia da Política	3	2	Antropologia da Política	3	2
Administração Pública Brasileira	3	4	Administração Pública Brasileira	3	4
Gestão de Estruturas e Processos Organizacionais	3	4	Gestão de Estruturas e Processos Organizacionais	3	4
Finanças públicas (EaD)	3	4	Finanças públicas (EaD)	3	4
Comunicação e Negociação na Esfera Pública	3	4	Comunicação e Negociação na Esfera Pública	3	4
Coprodução do Bem Público	3	4	Coprodução do Bem Público	3	4
Teorias de política pública (EaD)	4	4	Teorias de política pública (EaD)	4	4
Licitações e contratos públicos	4	2	Licitações e contratos públicos	4	2
Orçamento público	4	4	Orçamento público	4	4
Ética na Administração Pública	4	2	Ética na Administração Pública	4	2
Planejamento Público	4	4	Planejamento Público	4	4
Tecnologias Digitais na Administração Pública	4	4	Tecnologias Digitais na Administração Pública	4	4
Gestão de pessoas na Administração Pública	4	4	Gestão de pessoas na Administração Pública	4	4

Continua...

Matriz curricular vigente – 2020/2			Matriz curricular proposta 2023/2		
Disciplina	Fase	Créd.	Disciplina	Fase	Créd.
Desenvolvimento territorial sustentável	5	4	Desenvolvimento territorial sustentável	5	4
Contabilidade aplicada ao setor público	5	4	Contabilidade aplicada ao setor público	5	4
Gestão Pública e Governança	5	4	-		
Marketing e Comunicação no Setor Público	5	4	-		
Inovação no Serviço e no Setor Público	5	4	-		
-			Unidade Curricular de Extensão I	5	2
Sistemas de Accountability	6	4	-		
Gestão de Projetos Públicos	6	4	-		
Gestão de Custos Públicos	6	4	-		
Sociedade Civil e Políticas Públicas	6	4	-		
Gestão da Responsabilidade Socioambiental	6	4	-		
-			Unidade Curricular de Extensão II	6	2
Plataformas digitais na Administração Pública	7	4	-		
Análise e Avaliação de Políticas Públicas	7	4	-		
Gestão de cidades	7	4	-		
Tópicos Especiais 2	7	4	Tópicos Especiais 2 (EaD)	7	4
Trabalho de Conclusão de Curso I	7	10	Trabalho de Conclusão de Curso I	7	10
-			Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso	7	4
Consultoria em Administração Pública	8	4	-		
Desenvolvimento gerencial e Liderança na Administração Pública	8	4	-		
Tópicos Especiais 3	8	2	Tópicos Especiais 3	8	2
Tópicos Especiais 4	8	4	Tópicos Especiais 4 (EaD)	8	4
Trabalho de Conclusão de Curso II	8	10	Trabalho de Conclusão de Curso II	8	10

Uma disciplina sem créditos de extensão (currículo 2020), mesmo que com a mesma ementa e carga horária total, não é equivalente direta de uma disciplina (currículo 2023) com créditos de extensão. No entanto, é possível a **validação de uma disciplina do currículo 2020 com a outra de mesmo conteúdo do currículo 2023** nas seguintes

condições:

- 1) Que na disciplina cursada no currículo 2020 tenha havido, no semestre no qual o aluno a concluiu, atividade equivalente à extensão. Isso será comprovado por meio de:
 - a. Plano de ensino do semestre no qual o aluno a cursou mais declaração do professor responsável, à ocasião, ou do chefe do departamento de Administração Pública, de que tal atividade realizada corresponde ao número mínimo exigido, ou mais, de créditos de extensão da disciplina do currículo 2023.

Ou

- 2) O aluno do currículo 2020 compense os créditos de extensão por meio do cumprimento destes nas Unidades Curriculares de Extensão² I e/ou II, dependendo do número de créditos necessários. Isso será comprovado por meio de:
 - a. Registro dos créditos de extensão na Secretaria Acadêmica, resultando no cumprimento da UCE I /ou da UCE II.

No caso de disciplina sem créditos de extensão **cursada em outro curso da UDESC ou Instituição de Ensino Superior (IES) externa**, para validação, além da análise dos critérios mínimos de conteúdo e carga horária, deverá ser cumprida uma das condições a seguir:

- 1) Que na disciplina cursada tenha havido, no semestre no qual o aluno a concluiu, atividade equivalente à extensão. Isso será comprovado por meio de:
 - a. Plano de Ensino do semestre no qual o aluno a concluiu mais declaração do professor responsável, à ocasião, ou do chefe do departamento do curso de origem, de que tal atividade realizada corresponde ao número mínimo exigido, ou mais, de créditos de extensão da disciplina do currículo 2023 do curso de Administração Pública da UDESC/ESAG.

² Os tipos de Unidades Curriculares de Extensão vinculadas e os créditos correspondentes estão no Anexo Único da RESOLUÇÃO 007/2022 – CEG ou Resolução mais recente quando da análise da validação.

2) O aluno compense os créditos de extensão por meio do cumprimento destes nas Unidades Curriculares de Extensão³ I e/ou II, dependendo do número de créditos necessários. Isso será comprovado por meio de:

- a. Registro dos créditos de extensão na Secretaria Acadêmica, resultando no cumprimento da UCE I /ou da UCE II.

Abaixo estão as disciplinas mistas do currículo 2023, portanto, com créditos de extensão, que podem ser validadas com disciplinas do currículo 2020 desde que **se atenda a uma das condições anteriores**:

Quadro 8: Disciplinas Validáveis do Currículo 2020 para o de 2023 – 5ª até a 8ª fase – observar condições

Matriz curricular vigente – 2020/2			Matriz curricular proposta 2023/2		
Disciplina	Fase	Créd.	Disciplina	Fase	Créd.
Gestão Pública e Governança	5	4	Gestão Pública e Governança*	5	4
Marketing e Comunicação no Setor Público	5	4	Marketing e Comunicação no Setor Público*	5	4
Inovação no Serviço e no Setor Público	5	4	Inovação no Serviço e no Setor Público*	5	4
Sistemas de Accountability	6	4	Sistemas de Accountability*	6	4
Gestão de Projetos Públicos	6	4	Gestão de Projetos Públicos**	6	4
Gestão de Custos Públicos	6	4	Gestão de Custos Públicos*	6	4
Sociedade Civil e Políticas Públicas	6	4	Sociedade Civil e Políticas Públicas*	6	4
Gestão da Responsabilidade Socioambiental	6	4	Gestão da Responsabilidade Socioambiental*	6	4
Plataformas digitais na Administração Pública	7	4	Plataformas digitais na Administração Pública*	7	4
Análise e Avaliação de Políticas Públicas	7	4	Análise e Avaliação de Políticas Públicas*	7	4
Gestão de cidades	7	4	Gestão de cidades*	7	4
Consultoria em Administração Pública	8	4	Consultoria em Administração Pública**	8	4
Desenvolvimento gerencial e Liderança na Administração Pública	8	4	Desenvolvimento gerencial e Liderança na Administração Pública*	8	4
			Tópicos Especiais 4 (EaD)*	8	4

*Disciplinas com um crédito de extensão

**Disciplinas com dois créditos de extensão

³ Os tipos de Unidades Curriculares de Extensão vinculadas e os créditos correspondentes estão no Anexo Único da RESOLUÇÃO 007/2022 – CEG ou Resolução mais recente quando da análise da validação.

Outra consideração importante é sobre a **validação das disciplinas cursadas no currículo 2023 para o currículo 2020**. Nos casos abaixo a validação é permitida sem necessidade de compensação de créditos.

Quadro 9: Disciplinas Validáveis do Currículo 2023 para o de 2020 – 5ª até a 8ª fase

Matriz curricular proposta 2023/2			Matriz curricular vigente – 2020/2		
Disciplina	Fase	Créd.	Disciplina	Fase	Créd.
Gestão Pública e Governança	5	4	Gestão Pública e Governança	5	4
Marketing e Comunicação no Setor Público	5	4	Marketing e Comunicação no Setor Público	5	4
Inovação no Serviço e no Setor Público	5	4	Inovação no Serviço e no Setor Público	5	4
Sistemas de Accountability	6	4	Sistemas de Accountability	6	4
Gestão de Projetos Públicos	6	4	Gestão de Projetos Públicos	6	4
Gestão de Custos Públicos	6	4	Gestão de Custos Públicos	6	4
Sociedade Civil e Políticas Públicas	6	4	Sociedade Civil e Políticas Públicas	6	4
Gestão da Responsabilidade Socioambiental	6	4	Gestão da Responsabilidade Socioambiental	6	4
Plataformas digitais na Administração Pública	7	4	Plataformas digitais na Administração Pública	7	4
Análise e Avaliação de Políticas Públicas	7	4	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	7	4
Gestão de cidades	7	4	Gestão de cidades	7	4
Consultoria em Administração Pública	8	4	Consultoria em Administração Pública	8	4
Desenvolvimento gerencial e Liderança na Administração Pública	8	4	Desenvolvimento gerencial e Liderança na Administração Pública	8	4

8.2.4. Aplicação das Legislações

O curso de bacharelado em Administração Pública da UDESC/ESAG enfatiza as particularidades da realidade social brasileira, tomando em perspectiva também o contexto internacional, o que perpassa todas as disciplinas do curso. Questões relativas aos direitos humanos, à inclusão social e ao fortalecimento da democracia são centrais nas discussões, trabalhos, seminários e eventos realizados no curso. Isso se dá de maneira espontânea, quando essas questões se colocam a partir de situações cotidianas, mas também de maneira coordenada quando proposta por professores, pela coordenação do curso ou por organizações estudantis do centro. A discussão e reflexão sobre a Declaração Universal dos

Direitos Humanos, por exemplo, está na ementa da disciplina de Gestão da Responsabilidade Socioambiental, mas é abordada em outras de forma transversal. A mesma situação ocorre com o tema Democracia, que está explícito nas disciplinas Sistemas de *Accountability* e Ciência Política, mas permeia tantas outras disciplinas e iniciativas no curso.

Em relação às questões ambientais e à sustentabilidade, essa é uma temática central na vocação do curso que busca desde o início da formação sensibilizar o aluno e reforçar sua atuação enquanto protagonista numa mudança de comportamento em direção a estilos de vida e desenvolvimento mais sustentáveis. Uma vez mais, algumas disciplinas trazem este debate com maior ênfase, inclusive na ementa, como é o caso da de Desenvolvimento Territorial Sustentável, mas também está presente em outras.

Essa compreensão passa pela retomada histórica da percepção social a respeito do crescimento e do desenvolvimento e como isso levou à situação socioambiental contemporânea.

O Curso de graduação em Administração Pública está comprometido com a inclusão de alunos com deficiências físicas, mentais ou com espectro de autismo, buscando, com auxílio institucional, adequar seus processos de ensino aprendizagem para pessoas com estas características e ainda outras que demandem atendimento diferenciado permanente ou temporário. Os professores são informados e estimulados para a manutenção de um ambiente receptivo e adequado à diversidade, respeitando as diferenças e adaptando os processos de ensino, com tratamento apropriado e apoiado na estrutura de suporte social e psicológica à disposição da comunidade acadêmica da UDESC.

Algumas iniciativas importantes da UDESC são as coordenadas pela Secretaria de Assuntos Estudantis (SAE).

A Secretaria de Assuntos Estudantis, Ações Afirmativas e Diversidades (SAE) tem por finalidade elaborar e acompanhar a execução dos programas e políticas de assistência estudantil, permanência estudantil, ações afirmativas e diversidade. (UDESC, 2022)

É coordenado pela SAE o Serviço de Assistência Integrada à Saúde Universitária (SAISU) que oferece apoio psicopedagógico, serviço social e enfermagem para os servidores e alunos da UDESC. Na ESAG há o Serviço de Atendimento Psicológico (SAP), mais um programa da SAE, “com o objetivo de oferecer a todos os estudantes e servidores da

universidade a possibilidade de acesso gratuito e remoto ao atendimento por psicólogos” (ESAG, 2022).

O Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE) da UDESC e outro elemento deste movimento institucional que

(...) objetiva atender as normas disciplinadas pelas atuais legislações visando a promoção da acessibilidade atitudinal e metodológica.

Seu principal compromisso é viabilizar condições para expressão plena do potencial do estudante durante o processo de ensino e aprendizagem, garantindo sua inclusão na universidade. (UDESC, 2022)

O trabalho em conjunto com o NAE vem acontecendo desde sua institucionalização na Universidade e se pauta nos direitos dos alunos que são público-alvo da Educação Especial (pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação, transtornos globais de desenvolvimento), e de alunos com Necessidades Educacionais Específicas relevantes identificados e triados pelo NAE.

Entende-se que as condições são diversas para os indivíduos, portanto, acesso, permanência e conclusão dos cursos representam desafios diferentes para pessoas diferentes. Para alguns alunos as bolsas acadêmicas e os programas de apoio e assistência, como o Programa de Auxílio Financeiro aos Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica (PRAFE), são apoios indispensáveis para uma vida digna, permanência na Universidade e cumprimento de todos os compromissos do estudante com o curso.

As ações afirmativas representam “o conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente” (MEC, 2020).

Na Udesc existe o Programa de Ações Afirmativas, instituído em 2011 pelo Conselho Universitário. Desde então a universidade tem reservado vagas no vestibular destinadas à candidatos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino (20%) e para candidatos negros (10%). (UDESC, 2022)

Na UDESC, além das políticas de acesso à Universidade, existem grupos de estudos e laboratórios dedicados às ações e políticas afirmativas. Além do NAE, mencionado anteriormente, estão: Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB/UDESC), Núcleo de

Diversidade, Direitos Humanos e Ações Afirmativas (NUDHA/CEART/UDESC), Núcleo de Acessibilidade (NAC/CEAD/UDESC), Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais (AYA/FAED/UDESC), Laboratório de Educação Inclusiva (LEdI/CEAD/UDESC), Laboratório de Direitos Humanos (LABDH/CEAD/UDESC) e o Laboratório de Atividade Motora Adaptada (LABAMA).

Estes mecanismos de suporte social e psicológico, e os que promovem a discussão e a reflexão sobre as ações afirmativas, são compreendidos como essenciais para o aprimoramento dos processos de recepção, acolhimento, ensino e mesmo de preparação dos docentes para o trabalho mais inteligente, respeitoso e cuidadoso com a diversidade que é característica da humanidade como espécie e como sociedade.

Por meio da divulgação e elaboração de conteúdo, de eventos e do estímulo à participação e exploração dos produtos dos núcleos e laboratórios (em especial o NEAB, o NUDHA, O AYA e o LEdI), bem como a promoção do debate e da ação no ensino, na pesquisa e na extensão o curso de Administração Pública da UDESC/ESAG busca atender ao que é exigido sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

Para o conteúdo de Libras há o estímulo para que os alunos cursem a disciplina oferecida com regularidade pelo Centro de Ensino à Distância da UDESC ou por outras instituições. Nas atividades complementares está incluído o estudo da Língua Brasileira de Sinais como um dos elementos que podem ser validados pelos alunos para cumprir com os 4% de atividades complementares.

Neste sentido, este Projeto Pedagógico atende aos seguintes quesitos relativos a temas transversais para a formação integral do Administrador Público:

- Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004;
- Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012;
- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012;

- Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002);
- Disciplina de Libras (Dec. Nº 5.626/2005), para os cursos de bacharelados e tecnólogos.

8.3. Proposta de Transição Curricular

O currículo vigente do Curso de Administração será **extinto** de forma gradativa em quatro semestres, ou seja, no semestre de 2025/1 todos os estudantes já estarão no novo currículo e, portanto, com as práticas extensionistas incorporadas à sua formação. O currículo proposto será implantado para os CINCO primeiros semestres, a partir de 2023/2.

O currículo do Curso de Administração Pública será **implantado** em 2023/2 para os alunos ingressantes nos semestres: 2023/2, 2023/1, 2022/2, 2022/1 e 2021/2. O Quadro 10, na sequência, demonstra o ritmo de implantação do currículo 2023.

Quadro 10: Plano de implantação do currículo proposto de Administração Pública

2023/2	2024/1	2024/2	2025/1
1º termo	1º termo	1º termo	1º termo
2º termo	2º termo	2º termo	2º termo
3º termo	3º termo	3º termo	3º termo
4º termo	4º termo	4º termo	4º termo
5º termo	5º termo	5º termo	5º termo
-	6º termo	6º termo	6º termo
-	-	7º termo	7º termo
-	-	-	8º termo

Um ganho significativo com esta estratégia de implantação do currículo proposto é a transição mais rápida dos alunos para a nova organização curricular extensionada. Assim, até 2025-1 todas as fases do curso de Administração Pública já estarão no currículo 2023.

A transição curricular ou a migração dos alunos ingressantes no curso de Administração Pública nos semestres 2023/1, 2022/2, 2022/1 e 2021/2 será feita de modo automático, conforme letra (d) do Art. 3º. da Resolução n. 032/2014 – CONSEPE - Regulamenta a transição curricular nos cursos de graduação da UDESC.

- a) os alunos ingressantes em 2023/1 deverão se matricular em 2023/2 nas disciplinas do 2º semestre/fase do novo Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública, a ser implantado em 2023/2.
- b) os alunos ingressantes em 2022/2 deverão se matricular em 2023/2 nas disciplinas do 3º semestre/fase do novo Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública, a ser implantado em 2023/2.
- c) os alunos ingressantes em 2022/1 deverão se matricular em 2023/2 nas disciplinas do 4º semestre/fase do novo Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública, a ser implantado em 2023/2.
- d) os alunos ingressantes em 2021/2 deverão se matricular em 2023/2 nas disciplinas do 5º semestre/fase do novo Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública, a ser implantado em 2023/2.

Por fim, importante salientar que em 2023-2 ainda estará, na 8ª fase, em vigência o currículo 2007. O quadro 12 sintetiza a transição da 6ª até a 8ª fase do currículo 2007 para o 2020 e, finalmente, para o 2023.

Quadro 11: Extinção dos Currículos 2007 e 2020 e implantação do Currículo 2023: 6ª até a 8ª fase

Fase/ano	2023-2	2024-1	2024-2	2025-1
6a	Curr. 2020	Curr. 2023	Curr. 2023	Curr. 2023
7a	Curr. 2020	Curr. 2020	Curr. 2023	Curr. 2023
8a	Curr. 2007	Curr. 2020	Curr. 2020	Curr. 2023

O Apêndice I apresenta o **Planejamento da Alocação Docente** nas disciplinas das matrizes curriculares nos cinco primeiros anos de implantação do currículo 2023 passando pela extinção dos currículos 2007 e 2020 e, finalmente, a total implantação do currículo 2023.

Sobre este planejamento é essencial entender que se trata de um cenário no qual foram considerados todos os professores efetivos do departamento de Administração Pública da UDESC/ESAG, inclusive as contratações previstas por meio do Concurso Público de 2022 (4 professores) e a chamada do 2º colocado no Concurso Público de 2017 (1 professor), com carga horária de 12 horas na graduação.

Não é possível antecipar com precisão o semestre no qual efetivamente os novos professores serão contratados, embora se tenha considerado sua disponibilidade em 2023-2. Da mesma forma, não se pode prever com exatidão as alocações na pós-graduação e cargos de gestão, eleitos ou não, a cada semestre, bem como os eventuais afastamentos para capacitação docente, outros tipos de licença ou mesmo as aposentadorias. Estas situações implicarão em ampliação ou redução da carga na graduação ou até na indisponibilidade do professor para atender às disciplinas da graduação. Portanto, a necessidade de professores substitutos para o departamento de Administração Pública, seja por meio de processo seletivo próprio ou conduzido pelos outros departamentos da UDESC/ESAG (Ciências Econômicas e Administração Empresarial) e até de outros centros da UDESC, deverá ser confirmada no planejamento semestral e/ou anual.

Por fim, cabe assinalar que a alocação de professores efetivos de outros departamentos da UDESC/ESAG ou de outros centros da UDESC também é possível dependendo do contexto.

8.4. Descrição dos enfoques

Seguindo a Resolução nº 02/2021 – CEG, a descrição dos enfoques envolve a explanação de três aspectos: 1) inserção das tecnologias de informação na sala de aula; 2) uso de ambientes virtuais de aprendizagem, e 3) uso dos laboratórios de informática e/ou de aprendizagem nas disciplinas dos cursos.

8.4.1. Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC's no processo ensino – aprendizagem

Em linha com as transformações da sociedade e da proposta do curso em formar protagonistas do movimento de transformação digital das organizações, busca-se nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) os meios para promover a constante inovação dos processos de ensino e extensão do curso.

A transformação da sociedade está associada ao desenvolvimento de novas tecnologias. As TICs estão habilitando a mudança nas esferas econômica, política, social e cultural e, como resultado, formam novas exigências para a educação, lançando as bases de sua nova arquitetura. De fato, a dinamicidade do contexto em que a UDESC e organizações de destino dos egressos do curso operam demanda uma constante atualização do perfil de competências e desafia a capacidade inovadora da implementação do processo educacional. Isso requer a busca constante de transformação das práticas educacionais e de extensão, com base em:

- princípios psicológicos, pedagógicos e didáticos da educação híbrida e digital;
- novas abordagens para a seleção de conteúdos educacionais;
- princípios de flexibilidade e adaptabilidade do sistema pedagógico às especificidades das disciplinas e dos discentes;
- princípios de igualdade de oportunidades para todas as partes do processo educacional;
- novas formas, métodos, tecnologias e meios de ensino e aprendizagem implementados em ambiente educacional moderno.

Dentre os desafios relativos às transformações do ambiente em que o presente curso está inserido, destaca-se ainda o perfil de seus alunos. Com predominância de alunos na faixa etária dos 20 a 25 anos, verificam-se características atribuídas na literatura às gerações Y e Z, tal como de atenção de curto prazo, pensamento pragmático, inteligibilidade

na informação, orientação sobre tendências e redes sociais, o desenvolvimento simultâneo de tarefas, a facilidade com o uso de computadores e dispositivos móveis e expectativas sobre uma maior integração tecnológica em espaços de aprendizagem do que as gerações anteriores. De acordo com a literatura, outro traço característico destas gerações são a expectativa no uso de suas habilidades para desenvolver maneiras de abordar as causas subjacentes dos problemas usando abordagens empreendedoras e tecnológicas.

Neste sentido, busca-se no âmbito do presente PPC orientar o desenvolvimento de novas práticas de educação mediadas por TICs com uso ativo no processo educacional, incluindo práticas recomendadas pela Iniciativa Global do Futuro da Educação, como:

- acesso a recursos e conteúdo para o desenvolvimento de competências-chave alinhadas com o perfil do egresso do curso;
- adoção de tecnologias de apoio à aprendizagem para apoio ao processo de educação/aprendizagem;
- trilhas de formação orientadas a diferentes perfis formativos, com trajetória educacional apoiada por tecnologias que favorecem a organização e acesso ao conteúdo de acordo com as demandas individuais de aprendizagem;
- aplicação de tecnologias para o apoio à realização de experimentos de aprendizagem individual e em grupo;
- organização de atividades mediadas por TICs para a realização de atividades independentes e em grupo de alunos;
- processos de interação e aprendizagem conjunta com agentes e instituições protagonistas da transformação da sociedade.

Buscando fazer frente a novas modalidades e estratégias de ensino e de extensão em face das transformações da educação e da sociedade, o Departamento de Administração Pública propõe, a partir deste PPC, a adoção de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como suporte ao processo de ensino-aprendizagem em sala de aula. Destacam-se as seguintes categorias de TICs que poderão ser utilizadas nas distintas disciplinas:

- **Jogos Digitais em Ambientes Educacionais**: trata-se de utilizar jogos digitais nas disciplinas da matriz curricular pelo caráter lúdico no processo de ensino-aprendizagem. Em geral, a proposta do lúdico é o ensino agradável para os estudantes, acessando dimensões importantes para o aprendizado, como a afetiva, motora, moral e cognitiva. Os jogos digitais podem exercer uma influência no cotidiano

educacional do curso, pois entende-se que o uso dessas tecnologias possibilita capturar o interesse do aluno na aplicação de uma metodologia lúdica.

- **Simuladores**: O simulador tem como objetivo a criação de um espaço de aprendizagem no qual tanto alunos quanto professores possam pesquisar conceitos e aplicar seu aprendizado em um espaço eletrônico. Esse espaço ajuda os alunos a simularem respostas aos desafios e/ou dilemas da Administração Pública.
- **Videoaulas**: Tem como objetivo, ilustrar, reforçar e complementar conteúdo, como um importante recurso didático de auxílio à fixação de conteúdos oferecidos nas modalidades presenciais e a distância.
- **Podcasts / Videocasts**: São programas ou arquivos gravados em qualquer formato digital em áudio e vídeo, de apoio a ação recorrente de divulgação de um tema relacionado a disciplina. Por meio do *feed*, funciona como um índice atualizável dos arquivos disponíveis, novos programas de áudio, vídeo ou fotos que são automaticamente baixados para o leitor, um programa ou página da Internet que verifica os diversos *feeds* adicionados, reconhece os novos arquivos e os baixa de maneira automática.
- **Base de Perguntas e respostas**: Ambiente de gerenciamento de um banco de dados de perguntas e respostas que poderá promover o compartilhamento entre os docentes e servir como parâmetro para verificação de aprendizagem.
- **Organização de conteúdo**: Adoção de ferramentas de apoio à curadoria e organização de conteúdo para apoio às práticas de ensino e extensão, por meio de ferramentas de apoio à aprendizagem e de gestão de conteúdo.
- **Ambiente eletrônico de projetos**: Ferramentas de apoio à gestão dos projetos desenvolvidos nas disciplinas, que permitem traçar tarefas, cronogramas, priorização, controle de riscos, entre outras atividades afetas a gestão do projeto.
- **Recursos para a transformação de processos**: Ferramentas de apoio à modelagem e para o apoio à simulação de inovações em processo organizacionais.

- **Ambiente de coprodução do conhecimento e da inovação:** Utilização de ferramentas que possibilitem a coprodução de conteúdo e de soluções para problemas, oportunizando discussões, o design colaborativo de propostas, a aplicação de técnicas de design thinking por meio de recursos Web, dentre outras.
- **Matemática aplicada, Análise Estatística e Teoria de Apoio à Decisão:** utilização de ferramentas para fixação dos conceitos e métodos discutidos nas disciplinas ligadas ao eixo das Exatas.
- **Experimentação de ferramentas digitais aplicadas ao conteúdo das disciplinas:** Utilização de ferramentas contemporâneas para a demonstração de conceitos, fixação de conteúdo temático específico e para a simulação de práticas ligadas aos diferentes eixos do curso.
- **Acesso a repositórios de dados abertos e aplicação de ferramentas analíticas:** Utilização de repositórios de dados abertos mantidos por diferentes instituições públicas e de ferramentas analíticas para o tratamento de dados e a produção de análises para apoiar o diagnóstico e o desenvolvimento de estudos e de ações de extensão.
- **Aplicação de diferentes ferramentas de Inteligência Artificial na Administração Pública:** Utilização de ferramentas baseadas em IA para a automação inteligente de processos e de ferramentas de Data Mining e Text Mining para a análise de dados, para o diagnóstico e para a discussão de políticas públicas prospectivas fundamentadas em dados.
- **Desenvolvimento de aplicativos e de soluções digitais para a gestão pública:** Aplicação de ferramentas para apoio ao desenvolvimento de aplicativos e de sistemas para o desenvolvimento de projetos aplicados e para a fixação de conceitos ligados a governança eletrônica, transformação digital e inovação na administração pública.

Segundo (BLOOM, 1973), a taxonomia dos objetivos educacionais para o domínio cognitivo define habilidades de pensamento e possui seis níveis que são comumente divididos em duas áreas. A primeira considerada operações de pensamento de baixo nível inclui as ações de lembrar, compreender e aplicar; e a segunda considera aquelas operações de pensamento mais elaborado ou de alto nível consistindo em analisar, sintetizar e avaliar.

Como consequência, entende-se que as ferramentas e o apoio da Tecnologia da Informação de suporte ao docente em ambientes EaD (*Learning Management Systems – LMS*), combinadas a outras categorias de TICs, devem prover alguns recursos aos docentes e discentes que realizam disciplinas nestas modalidades, como estes a seguir:

- **Gerenciamento de sala de aula** - facilitar notas de aula ou o acesso a conteúdo para uma aula específica (por exemplo, o palestrante cria uma sala virtual e/ou um repositório eletrônico para distribuir materiais), combinadas ao feedback dos resultados de atividades e à adoção de tecnologias diversas para apoio à identificação e reconhecimento de recursos educacionais, interação e comunicação entre professores, alunos e demais atores envolvidos nos processos educacionais e de extensão, desenvolvimento do pensamento crítico e criação de novo conteúdo.
- **Gerenciamento de curso** – o suporte deve abranger várias sessões e aulas em um curso inteiro com objetivos comuns, adicionando ferramentas para coprodução de conteúdo, aplicação dos conhecimentos, avaliação, feedback e discussão.
- **Gerenciamento de currículo** - fornece meta-ferramentas (por exemplo, marcação de conteúdo e gerenciamento de objetivo) para lidar com relacionamentos entre um conjunto de disciplinas. Essas ferramentas podem ser usadas para indexar um currículo em um programa ou identificar atributos comuns em cursos.
- **Gestão da informação organizada em torno do aluno**. Facilitar o aprendizado auto direcionado, pois os alunos podem escolher entre uma variedade de oportunidades de aprendizagem e podem progredir em ritmos diferentes ao longo do tempo, dependendo das metas individuais. Os alunos podem ter uma área privada para reunir recursos selecionados (facilitando o uso de um e-portfólio), a identificação de recursos de seu interesse, a coprodução do conhecimento, o autodesenvolvimento, a busca de feedback e de verificação do seu aprendizado e a publicação de novo conteúdo/soluções/processos para avaliação por seus pares.
- **Gerenciamento da comunidade** - permite que os membros da equipe se estendam além da turma, do curso, do currículo ou do aprendiz tradicional do campus e permitam múltiplos contextos e organizações de aprendizagem.

8.4.1.1. Ambiente virtual de aprendizagem⁴

O uso de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) já é uma realidade no curso de Administração Pública. As plataformas AVA recomendadas pela UDESC e utilizadas no curso são a Plataforma Polvo, o Moodle e o Microsoft Teams. As alternativas são selecionadas pelos docentes de acordo com os recursos a serem explorados em cada disciplina. Tendo como característica a total compatibilidade com os navegadores mais utilizados pelos usuários da Internet e recursos 100% WEB, as plataformas utilizadas dispõe de diversos recursos que visam auxiliar o aluno no seu estudo autônomo. Todas as alternativas oferecem um ambiente dinâmico e de fácil navegação, propiciando uma maior interatividade entre todos os participantes. As plataformas Moodle e Teams contam ainda com versões específicas para dispositivos móveis, disponíveis gratuitamente para Android e iOS nas lojas de aplicativos Google Play e Apple Play.

Por meio das plataformas AVA, o aluno tem acesso aos conteúdos das disciplinas disponibilizados pelos professores e desenvolver diversas atividades a partir do uso de recursos informacionais síncronas e assíncronas. O ambiente virtual de aprendizagem pode, igualmente, servir como recurso valioso para outras iniciativas no curso de Administração Pública como nos projetos de extensão, de ensino e de pesquisa, dentre outros.

Nos Quadros 13, 14 e 15 são apresentados os principais recursos da plataformas Polvo, Moodle e Teams. Para uma visão detalhada dos recursos, vide site das empresas desenvolvedoras.

Quadro 12: Recursos informacionais da Plataforma POLVO

Recursos	Comentários
Agenda	É uma ferramenta que permite aos professores e alunos incluir diversos compromissos, como, por exemplo: aviso sobre a disciplina ou de trabalhos desenvolvidos.
Chat	Também conhecida como bate-papo, permite troca de ideias em tempo real acerca de temas relevantes da disciplina. Constitui-se como uma ferramenta síncrona, importante na mediação e no esclarecimento de dúvidas. As transcrições dos debates realizados são armazenadas nos logs, permitindo ao usuário recuperar informações sobre a participação efetiva dos usuários e dos temas discutidos.

Continua...

⁴ O texto referente ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) foi adaptado do Projeto Político Pedagógico de reforma curricular do curso de Administração Empresarial (ESAG/UDESC) (DAE, 2019).

Recursos	Comentários
Fórum de discussões	Viabiliza troca de informações, ideias e discussões entre os participantes de um curso ou uma disciplina através de postagens de mensagens assíncronas, que ficam disponíveis para consultas. Possibilita o acesso à lista de todos os fóruns cadastrados, com sua situação (ativo/desativo) e a quantidade de mensagens editadas ou postadas.
Mala direta	Permite que os usuários tenham acesso aos endereços eletrônicos dos usuários do ambiente.
Material de apoio	O professor disponibiliza os materiais que julga importante para o aprofundamento teórico, tais como textos, artigos, publicações, endereços de sites interessantes, etc.
Trabalho colaborativo	Permite a integração dos usuários do ambiente virtual de apoio à aprendizagem POLVO. Entretanto a comunicação nesta ferramenta ocorre de maneira direcionada, e compartilham-se: ideias, temas, projetos, etc. Nessa ferramenta os trabalhos só poderão ser publicados pelo professor depois de devidamente avaliados e julgados adequados para socialização. O usuário da comunidade virtual pode especificar para quem quer enviar o seu arquivo: se para a comunidade ou para um usuário em particular. Há a possibilidade de trocas de materiais através dessa ferramenta, sendo útil para situações de entrega de trabalhos.
Meus dados	Permite a visualização e a atualização de dados pessoais (e-mail, endereço, etc.) dos alunos da mesma comunidade virtual.
Log	Possibilita aos diversos usuários, principalmente os professores e os coordenadores, acompanharem o tempo que cada usuário permaneceu conectado no POLVO, bem como período e local de acesso. Existem dois tipos de filtros para essa consulta: uma lista de acessos que apresenta opções de listagens por intervalos de tempos e por tipos de listagens. Esse tipo de consulta pode ser realizado de forma resumida, apresentando todas as entradas e saídas do sistema feitas pelos usuários, e de forma completa, apresentando uma média do tempo de permanência de cada usuário.

Quadro 13: Recursos informacionais da Plataforma MOODLE

Recursos	Comentários
Agenda	Permite aos coordenadores, professores e alunos acompanharem os compromissos sobre a disciplina e trabalhos desenvolvidos, bem como outras ações divulgadas no curso.
Chat	Ferramenta de bate-papo que permite atividade síncrona entre os usuários, possibilitando ao professor realizar atendimento individual ou em grupos. OS chats são armazenadas nos logs, gerando memória dos temas debatidos e dúvidas sanadas.
Fóruns	A ferramenta fórum se divide em: <ul style="list-style-type: none"> - fóruns de aviso, que são utilizados para apresentações dos alunos, notícias pertinentes a disciplina, para tirar dúvidas existentes no andamento das atividades pedagógicas; - fóruns de interação, que são espaços onde os alunos são estimulados a exporem suas opiniões sobre os assuntos sugerido pelos professores através de textos, vídeos, palestras, etc.

Continua...

Recursos	Comentários
Mala direta	Permite que os usuários tenham acesso aos endereços eletrônicos dos usuários do ambiente.
Material de apoio/Midiateca	Permite ao professor disponibilizar materiais para aprofundamento teórico, tais como textos, artigos, publicações, endereços de sites interessantes, links das videoconferências, videoaulas, etc.
Questionário	Permite ao professor elaborar banco de questões com tempo pré-determinado, com feedback automático, a possibilidade de diversas tentativas e avaliação. As questões podem ser de múltipla escolha, verdadeiro ou falso e respostas rápidas.
Perfil	Permite a visualização e a atualização de dados pessoais (e-mail, endereço, etc.) a todos os usuários.
Log de acesso	Possibilita aos diversos usuários, principalmente os professores e os coordenadores, acompanharem o tempo que cada usuário permaneceu conectado no Moodle.
Barra de Progresso	Possibilita aos diversos usuários, o acompanhamento do desenvolvimento das atividades, ou seja, se o acadêmico está progredindo na realização das atividades.
Pesquisa de avaliação	Permite ao professor coletar feedback junto aos acadêmicos para aperfeiçoar a disciplina/curso.
Enquete	Permite construir pesquisas com o objetivo de obtenção de informações dos usuários.
Tarefa	Permite que o professor possa avaliar o rendimento do aluno na disciplina por meio do envio de arquivos, textos, que podem ser inseridos ou digitados diretamente no moodle.
Conferência	Serviço em nuvem que combina vídeo e áudio para a criação de salas virtuais voltadas para aulas, reuniões, palestras, projetos e outros tipos de demandas. O recurso oferece diversas funcionalidades de interação instantânea e colaborativa, incluindo bate papo, compartilhamento de notas, imagens, arquivos ou mesmo a tela de um computador remoto.
Mapas mentais	Ferramenta para a produção de diagramas colaborativos envolvendo a síntese ou organização de conteúdo, a produção de brainstorming, a análise de conteúdo, dentre outras aplicações
Leval-up	Utilização de recursos de gamificação para as sala
Point of view	Recurso que permite aos discentes darem feedback das postagens e conteúdo veiculado pelos docentes, favorecendo a interação.

Fonte: Udesc (2019)

Quadro 14: Recursos informacionais da Plataforma Microsoft TEAMS

Recursos	Comentários
Agenda	Permite aos coordenadores, professores e alunos acompanharem os compromissos sobre a disciplina e trabalhos desenvolvidos, bem como outras ações divulgadas no curso.
Chat	Ferramenta de bate-papo que permite atividade síncrona entre os usuários, possibilitando ao professor realizar atendimento individual ou em grupos. Os chats são armazenadas nos logs, gerando memória dos temas debatidos e dúvidas sanadas.
Times	A ferramenta de times permite a organização de grupos de usuários e a atribuição de privilégios e recursos colaborativos específicos

Continua...

Recursos	Comentários
Tarefas	Permite aos professores e alunos definirem e distribuírem tarefas.
Repositório de conteúdo	Permite ao professor disponibilizar materiais para aprofundamento teórico, tais como textos, artigos, publicações, endereços de sites interessantes, links das videoconferências, videoaulas, etc.
Questionários e enquetes	Permite ao professor elaborar enquetes e questionários para aplicação junto aos alunos.
Perfil	Permite a visualização e a atualização de dados pessoais (e-mail, endereço, etc.) a todos os usuários.
Log de acesso	Possibilita aos diversos usuários, principalmente os professores e os coordenadores, acompanharem o tempo que cada usuário permaneceu na seções síncronas e nas interações.
Conferências e vídeo-chamadas	Serviço que combina vídeo e áudio para a criação de salas virtuais voltadas para aulas, reuniões, palestras, projetos e outros tipos de demandas. O recurso oferece diversas funcionalidades de interação instantânea e colaborativa, incluindo bate papo, compartilhamento de notas, imagens, arquivos ou mesmo a tela de um computador remoto.
Ferramentas de produtividade	O Teams é integrado com as ferramentas da plataforma Microsoft 365, incluindo nativamente acesso a ferramentas como Word, Excel, Powerpoint, Forms dentre várias ferramentas disponibilizadas pela UDESC por meio de sua filiação ao programa Microsoft Educação.
Aplicativos de coprodução de conteúdo	O Teams conta com centenas de plugins próprios da Microsoft e de terceiros que podem ser utilizados para a promoção da colaboração e construção colaborativa de conteúdo, como bloca de notas, ferramentas de desenho, mapas mentais, Boards compartilhados, entre outras.
Definição e execução de fluxos de trabalho	O Teams possui integração com a solução Power Automate da Microsoft, possibilitando a definição de fluxos de trabalho completo envolvendo atividades da disciplina ou trabalhos aplicados às organizações parceiras envolvidas em estudos de caso, projetos de extensão e outras iniciativas de cooperação com organizações externas.
Ferramentas para coleta, tratamento e disseminação de dados	O Teams possui integração com várias ferramentas populares para o desenvolvimento completo de iniciativas de ciência de dados, como por meio de ferramentas como Forms, Power BI, Power Automate e recursos da plataforma Microsoft Azure, além de opções ofertadas por terceiros.

Fonte: Microsoft (2022)

8.4.2. Os laboratórios de informática, a sala Espine e outros espaços de apoio

Os laboratórios de informática são coordenados por um Administrador, apoiado por três Analistas de Suporte e três estagiários. Os laboratórios de informática têm sido utilizados como uma ferramenta auxiliar na prática pedagógica dos professores e estão disponíveis a partir das 08h, fechando somente as 22h20min. Estes laboratórios podem ser utilizados para as aulas e pelos discentes fora do horário de suas aulas. Tais laboratórios também são utilizados em práticas de extensão envolvendo professores e alunos de programas de extensão.

Além dos laboratórios de informática, todas as salas do Curso de Administração Pública contam com projetores multimídia e computadores, além de câmeras e sistema de

áudio que permitem a transmissão ao vivo das aulas, bem como a participação de convidados numa interação síncrona. Esta tecnologia comporta a transmissão simultânea para mais de uma sala de uma palestra ou qualquer outro tipo de debate ou dinâmica proposta pelo professor ou alunos.

A sala Espine é um espaço para dinâmicas mais ativas do processo de ensino-aprendizagem. Consta no sítio eletrônico da UDESC/ESAG:

A Udesc Esag conta um Espaço Inovador de Ensino (Espine), uma sala de aula com design e recursos tecnológicos avançados, que atenderá às aulas dos cursos de Administração Empresarial, Administração Pública e Ciências Econômicas, além da formação de professores. Professores da Udesc Esag podem reservar o Espine para aulas que utilizem tecnologias ativas de ensino (UDESC/ESAG, 2022)

Atualmente a UDESC/ESAG conta com apenas uma sala Espine, mas há projetos para espaços diferenciados, com configurações diversas, para atender às demandas crescentes de modernização, interatividade, dinamicidade e fomento do protagonismo do aluno na sua formação acadêmica.

O auditório da UDESC/ESAG tem capacidade para 120 pessoas e espaço físico aproximado de 180 m². O Curso de Administração Pública utiliza esse espaço para promover eventos, palestras e seminários decorrentes das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O “aquário” da UDESC/ESAG é um espaço semi-aberto, envidraçado, de 163 m² localizado próximo à cantina do centro. Eventos diversos acontecem neste local como a semana Saúde Mental Importa de 2022, organizado e coordenado pela Direção de Extensão da UDESC/ESAG. O espaço também já recebeu algumas edições da Feira de Oportunidades, onde organizações diversas apresentaram suas vagas de estágio aos alunos do centro. Outros usos permitidos e já realizados foram eventos como: festa junina do projeto de extensão Esag Sênior, brechó solidário do projeto de extensão Gatos do Mato. Floripa – proteção animal, entre outros estruturados por professores e alunos vinculados ou não à projetos de ensino, pesquisa, extensão ou mesmo das entidades estudantis.

8.4.3. As Disciplinas EaD

Os cursos ofertados na modalidade presencial, desde que reconhecidos pelos órgãos competentes, foram autorizados pela portaria MEC Nº 2.253/2001 a “introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial, com base no art. 81 da Lei nº 9.394, de 1.996” (MEC, 2001, p. 1).

Pela referida portaria, estava estabelecido que as disciplinas ofertadas na modalidade a distância não poderiam exceder vinte por cento (20%) do tempo previsto para integralização do respectivo currículo.

Esta iniciativa foi aprimorada ao longo do tempo, culminando na Portaria MEC Nº 1.428/2018, que “Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial” (MEC, 2018, p. 1), posteriormente revogada pela Portaria MEC Nº. nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019.

A portaria 1.428/2018 mantinha a orientação da aplicação de 20% do currículo do curso na oferta, com a redação do Artigo 2º e de seu parágrafo único, dada por:

Artigo 2º: As IES que possuam pelo menos 1 (um) curso de graduação reconhecido poderá introduzir a oferta de disciplinas na modalidade a distância na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, até o limite de 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso (MEC, 2018, p. 1).

Parágrafo único. As disciplinas na modalidade a distância devem estar claramente identificadas na matriz curricular do curso, e o projeto pedagógico do curso deve indicar a metodologia a ser utilizada nestas disciplinas (MEC, 2018, p. 1).

No artigo 7º da Portaria 1.428/2018, tem-se que a oferta das disciplinas previstas no artigo 2º desta Portaria deveria incluir:

- Métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação - TIC para a realização dos objetivos pedagógicos:

De acordo com MEC (2007, p. 1), não existe um modelo único de metodologia de Educação a Distância (EaD) e por isso, cada instituição constrói sua experiência em EaD e se ajusta à modalidade, “[...] dando-lhe identidade, calcada na realidade local e na trajetória

da instituição e dos profissionais que atuam na EaD”.

Nos termos do Art. 169 da Constituição do estado de Santa Catarina,

“as instituições universitárias do Estado exercerão sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial na forma de seus estatutos e regimentos, garantida a gestão democrática do ensino através de: (...)

III - liberdade de organização e manifestação dos diversos segmentos da comunidade universitária.

§ 2º As instituições de pesquisa científica e tecnológica gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, sendo-lhes facultado o disposto no parágrafo anterior”.

No uso dessas atribuições de autonomia didático-científica, os órgãos competentes da UDESC entendem como pertinente a adequação da oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES, nos termos do modelo veiculado aquelas pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, nos termos da Portaria nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019.

Mais recentemente, de acordo com o art. 2º da Portaria MEC nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019:

“As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, **até o limite de 40% da carga horária total do curso**” (destaque nosso)

Os professores das disciplinas trabalhadas na modalidade EaD serão capacitados em formação continuada e serão orientados sobre o planejamento de aulas, com vistas a organizar a operacionalização tecnológica e pedagógica da disciplina.

Do ponto de vista pedagógico, a modalidade de Educação a Distância (EaD) já vem sendo utilizada pelos professores do departamento de Administração Pública, no âmbito dos cursos de graduação em Administração Pública (EaD) e no curso de pós-graduação em Gestão Municipal (EaD), ambos com uma oferta. O primeiro em oito polos, em municípios de Santa Catarina, a partir de 2017/2 com quatro anos de curso e dois de repercurso; e o segundo em cinco polos a partir de 2017/2 com um ano e meio de curso com seis meses de repercurso. Neste sentido, já foram testadas e aprimoradas as seguintes características:

- **Material didático específico:** o material didático será estruturado pelos professores no processo de organização da disciplina e disponibilizado no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) - tais como o Polvo e o Moodle - espaço onde o aluno terá acesso ao material em versão que possibilita o acesso off-line. Por meio de ambiente virtual de aprendizagem (AVA), também serão disponibilizados o material de apoio, a agenda, os chats, fórum, mala direta, material de apoio, dentre outras informações consideradas relevantes.

- **Mediação de tutores e profissionais da educação com formação na área do curso e qualificados:** as aulas serão ministradas por professores - que atuarão como tutores da disciplina – com a alocação de carga horária no Plano de Trabalho Individual (PTI) organizada pela Chefia do Departamento, homologada em reunião do Colegiado Pleno do Departamento.

- **As atividades realizadas a distância devem ser descritas no plano de ensino da disciplina:** o plano de ensino deve seguir o modelo disponibilizado pelo Departamento de Administração pública, explicitando: a ementa, a apresentação de objetivos geral e específicos, o desdobramento do conteúdo programático, a metodologia do ensino, o sistema de avaliação e a bibliografia, bem como o cronograma das aulas e atividades. Serão produzidos e disponibilizados aos alunos por meio do Sistema de Gestão Acadêmica da UDESC (SIGA) os planos de ensino e as notas oriundas das avaliações. Os planos de ensino também serão disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

- **Demais recursos técnico-pedagógicos:** Os conteúdos estarão igualmente disponíveis por meio de ferramentas síncronas e assíncronas. São exemplos de ferramenta síncronas: web conferências, videoconferências, chats. São exemplos de ferramenta assíncronas: videoaulas, podcasts, áudio-dúvidas e outros. As aulas ficarão gravadas permitindo ao aluno acessá-las em outros momentos, além da transmissão ao vivo, quando for o caso.

- **Sistema de avaliação:** sobre a avaliação dos acadêmicos nas disciplinas ofertadas à distância, o Artigo 9º Portaria MEC nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018 previa que: “as avaliações das disciplinas na modalidade a distância em cursos presenciais, bem como as atividades práticas exigidas nas respectivas DCN, devem ser realizadas presencialmente, na sede ou em um dos campi da IES” (MEC, 2018, p. 1). Apesar de esta Portaria ter sido revogada pela Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, não há nada que impeça a realização de avaliações presenciais. Ressalta-se que o sistema de avaliação do processo de aprendizagem segue os parâmetros estabelecidos pelo Regimento Geral da UDESC, em seus Artigos 144 a 148 - Verificação do processo de ensino e aprendizagem. Da mesma

forma, recomenda-se que se atenda a legislação vigente da UDESC, e que as disciplinas ofertadas na modalidade EaD deverão realizar, no mínimo, **duas avaliações presenciais**, devidamente informadas no calendário da disciplina, indicando o local e horário de aplicação. As demais avaliações (participação em fóruns, exercícios, trabalhos, dentre outros) poderão ser realizadas por meio da Plataforma Virtual, devidamente sinalizado no plano de estudos e calendário disponibilizados aos alunos. A disciplina ministrada na modalidade EaD exigirá do aluno e do professor a frequente presença no ambiente virtual. O aluno deverá realizar o acompanhamento dos conteúdos disponibilizados e o desenvolvimento das tarefas solicitadas na Plataforma Virtual e o professor deverá realizar o acompanhamento, a avaliação e o *feedback* permanente.

- Carga horária definida para cada uma, explicitando a forma de integralização da carga horária destinada às atividades on-line: nesta matriz curricular proposta para o curso de graduação em Administração Pública, serão ofertadas cinco disciplinas na modalidade EaD. As demais disciplinas serão ofertadas na modalidade presencial nas quais é estimulado o uso das TICs como instrumentos de apoio ao processo de ensino-aprendizagem.

Quadro 15: Disciplinas na modalidade EaD

Fase	Disciplinas na modalidade EaD	Créditos ensino	Créditos extensão	Carga horária
1ª.	Produção do conhecimento científico na Administração Pública	2	-	36
2ª.	Introdução à ciência de dados	4	-	72
3ª.	Finanças públicas	4	-	72
4ª.	Teorias de política pública	4	-	72
7ª.	Tópicos Especiais 2	4	-	72
8ª.	Tópicos Especiais 4	3	1	72
	Total	21	1	396
	Percentual de EAD – relativo aos créditos totais	10,5%		

As disciplinas Tópicos Especiais 1 (1º termo – 2 créditos) e Tópicos Especiais 3 (8º termo – 2 créditos) deixam em aberto a modalidade de oferta (presencial ou EaD). A modalidade de oferta deverá ser estabelecida a partir de proposta pelo professor responsável, em acordo com o Chefe de Departamento, aprovada em Colegiado do Curso de Administração Pública. Portanto, um estudante do curso de bacharelado em Administração Pública que venha a frequentar todas as disciplinas em Tópicos Especiais em modalidade EaD, acumulará um total máximo de 25 créditos (21 créditos das disciplinas regulares em EaD + 4 créditos de Tópicos Especiais). Este total máximo de 25 créditos em EaD (ou **12,5% do curso**) figura abaixo, mas dentro dos parâmetros da portaria do MEC Portaria nº 2.117, de 06

de dezembro de 2019 com teto de aplicação em EaD estabelecidos em 40%.

Cabe destacar o Artigo 5º da Portaria MEC nº 2.117/2019, pelo qual se tem que

“A oferta de carga horária na modalidade de EaD em cursos presenciais deve ser amplamente informada aos estudantes matriculados no curso no período letivo anterior à sua oferta e divulgada nos processos seletivos, sendo identificados, de maneira objetiva, os conteúdos, as disciplinas, as metodologias e as formas de avaliação.” (MEC, 2019, p.2).

A oferta de disciplinas e/ou cursos na modalidade a distância necessita a observância aos dispositivos legais e dispositivos regimentares institucionais, entre eles:

- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20.12.1996);
- DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais do Campo de Públicas (Resolução CNE/CES nº 1 de 13.01.2014);
- SINAES – Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior;
- DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005, que Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- RESOLUÇÃO Nº 106/2014/CONSUNI. Dispõe sobre a Política de Educação a Distância na Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina
- RESOLUÇÃO CEE/SC Nº 013, de 29 de março de 2021 - Fixa normas para o funcionamento da Educação Superior, nas modalidades presencial e a distância, no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina e estabelece outras providências.
- RESOLUÇÃO CEE/SC Nº 008, de 11 de abril de 2022. Acrescenta artigos à Resolução CEE/SC nº 013/2021, que “Fixa normas para o funcionamento da Educação Superior, nas modalidades presencial e a distância, no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina e estabelece outras providências”
- Portaria MEC 2.117/2019.

8.5. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado I e Estágio Curricular Supervisionado II são duas disciplinas que se complementam resultando no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujos detalhes estão no item 8.6 deste PPC.

O Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Administração Pública é requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública. Constitui-se em um instrumento de integração, treinamento prático, aperfeiçoamento técnico, científico e de relacionamento humano.

Estas duas disciplinas, Estágio Curricular Supervisionado I e Estágio Curricular Supervisionado II, têm caráter particular, pois não requerem aulas presenciais ou a distância, mas sim o acompanhamento de um professor orientador. Estão alocadas na matriz curricular na 7ª fase com 180 horas (10 créditos) e na 8ª fase com 180 horas (10 créditos). Neste período o aluno deve realizar o Estágio Curricular Supervisionado I e depois o II, atendendo à legislação pertinente e as normativas internas da UDESC e do curso de Administração Pública. Para matricular-se em Estágio Curricular Supervisionado I é necessário ter cumprido com o mínimo de 110 créditos obrigatórios do curso de Administração Pública da UDESC/ESAG.

O mesmo professor da UDESC que acompanha os Estágios Curriculares Supervisionados I e II orientará a elaboração do TCC. Para isso, o docente terá carga horária alocada, conforme determinações da UDESC.

8.6. Trabalho de Conclusão de Curso

O TCC é o documento científico elaborado a partir de uma experiência de Estágio Supervisionado que, no curso de Administração Pública, pode acontecer em diferentes modalidades a serem detalhadas no “Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso - Administração Pública - UDESC/ESAG”. O Regulamento tratará igualmente das particularidades e normativas para a realização do estágio e elaboração do TCC.

O Trabalho de Conclusão de Curso é, portanto, produto dos Estágios Curriculares Supervisionados I e II.

A disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, oferecida na 7ª fase, tem como principal objetivo apoiar e orientar o aluno na elaboração do projeto de estágio, compreensão das modalidades de Estágio Curricular Supervisionado, planejamento do desenvolvimento do TCC e reflexões sobre a importância do estágio e do TCC para sua vida profissional. A

matrícula em Trabalho de Conclusão de Curso implica, obrigatoriamente na matrícula em Estágio Curricular Supervisionado I e vice-versa.

O docente responsável pela disciplina Trabalho de Conclusão de Curso também deverá organizar o compartilhamento do resultado, ao final do semestre no qual se concluir o Estágio Curricular Supervisionado II, conforme definido no “Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso - Administração Pública - UDESC/ESAG”.

8.7. Atividades Complementares

A Resolução nº 003/2022 - CEG altera dispositivos da Resolução nº 001/2022 - CEG, que “Regulamenta as Atividades Complementares nos cursos de graduação da UDESC.” A definição de Atividades Complementares (AC) não foi alterada e, portanto, de acordo com a Resolução nº 001/2022 - CEG no seu artigo 1º, são

(...) componentes curriculares, constantes no Projeto Pedagógico do Curso – PPC, que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, saberes e competências do(a) acadêmico(a), inclusive as adquiridas fora da universidade.

Envolvem, portanto, aquelas atividades realizadas pelo aluno, vinculadas a sua formação e/ou promovidas pelo curso de Administração Pública, visando a complementação dos conteúdos ministrados e/ou a atualização permanente dos alunos acerca de temas emergentes ligados a Administração Pública.

Podem ser consideradas AC aquelas atividades de ensino, pesquisa, extensão, administração universitária ou mistas de ensino, pesquisa e extensão e/ou administração universitária realizadas pelo aluno complementarmente à matriz curricular obrigatória, conforme descrito na Resolução nº 001/2022 – CEG.

Este Projeto Pedagógico de Curso prevê um total de **144 horas** de AC, ou **8 créditos**, configurando **4%** da carga horária mínima para integralização de curso de bacharelado em Administração Pública, estabelecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de Administração Pública (Resolução 1/2014 – CNE), respeitando, portanto, o estabelecido na Resolução nº 001/2022 – CEG, no seu parágrafo único do Art. 1º.:

§ 1º Os cursos definem um percentual fixo para atividades complementares incluídas no Projeto Pedagógico do Curso que deverá estar entre 2% e 6% da carga horária total do curso, nas modalidades Presencial e a Distância - EaD.

O Anexo I da Resolução nº 001/2022 – CEG sobre as Atividades Complementares apresenta os tipos de atividades complementares de ensino, extensão, pesquisa e administração universitária, bem como a forma de cálculo dos créditos das AC de ensino, extensão e pesquisa e a pontuação para as AC de administração universitária.

O § 2º do 2º Artigo da Resolução nº 001/2022 – CEG teve sua redação alterada pela Resolução nº 003/2022 - CEG e estabelece:

§ 2º O curso poderá incluir outra atividade que não conste na listagem do Anexo I, desde que seja submetida à análise do Núcleo Docente Estruturante.

Um dos temas importantes que passarão a valer no curso de Administração Pública da UDESC/ESAG como AC e incluído, conforme permite o § 2º acima, é a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Esta disciplina poderá ser cursada nos cursos regulares oferecidos na UDESC, nas modalidades presencial ou a distância, ou em outras Instituições de Ensino e organizações especializadas.

8.8. Creditação da Extensão

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão sempre foi uma preocupação desde o início do curso, num compromisso contínuo com a inserção e o impacto social nas comunidades e no âmbito estadual e nacional. Com a Resolução nº 007/2022 – CEG que “estabelece normas para a inclusão de carga horária de extensão universitária nos cursos de graduação nas modalidades presencial e em ensino a distância – EaD, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC” (UDESC, 2022), esse esforço se fortalece com a curricularização.

A curricularização da extensão consiste, de acordo com a referida Resolução no seu artigo 2º., “(...) no processo de inclusão de créditos como atividades de extensão no currículo dos Cursos de graduação, considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa

e extensão”. É um componente curricular obrigatório para todos os cursos de graduação da UDESC e deve compor, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total do curso.

Este Projeto Pedagógico de Curso prevê um total de **360 horas** de extensão, ou **20 créditos**, configurando **10%** da carga horária mínima para integralização de curso de bacharelado em Administração Pública.

Importante ainda assinalar o que orienta o artigo 4º da Resolução no. 007/2022 CEG:

Art. 4º As atividades de extensão a serem aproveitadas para fins de integralização do currículo deverão:

- I - envolver diretamente comunidades externas à universidade;
- II - garantir o protagonismo dos discentes em sua execução;
- III - atender as demandas sociais e abranger áreas temáticas da extensão universitária, a saber: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho;
- IV - atentar para atuação transformadora e de impacto sobre questões comunitárias, locais e regionais prioritárias;
- V – possuir caráter interdisciplinar e, preferencialmente, inter-departamental, inter-centros e/ou inter-institucional.

A estratégia inicial do curso de Administração Pública para a creditação da extensão consiste em **Disciplinas Mistas** e em **Unidades Curriculares de Extensão Vinculadas**.

A Resolução 007/2022 CEG orienta sobre a modalidade das Disciplinas Mistas da seguinte forma:

Art. 9º As disciplinas mistas são aquelas em que parte do conteúdo é oferecido como ensino e outra parte ocorre por meio de atividades em que ocorre interação com a comunidade e com os preceitos da Extensão, conforme o Art. 4º e seus incisos.

§ 1º A oferta de disciplina(s) mistas, podem ser obrigatória(s), optativa(s), e/ou eletiva(s), envolvendo o ensino com a extensão, devendo a carga horária e a ementa estar explicitadas no PPC.

§ 2º Na disciplina mista, o discente terá a atribuição de créditos de extensão e de ensino conforme indicados no Projeto Pedagógico do Curso (...)

A seleção das disciplinas extensionadas ou com créditos de extensão foi resultado de amplo debate no Núcleo Docente Estruturante (NDE), no Pleno do Departamento de

Administração Pública (DAP) e de pesquisa realizada junto aos professores efetivos do curso. Nesta pesquisa os professores foram convidados a analisar as disciplinas nas quais atuam, já atuaram ou têm condições de atuar na matriz curricular e indicar qual ou quais teriam melhores perspectivas para a inclusão da extensão. Foram priorizadas, neste primeiro momento, a creditação da extensão nas disciplinas a partir da 5ª fase do curso de Administração Pública tendo em vista facilitar a transição curricular e, principalmente, proporcionar ao maior número possível de alunos o acesso às disciplinas com creditação da extensão.

Sobre as Unidades Curriculares de Extensão Vinculadas (UCE V), a Resolução 007/2022 CEG orienta no seu Art. 6º. Item I:

I - entende-se por Unidade Curricular de Extensão vinculada - UCE (V) – as atividades que correspondem às ações de extensão institucionalizadas na UDESC, no âmbito da formação acadêmica atrelada à matriz curricular dos cursos, com o objetivo de desenvolver habilidades e competências previstas no currículo.

Não só no DAP, mas como iniciativas dos outros departamentos da UDESC/ESAG, existem ações de extensão que têm promovido a universidade para além de seus muros num

“processo educativo, cultural e científico que viabiliza e propõe ações junto à sociedade e, nesta via de mão dupla, oportuniza um espaço de produção de novos saberes nas várias áreas de conhecimento, de forma articulada com o ensino e a pesquisa, numa concepção transformadora e crítica” (UDESC/ESAG 2022)

Os Programas e Projetos de Extensão da UDESC/ESAG demonstram, por meio de suas iniciativas e resultados, o comprometimento do corpo docente e discente com a extensão universitária. Este é um ponto positivo, pois permite a integração destes projetos e programas nas disciplinas não só dos professores coordenadores, mas dos demais nos temas correlatos às disciplinas por estes ministradas na graduação. Esta representa uma das alternativas para integrar a extensão nas disciplinas mistas, mas dinâmicas diversas podem ser empregadas dependendo de particularidades do docente responsável, assuntos trabalhados e oportunidades identificadas. Os programas e projetos de extensão também constituem o campo no qual as atividades extensionadas das UCE V acontecerão neste primeiro momento.

São atualmente os Programas e Projetos de Extensão da UDESC/ESAG:

Quadro 16: Programas e Projetos de Extensão na UDESC/ESAG*

Iniciativa de Extensão	Descrição
Programa Assessor em	O programa de extensão promove experiências de assessoria remota voltadas ao desenvolvimento da gestão pública. É fruto de uma parceria com o projeto Prinagem, do curso de graduação em Administração Pública da Fundação João Pinheiro, escola de governo do Estado de Minas Gerais e conta com a participação de grupos de pesquisa da Udesc Esag. É composto por três projetos: Assessoria Remota em Gestão Pública, Compartilha e Melhor versão
Educação e Cultura Política	O programa de extensão em Educação e Cultura Política integra o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovação Social na Esfera Pública (Nisp). Promove ações de educação política, mobilizando diversos atores da sociedade, tendo na universidade a referência na capacidade de gerar e difundir conhecimento para o tema. Por meio de suas ações, tem como objetivo apoiar a consolidação da cultura política. O programa inclui três projetos: Curso de atualização semipresencial, com o tema “entre a legalidade e a moralidade: perspectivas éticas da Administração Pública”, Jogos para Educação Política e Cultura Política.
Enactus	O time Enactus é uma organização formada por estudantes da Udesc Esag que utilizam do empreendedorismo social para desenvolver comunidades da Grande Florianópolis. Integra a rede internacional Enactus, uma comunidade de alunos, acadêmicos e líderes de negócios comprometidos a usar o poder da ação empreendedora para transformar vidas e construir um mundo melhor e mais sustentável.
Esag Jr	A Esag Jr. é a empresa júnior dos cursos de Administração Empresarial, Administração Pública e Ciências Econômicas da Udesc Esag. Com 26 anos de experiência e mais de 290 projetos realizados, oferece um espaço de prática dos aprendizados obtidos pelos alunos sob a orientação dos professores. Oferece serviços de informação para potenciais empreendedores, empresas já estabelecidas e organizações públicas e não governamentais.
Esag Kids	O programa de Extensão Esag Kids tem como público-alvo crianças do ensino fundamental. Com abordagem lúdica, desenvolve noções de empreendedorismo e inovação. O programa é composto por cinco projetos: Manual do Empreendedorismo Mirim; Crianças na Universidade; Esag Kids on the Road; Capacitação de Educador Empreendedor; Esag Kids no Rondon

Continua...

Iniciativa de Extensão	Descrição
Esag Sênior	Um dos programas de extensão mais antigos do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas da Udesc, o Esag Sênior foi criado em 2003. Busca promover o aprendizado na área de empreendedorismo e voluntariado, ampliar as redes de relacionamento, fomentar a troca de experiências profissionais e proporcionar novas oportunidades de realização profissional.
Habilis – Ateliê de Economia e Finanças	O programa Habilis – Ateliê de Economia e Finanças tem como objetivo desenvolver atividades relacionadas à gestão de indicadores socioeconômicos e de gestão fiscal. Inclui três projetos: Bú\$\$ola Municipal, Indic-Data e o Consultório Fiscal
Laboratório de Aprendizagem em Serviços Públicos	O programa inclui três projetos de extensão. Todos são executados por equipes que incluem professores e estudantes do curso de graduação em Administração Pública da Udesc Esag, em parceria com gestores da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social de Santa Catarina (SDS-SC). É composto por três projetos: Proteção, promoção e prevenção dos direitos das mulheres, Cofinanciamento estadual e Emenda Impositiva.
Observatório de Inovação Social de Florianópolis	O Observatório de Inovação Social de Florianópolis é um programa que integra o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações Sociais na Esfera Pública (Nisp). O programa inclui três projetos: Observatório de Inovação Social de Florianópolis, plataforma digital colaborativa que mapeia o ecossistema de inovação social da cidade; Jornada DI e o Articula Floripa.
Podcast Intercâmbio	Podcast com entrevistas, dicas, informações e o que mais você precisa saber sobre mobilidade estudantil em universidades no exterior ou no Brasil. Produzido pela Udesc Esag, em parceria com a Rádio Udesc FM.
Pontes da Sustentabilidade	O programa Pontes da Sustentabilidade tem como principal objetivo fomentar a educação socioambiental, por meio de atividades interativas, e estabelecer parcerias para ações colaborativas e compartilhadas. Como estratégia para essa conexão, o Programa conta com três projetos: o projeto Rede ODS UDESC, o projeto Gatos do Mato Floripa - proteção animal e o Vamos Impactar.

Fonte: elaboração própria

*Conforme situação em 2022

9. AVALIAÇÃO DO APROVEITAMENTO ESCOLAR

O sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem deve respeitar os parâmetros estabelecidos no Regimento geral da UDESC, além de refletir o perfil e as práticas pedagógicas dos professores e ser coerente com as características centrais do curso, seus objetivos, vocação e perfil de egresso.

A verificação do aproveitamento escolar pode ser efetuada sob duas condições, ou seja, por resultados (verificação somativa) e por processos (verificação formativa). A primeira tem por objetivo verificar o rendimento do aluno no final do semestre, após a ministração dos assuntos relativos as diferentes disciplinas do curso. Já a segunda, busca verificar o rendimento do aluno durante o processo, ou seja, no transcorrer do semestre ou quando o assunto está sendo lecionado, dependendo das práticas pedagógicas utilizadas pelo docente.

A verificação do aproveitamento escolar por meio de questões objetivas e discursivas tem por finalidade, geralmente, a busca da averiguação da apreensão de conhecimentos adquiridos nas disciplinas. As avaliações também devem contemplar uma concepção alargada de educação, conhecimento, perfil do egresso, perfil do professor, objetivos do curso.

As avaliações objetivas e subjetivas/discursivas podem ter perfil de verificação de conteúdo apresentado, verificação de habilidades (por exemplo, pela resolução de exercícios), resolução de situações-problema, simulações. As avaliações podem ser individuais (ex. provas, monografias, exercícios) ou em grupos (apresentações orais, seminários, trabalhos coletivos, simulações de projetos coletivos), de maneira a avaliar o raciocínio e a capacidade de compreensão e interpretação dos temas estudados.

Os instrumentos de verificação do rendimento do aluno deverão ser, portanto, eficazes e efetivos no sentido de propiciar o entusiasmo e a motivação para o exercício profissional, ao invés de se preocupar em colocar no mercado meros reprodutores de conhecimento que não tenham quaisquer compromissos com o curso e ainda com o meio.

Duas dimensões não podem ser esquecidas na verificação do aproveitamento escolar: as partes envolvidas na verificação devem participar conjuntamente, ou seja, aluno e professor devem verificar, em conjunto, o resultado que alcançaram para saber o aprendizado que realizaram. Ainda, a verificação do processo de ensino-aprendizagem deve ser recorrente

e o mais coerente possível com o conteúdo abordado. Por isso, todo processo é contínuo e, como tal, deve ser verificado em vários intervalos para que as partes envolvidas possam discutir os problemas que estão ou não facilitando esse aprendizado. Desta forma, professores e alunos terão condições de implementar mudanças que assegurem um processo de ensino-aprendizagem efetivo para ambas as partes.

O sistema de avaliação do aproveitamento segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução 03/2013 – CONSEPE, a seguir:

Art. 1º A verificação do alcance dos objetivos em cada disciplina será realizada, progressivamente, durante o período letivo, através de instrumentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem previstos no Plano de Ensino de cada disciplina.

Parágrafo Único. O Plano de Ensino de cada disciplina aprovado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) deverá:

- I - Ser apresentado pelo Professor aos acadêmicos no primeiro dia de aula;
- II - Estar registrado no Sistema de Gestão Acadêmica e/ou enviado cópia impressa à Secretaria de Ensino de Graduação até o primeiro dia de aula;
- III - Conter os seguintes itens:
 - a) Identificação;
 - b) Ementa;
 - c) Objetivos geral e específico;
 - d) Conteúdo programático;
 - e) Metodologia;
 - f) Sistema de avaliação (número de avaliações e pesos destas); e
 - g) Bibliografia básica e complementar.

Art. 2º O professor deverá realizar, no mínimo, 2 (duas) avaliações em cada disciplina por semestre.

Art. 3º Os resultados das avaliações deverão ser comunicados, pelo professor, diretamente aos acadêmicos e publicados no Sistema de Gestão Acadêmica, a fim de que os mesmos, tomando ciência dos resultados alcançados, possam recuperar conteúdos.

§ 1º O prazo previsto para a divulgação dos resultados de cada avaliação é de, no máximo 10 (dez) dias úteis, a contar da data de sua realização.

§ 2º O prazo de 10 (dez) dias poderá ser reduzido para atender aos prazos dispostos no Calendário Acadêmico quanto a inclusão das notas das avaliações e exames finais.

§ 3º Havendo discordância da nota obtida na avaliação, o acadêmico terá direito de solicitar revisão de prova, nos termos das resoluções vigentes na UDESC.

Art. 4º A publicação das médias semestrais e exames finais no Sistema de

Gestão Acadêmica deverá obedecer aos prazos fixados no Calendário Acadêmico.

§1º O professor deverá, para cada disciplina ministrada, encaminhar à Secretaria de Ensino de Graduação os exames finais realizados e a lista de presença dos acadêmicos nestes exames.

§2º A entrega do Diário Acadêmico deverá ocorrer em conformidade com as datas estabelecidas no Calendário Acadêmico.

Art. 5º A inclusão da frequência, no Sistema de Gestão Acadêmica, deverá ser realizada até 10 (dez) dias úteis após a realização da atividade de ensino.

Parágrafo único. Eventualmente, o prazo de 10 (dez) dias poderá ser reduzido para atender aos prazos dispostos no Calendário Acadêmico.

Para as disciplinas na modalidade EaD, o professor deverá realizar também, no mínimo, duas avaliações presenciais. As demais avaliações (participação em fóruns, exercícios, trabalhos colaborativos, dentre outros) poderão ser realizadas de forma online. Os professores das disciplinas ofertadas nas modalidades presencial e em EaD deverão informar aos alunos o calendário, o horário e o local das avaliações.

O controle da frequência dos alunos será feito pelos professores no Sistema de Gestão Acadêmica (SIGA), respeitado o percentual mínimo de 75% como requisito para aprovação, conforme estabelece o Regimento Geral da UDESC.

10. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS FRENTE À AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A autoavaliação do curso está fundamentada na Lei nº 10.861 do SINAES, e abrange as estruturas de ensino, pesquisa, extensão e administração, seguindo as normas estabelecidas no Roteiro de Autoavaliação Institucional, elaborado pelo Ministério da Educação (INEP, 2004).

Na busca do autoconhecimento e de subsídios para a melhoria e aperfeiçoamento da qualidade das ações do curso, a avaliação é conduzida pela Comissão Setorial de Avaliação (CSAs) do Centro e incentivada pela Direção Geral da ESAG por meio dos Chefes de Departamento, Conselhos de Líderes e Diretório Acadêmico. Também no âmbito universitário, o curso de Administração Pública está amparado pela Comissão Própria de Avaliação (COAI), órgão colegiado permanente ligado à Pró-Reitoria de Ensino que tem implementa e sistematiza o processo de avaliação institucional da UDESC, aí incluída a avaliação do processo ensino-aprendizagem.

- **Atividades de autoavaliação:**

Ao longo dos últimos anos o Departamento de Administração Pública realizou diversas atividades de diagnóstico e autoavaliação do curso, dentre elas:

- Fórum pedagógico de compartilhamento dos dados e informações coletadas da Avaliação Institucional;
- Diálogo com os líderes de classe para identificar deficiências na formação, causas de reprovação e demandas dos discentes e tomar as medidas necessárias em prol da qualidade do ensino;
- Acompanhamento e análise do abandono de estudantes no curso, reingresso e a movimentação intercurso;
- Monitoramento da taxa de retenção discente – integralização de créditos no curso pelos discentes, de modo a evitar que os estudantes ultrapassem o período máximo de integralização curricular;
- Verificação do número de ingressantes no curso por semestre em relação aos concluintes para aferir a eficácia do curso. Esta análise visa (re)conhecer causas da retenção e/ou baixa eficácia e nível de efetividade do curso;
- Levantamento contínuo junto aos docentes sobre o estado da infraestrutura,

equipamentos e acervo bibliográfico para melhoria constante e renovação do acervo.

- **Ações decorrentes da autoavaliação:**

Dentre as ações desenvolvidas a partir da autoavaliação pode-se citar:

- Apresentação do curso aos discentes e dos eixos de formação do curso e disciplinas da matriz curricular e sua relação com os conteúdos nos eixos de formação, para que o estudante conheça a matriz curricular e possibilidades de campo de atuação;
- Discussão da integração horizontal e vertical de conteúdos programáticos, com o intuito de se identificar as sobreposições, repetições e distanciamento das disciplinas pertencentes aos diferentes troncos comuns de conhecimento;
- Desenvolvimento de projeto de ensino para a capacitação e atualização dos professores;
- Reuniões pedagógicas com os docentes antes do início de cada semestre e ao término, para discussão dos planos de ensino, trabalhos interdisciplinares e compartilhamento de práticas pedagógicas que demonstraram maior aprendizado e interesse pelos discentes;
- Implantação do plano de aula para favorecer o acompanhamento dos conteúdos pelos discentes em relação aos planos de ensino;
- Uso de mídias sociais para divulgação de eventos, seminários, palestras, encontros desenvolvidos pelo curso, pela Universidade e/ou instituições externas que possibilitem ao estudante o seu desenvolvimento;
- Realização de reunião com os docentes e discentes de cada fase do curso, com o intuito de debater e traçar metas para sanar as deficiências identificadas na avaliação institucional;
- Discussão com os docentes sobre o estágio curricular obrigatório para aprimoramento dessa etapa do processo de formação;
- Desenvolvimento de banco de dados de órgãos do executivo, legislativo e judiciário, da administração direta e indireta e organizações do terceiro setor para a realização de estágios supervisionados;
- Encontro com os dirigentes de Recursos Humanos de instituições públicas para esclarecimentos do estágio curricular obrigatório e seu desenvolvimento no curso de administração pública;
- Realização de eventos, palestras, semana acadêmica que possibilitem aos estudantes seu desenvolvimento completo;
- Estímulo à participação dos estudantes em atividades de pesquisa e de extensão para

estender os limites do princípio da indissociabilidade imprescindível para a formação profissional e interação efetiva com a sociedade, assim como, para rever as práticas desenvolvidas no curso;

- Implantação de empresas juniores para o fortalecimento do processo ensino-aprendizagem e incremento das relações com a comunidade;
- Desenvolvimento de programas de monitoria para promover a melhoria na qualidade de ensino da graduação, articular teoria e prática, e contribuir com o processo de ensino aprendizagem e a redução da evasão e repetência;
- Realização de visitas técnicas em órgãos do executivo, legislativo e judiciário, da administração direta e indireta e em organizações da sociedade civil para ampliar os conhecimentos práticos e desenvolver capacidades de análise e crítica, assim como, fortalecer o vínculo com o curso de administração pública e com estas instituições;
- Realização de consultoria de procedimentos junto à órgãos do executivo e legislativo, da administração direta e indireta e organizações da sociedade civil com vistas a sistematizar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo do curso;
- Atendimento psicopedagógico aos estudantes que demonstrem necessidade e/ou busquem este tipo de apoio na instituição;
- Desenvolvimento contínuo de ações para assegurar a pontualidade e assiduidade dos docentes e discentes, para o bom funcionamento do curso;
- Estudo e desenvolvimento de estratégias para a ampliação e uso mais efetivo das tecnologias da comunicação e da informação (TIC) no processo de ensino-aprendizagem.

11. CORPO DOCENTE DO CURSO

11.1. Identificação dos docentes do curso, situação funcional, regime de trabalho e titulação

A nominata do corpo docente, com sua respectiva situação funcional, regime de trabalho e titulação pode ser verificada no Quadro 12.

Quadro 16: Titulação e regime de trabalho do corpo docente

NOME	SITUAÇÃO FUNCIONAL		REGIME DE TRABALHO					TITULAÇÃO			
	E	S	10	20	30	40	DI	G	E	M	D
Aline Regina Santos	x					x	x				x
Ana Paula Grillo Rodrigues	x					x	x				x
Arnaldo José de Lima	x					x					x
Daniel Moraes Pinheiro	x					x	x				x
Denilson Sell	x					x					x
Denise Pinheiro	x					x	x				x
Emiliana Debetir de Oliveira	x					x	x				x
Ivoneti da Silva Ramos	x					x	x			x	
Janice Mileni Bogo	x					x	x				x
José Francisco Salm Júnior	x					x					x
Karin Vieira da Silva	x					x					x
Leonardo Secchi	x					x	x				x
Maria Carolina Martinez Andion	x					x	x				x
Maurício Custódio Serafim	x					x	x				x
Mauro Sérgio Boppré Goulart ⁵	x					x	x				x
Michelini Gaia Hoffmann	x					x	x				x
Patrícia Vendramini	x					x	x				x

Continua...

⁵ Professor em readaptação funcional apenas em atividades administrativas desde 2014

NOME	SITUAÇÃO FUNCIONAL		REGIME DE TRABALHO					TITULAÇÃO			
	E	S	10	20	30	40	DI	G	E	M	D
Paula Chies Schommer	x					x	x				x
Rodrigo Bousfield	x					x	x				x
Simone Ghisi Feuerschütte ⁶	x					x	x				x
Sulivan Desirée Fischer	x					x	x				x
Valério Alcício Turnes	x					x	x				x

Legenda: E-efetivo; S- substituto; DI – dedicação integral; G-graduado; E-especialista; M-mestre; D-doutor

NOME ⁷	SITUAÇÃO FUNCIONAL		CARGA HORÁRIA DE ENSINO em 2022/2					TITULAÇÃO			
	E	S	8	10	12	16	20	G	E	M	D
Aghata Frade Ferreira		x			x					x	
Clenia de Mattia		x				x					x
Cristina Pereira Vieceli		x	x								x
Davi Baasch		x					x				x
Eduardo Cechinel		x				x				x	
Eduardo de Borba		x			x					x	
Gabriel Bertimes Di Bernardi Lopes		x				x					x
Gabriel Marmentini		x		x						x	
Guilherme Kraus dos Santos		x		x						x	
Jorge Braun Neto		x				x				x	
Julia Viezzer Baretta		x			x					x	
Juliane Vieira de Souza		x	x							x	
Julio Souto Salom		x			x						x
Samuel Martins dos Santos		x			x						x

Legenda: E-efetivo; S- substituto; DI – dedicação integral; G-graduado; E-especialista; M-mestre; D-doutor

⁶ Professora com solicitação de aposentadoria em andamento em 2022-2

⁷ Conforme situação em 2022-2

12. RECURSOS NECESSÁRIOS

12.1. Humanos

12.1.1. Identificação dos docentes a contratar por disciplina

A reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública não necessita de imediato da contratação de novos professores além daqueles já estipulados para a matriz vigente, e dos que serão contratados no concurso público de 2022 e da chamada do 2º colocado no concurso público de 2017.

Na ocasião de nova análise de número de docentes efetivos necessários para a integralização da matriz curricular, novas vagas de concurso público poderão ser abertas para o curso, pois é necessário considerar as aposentadorias, as efetivadas em 2022-2, em processo e futuras, bem como o encaminhamento do professor em regime de readaptação funcional, entre outras situações.

12.1.2. Relação dos técnicos universitários a contratar

No atual momento, o Departamento do Curso de Administração Pública não necessita de contratação de técnico/funcionário efetivo além daqueles já estipulados para a matriz vigente.

12.2. Material

Não há necessidade de novos materiais e equipamentos para viabilizar a implantação do novo PPC.

13. ACERVO

Não há necessidade de compra de acervo para a implantação do novo do Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública além do existente a matriz vigente.

14. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Tendo em consideração o que foi apresentado neste documento, que expressa a capacidade desta proposta de PPC para o Curso de Administração Pública ser implementada sem a necessidade de novos investimentos, custeio ou novas despesas com pessoal, a previsão orçamentária permanece intalterada frente aquilo já disponibilizado e previsto pela UDESC para a implementação da matriz vigente.

15. REFERÊNCIAS

BLOOM, Benjamin S. **Taxonomia dos objetivos educacionais**, vols 1 e 2, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1973.

CEN. **Resolução 1/2014** que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. MEC, 2014.

COELHO, Fernando de Souza. ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento. MIDDLEJ, Suylan. SCHOMMER, Paula Chies e TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. O campo de públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios correntes (2015-2020). **Administração: Ensino e Pesquisa**. Rio de Janeiro v. 21 nº 3 p. 488–529 Set-Dez 2020. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/1897/409>.

DAE. **Projeto Pedagógico do Curso em Administração – 2020/1**. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2019.

DAP. **Projeto de Alteração Curricular do Curso de Graduação em Administração de Serviços Públicos** do Centro de Ciências da Administração – ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Resolução 002/05 – CONSUNI/UDESC, 2005.

DAP. Reforma curricular do curso de Bacharelado em Administração de Serviços Públicos do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – ESAG da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. RESOLUÇÃO Nº 097/2007 – CONSUNI - que passa a ser denominado curso de Bacharelado em Administração Pública, 2007.

DAP. Alteração curricular do Curso de Graduação em Administração Pública, do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, RESOLUÇÃO Nº 026/2011 – CONSEPE, 2011.

DAP. Ajuste curricular no Curso de Administração Pública, do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, RESOLUÇÃO Nº 040/2017 – CONSEPE, 2017.

ESAG. Curso de Administração de Serviços Públicos. Aprovado pela Resolução nº 001/2004 - CONSUNI, de 25 de março de 2004.

INEP. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinaes>, MEC, 2004.

MEC. Ministério da Educação. Portaria Nº 2.253, de 18 de outubro de 2001. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/portaria-2253-2001/>

MEC. Ministério da Educação. Referenciais de qualidade para educação superior a distância. Brasília: agosto de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>

MEC. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2669/portaria-mec-n-1.428>

MEC. Ministério da Educação. Portaria MEC no. nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2968>

MEC. Ministério da Educação. Ações Afirmativas. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/etnico-racial/acoes-afirmativas>. 2020

QUERINO, Mariana. O processo de adaptação estratégica da Escola Superior de Administração e Gerência: da concepção à percepção de seus gestores estratégicos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina, 2012.

SALM, J. F., SCHOMMER, P. C., HEIDEMANN, F. G., VENDRAMINI, P., MENEGASSO, M. E. Curso de administração pública da Universidade do Estado de Santa Catarina: **uma construção à luz da coprodução do bem público e do novo serviço público**. Temas de administração pública, UNESP. Araraquara, v.2, p.1 - 29, 2011.

UDESC. Moodle UDESC – Ambiente Virtual de Aprendizagem. Disponível em <https://www.moodle.UDESC.br/>, Acesso em 11 de outubro de 2019.

UDESC. ESAG. Espaço Inovador de Ensino Espine. Disponível em: https://www.udesc.br/esag/deq/reserva_salas_espine Acesso em 28 de setembro de 2022.

APÊNDICE 1: PLANEJAMENTO DA ALOCAÇÃO DOCENTE NOS 5 PRIMEIROS ANOS DE IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO 2023

A. Alocação de 2023-2 até 2024-2

Fase	Disciplina ⁸	Créditos	2023-2		2024-1		2024-2	
			Matutino	Noturno	Matutino	Noturno	Matutino	Noturno
1ª currículo 2023	Introdução à Administração Pública	2	Emiliana Debetir	Emiliana Debetir	Emiliana Debetir	Emiliana Debetir	Emiliana Debetir	Emiliana Debetir
	Comportamento Humano na Gestão Pública	4	Ana Paula Grillo	Ana Paula Grillo	Ana Paula Grillo	Ana Paula Grillo	Ana Paula Grillo	Ana Paula Grillo
	Matemática aplicada à Administração Pública	4						
	Filosofia	2						
	Sociologia aplicada à Administração Pública	2	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)
	Direito Constitucional	4	Denise Pinheiro	Denise Pinheiro	Denise Pinheiro	Denise Pinheiro	Denise Pinheiro	Denise Pinheiro
	Tópicos Especiais 1 (Gestão Pública) (EaD)	2						
2ª currículo 2023	Produção do Conhecimento Científico na Administração Pública (EaD)	2	Arnaldo José de Lima	Arnaldo José de Lima	Arnaldo José de Lima	Arnaldo José de Lima	Arnaldo José de Lima	Arnaldo José de Lima
	Teorias da Administração Pública	4	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim
	Direito Administrativo	4	Denise Pinheiro	Rodrigo Bousfield	Denise Pinheiro	Rodrigo Bousfield	Denise Pinheiro	Rodrigo Bousfield
	Métodos Estatísticos	4						
	Economia aplicada à Administração Pública	4	Ivoneti Ramos	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Ivoneti Ramos	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Ivoneti Ramos	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)
	Ciência Política	4	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)
	Introdução à Ciência de Dados (EaD)	4	Denilson Sell	Denilson Sell	Denilson Sell	Denilson Sell	Denilson Sell	Denilson Sell

Continua...

⁸ As disciplinas sem docentes alocados poderão ser conduzidas por professor efetivo de outro departamento da UDESC/ESAG ou professor substituto de um dos departamentos da UDESC/ESAG: DAP, DCE ou DAE ou, ainda, de outros centros da UDESC.

Fase	Disciplina	Créditos	2023-2		2024-1		2024-2	
			Matutino	Noturno	Matutino	Noturno	Matutino	Noturno
3ª currículo 2023	Direito Tributário	2	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield
	Antropologia da Política	2	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro
	Administração Pública Brasileira	4	Sullivan Fischer	Sullivan Fischer	Sullivan Fischer	Sullivan Fischer	Sullivan Fischer	Sullivan Fischer
	Gestão de Estruturas e Processos Organizacionais	4	Janice Mileni Bogo	Arnaldo José de Lima	Janice Mileni Bogo	Arnaldo José de Lima	Janice Mileni Bogo	Arnaldo José de Lima
	Comunicação e Negociação na Esfera Pública	4	Patrícia Vendramini	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Patrícia Vendramini	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Patrícia Vendramini	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)
	Coprodução do bem público	4	Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução	Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução	Paula Schommer	Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução	Paula Schommer	Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução
	Finanças Públicas (EaD)	4	Ivoneti Ramos	Ivoneti Ramos	Ivoneti Ramos	Ivoneti Ramos	Ivoneti Ramos	Ivoneti Ramos
4ª currículo 2023	Licitações e Contratos Públicos	2	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield
	Orçamento Público	4	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)
	Ética na Administração Pública	2	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim
	Planejamento Público	4	Valério Turnes	Valério Turnes	Valério Turnes	Valério Turnes	Valério Turnes	Valério Turnes
	Tecnologias Digitais na Administração Pública	4	Denilson Sell	José Francisco Salm Júnior	Denilson Sell	José Francisco Salm Júnior	Denilson Sell	José Francisco Salm Júnior
	Gestão de Pessoas na Administração Pública	4	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)
	Teorias de Política Pública (EaD)	4	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi

Continua...

Fase	Disciplina	Créditos	2023-2		2024-1		2024-2	
			Matutino	Noturno	Matutino	Noturno	Matutino	Noturno
5ª currículo 2023	Desenvolvimento Territorial Sustentável	4	Karin Vieira da Silva	Valério Turnes	Karin Vieira da Silva	Karin Vieira da Silva	Karin Vieira da Silva	Karin Vieira da Silva
	Contabilidade aplicada ao Setor Público	4	<i>Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)</i>	<i>Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)</i>	<i>Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)</i>	<i>Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)</i>	<i>Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)</i>	<i>Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)</i>
	Gestão Pública e Governança	4	Maria Carolina Andion	<i>Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução</i>	Maria Carolina Andion	<i>Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução</i>	Maria Carolina Andion	<i>Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução</i>
	Marketing e Comunicação no Setor Público	4	Aline Santos	Aline Santos	Aline Santos	Aline Santos	Aline Santos	Aline Santos
	Inovação no Serviço e no Setor Público	4	Micheline Hoffmann	Micheline Hoffmann	Micheline Hoffmann	Micheline Hoffmann	Micheline Hoffmann	Micheline Hoffmann
	Unidade Curricular de Extensão I	2	<i>Sem alocação docente</i>					

Continua...

Fase	Disciplina	Créditos	2023-2	
			Matutino	Noturno
6ª currículo 2020	Sistemas de Accountability	4	Paula Schommer	Paula Schommer
	Gestão de Projetos Públicos	4	Aline Santos	Micheline Hoffmann
	Gestão de Custos Públicos	4		Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)
	Sociedade Civil e Políticas Públicas	4	Maria Carolina Andion	Maria Carolina Andion
	Gestão da Responsabilidade Socioambiental	4	Janice Mileni Bogo	Janice Mileni Bogo

Fase	Disciplina	Créditos	2023-2		2024-1		2024-2	
			Matutino	Noturno	Matutino	Noturno	Matutino	Noturno
6ª currículo 2023	Sistemas de Accountability	4			Paula Schommer	Paula Schommer	Paula Schommer	Paula Schommer
	Gestão de Projetos Públicos	4			Aline Santos	Micheline Hoffmann	Micheline Hoffmann	Aline Santos
	Gestão de Custos Públicos	4				Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)		Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)
	Sociedade Civil e Políticas Públicas	4			Maria Carolina Andion	Maria Carolina Andion	Maria Carolina Andion	Maria Carolina Andion
	Gestão da Responsabilidade Socioambiental	4			Janice Mileni Bogo	Janice Mileni Bogo	Janice Mileni Bogo	Janice Mileni Bogo
	Unidade Curricular de Extensão II	2			Sem alocação docente			

Continua...

Fase	Disciplina	Créditos	2023-2		2024-1	
			Matutino	Noturno	Matutino	Noturno
7º currículo 2020	Plataformas Digitais na Administração Pública	4	José Francisco Salm Júnior	José Francisco Salm Júnior	José Francisco Salm Júnior	José Francisco Salm Júnior
	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	4			Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro
	Gestão de Cidades	4	Emiliana Debetir	Karin Vieira da Silva	Emiliana Debetir	Karin Vieira da Silva
	Tópicos Especiais 2 (Governança e Coprodução)	4			Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução	Emiliana Debetir
	Trabalho de Conclusão de Curso I	10	Alocação de um docente como orientador para cada aluno			

Fase	Disciplina	Créditos	2023-2		2024-1		2024-2	
			Matutino	Noturno	Matutino	Noturno	Matutino	Noturno
7º currículo 2023	Plataformas Digitais na Administração Pública	4					José Francisco Salm Júnior	José Francisco Salm Júnior
	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	4					Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro
	Gestão de Cidades	4					Emiliana Debetir	Karin Vieira da Silva
	Tópicos Especiais 2 (Governança e Coprodução) (EaD)	4					Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução	
	Trabalho de Conclusão de Curso	4						Emiliana Debetir
	Estágio Curricular Supervisionado I	10					Alocação de um docente como orientador para cada aluno	

Continua...

Fase	Disciplina	Créditos	2023-2	
			Matutino	Noturno
8o currículo 2007	Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos	4		
	Gestão de Espaços Urbanos	4	Karin Vieira da Silva	
	Relações Intergovernamentais	2	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi
	Teoria e Prática de Administração de Serviços Públicos	4	Sulivan Fischer	Emiliana Debetir
	Sistemas de Accountability	2	Paula Schommer	Paula Schommer
	Desenvolvimento de Lideranças	2	Ana Paula Grillo	Ana Paula Grillo

Fase	Disciplina	Créditos	2023-2		2024-1		2024-2	
			Matutino	Noturno	Matutino	Noturno	Matutino	Noturno
8o currículo 2020	Consultoria em Administração Pública	4			Sulivan Fischer	Valério Turnes	Sulivan Fischer	Valério Turnes
	Desenvolvimento Gerencial e Liderança na Administração Pública	4			Ana Paula Grillo		Ana Paula Grillo	
	Tópicos Especiais 3 (Política e Políticas Públicas)	2			Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi
	Tópicos Especiais 4 (Inovação no Setor Público) (EaD)	4						
	Trabalho de Conclusão de Curso II	10			Alocação de um docente como orientador para cada aluno			

B. Alocação de 2025-1 até 2026-1

Fase	Disciplina ⁹	Créditos	2025-1		2025-2		2026-1	
			Matutino	Noturno	Matutino	Noturno	Matutino	Noturno
1a currículo 2023	Introdução à Administração Pública	2	Emiliana Debetir	Emiliana Debetir	Emiliana Debetir	Emiliana Debetir	Emiliana Debetir	Emiliana Debetir
	Comportamento Humano na Gestão Pública	4	Ana Paula Grillo	Ana Paula Grillo	Ana Paula Grillo	Ana Paula Grillo	Ana Paula Grillo	Ana Paula Grillo
	Matemática aplicada à Administração Pública	4						
	Filosofia	2						
	Sociologia aplicada à Administração Pública	2	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)
	Direito Constitucional	4	Denise Pinheiro	Denise Pinheiro	Denise Pinheiro	Denise Pinheiro	Denise Pinheiro	Denise Pinheiro
	Tópicos Especiais 1 (Gestão Pública) (EaD)	2					Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)
	Produção do Conhecimento Científico na Administração Pública (EaD)	2	Arnaldo José de Lima	Arnaldo José de Lima	Arnaldo José de Lima	Arnaldo José de Lima	Arnaldo José de Lima	Arnaldo José de Lima
2a currículo 2023	Teorias da Administração Pública	4	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim
	Direito Administrativo	4	Denise Pinheiro	Rodrigo Bousfield	Denise Pinheiro	Rodrigo Bousfield	Denise Pinheiro	Rodrigo Bousfield
	Métodos Estatísticos	4						
	Economia aplicada à Administração Pública	4	Ivoneti Ramos	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Ivoneti Ramos	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Ivoneti Ramos	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)
	Ciência Política	4	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)
	Introdução à Ciência de Dados (EaD)	4	Denilson Sell	Denilson Sell	Denilson Sell	Denilson Sell	Denilson Sell	Denilson Sell

Continua...

⁹ As disciplinas sem docentes alocados poderão ser conduzidas por professor efetivo de outro departamento da UDESC/ESAG ou professor substituto de um dos departamentos da UDESC/ESAG: DAP, DCE ou DAE ou, ainda, de outros centros da UDESC.

Fase	Disciplina	Créditos	2025-1		2025-2		2026-1	
			Matutino	Noturno	Matutino	Noturno	Matutino	Noturno
3a currículo 2023	Direito Tributário	2	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield
	Antropologia da Política	2	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro
	Administração Pública Brasileira	4	Sullivan Fischer	Sullivan Fischer	Sullivan Fischer	Sullivan Fischer	Sullivan Fischer	Sullivan Fischer
	Gestão de Estruturas e Processos Organizacionais	4	Janice Mileni Bogo	Arnaldo José de Lima	Janice Mileni Bogo	Arnaldo José de Lima	Janice Mileni Bogo	Arnaldo José de Lima
	Comunicação e Negociação na Esfera Pública	4	Patrícia Vendramini	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Patrícia Vendramini	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Patrícia Vendramini	Patrícia Vendramini
	Coprodução do bem público	4	Paula Schommer	Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução	Paula Schommer	Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução	Paula Schommer	Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução
	Finanças Públicas (EaD)	4	Ivoneti Ramos	Ivoneti Ramos	Ivoneti Ramos	Ivoneti Ramos	Ivoneti Ramos	Ivoneti Ramos
4a currículo 2023	Licitações e Contratos Públicos	2	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield
	Orçamento Público	4	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)
	Ética na Administração Pública	2	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim
	Planejamento Público	4	Valério Turnes	Valério Turnes	Valério Turnes	Valério Turnes	Valério Turnes	Valério Turnes
	Tecnologias Digitais na Administração Pública	4	Denilson Sell	José Francisco Salm Júnior	Denilson Sell	José Francisco Salm Júnior	Denilson Sell	José Francisco Salm Júnior
	Gestão de Pessoas na Administração Pública	4	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)
	Teorias de Política Pública (EaD)	4	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi

Continua...

Fase	Disciplina	Créditos	2025-1		2025-2		2026-1	
			Matutino	Noturno	Matutino	Noturno	Matutino	Noturno
5a currículo 2023	Desenvolvimento Territorial Sustentável	4	Karin Vieira da Silva	Karin Vieira da Silva	Karin Vieira da Silva	Karin Vieira da Silva	Karin Vieira da Silva	Karin Vieira da Silva
	Contabilidade aplicada ao Setor Público	4	Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)	Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)	Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)	Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)	Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)	Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)
	Gestão Pública e Governança	4	Maria Carolina Andion	Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução	Maria Carolina Andion	Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução	Maria Carolina Andion	Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução
	Marketing e Comunicação no Setor Público	4	Aline Santos	Aline Santos	Aline Santos	Aline Santos	Aline Santos	Aline Santos
	Inovação no Serviço e no Setor Público	4	Micheline Hoffmann	Micheline Hoffmann	Micheline Hoffmann	Micheline Hoffmann	Micheline Hoffmann	Micheline Hoffmann
	Unidade Curricular de Extensão I	2	Sem alocação docente					
6a currículo 2023	Sistemas de Accountability	4	Paula Schommer	Paula Schommer	Paula Schommer	Paula Schommer	Paula Schommer	Paula Schommer
	Gestão de Projetos Públicos	4	Aline Santos	Micheline Hoffmann	Micheline Hoffmann	Aline Santos	Aline Santos	Micheline Hoffmann
	Gestão de Custos Públicos	4		Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)		Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)		Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)
	Sociedade Civil e Políticas Públicas	4	Maria Carolina Andion	Maria Carolina Andion	Maria Carolina Andion	Maria Carolina Andion	Maria Carolina Andion	Maria Carolina Andion
	Gestão da Responsabilidade Socioambiental	4	Janice Mileni Bogo	Janice Mileni Bogo	Janice Mileni Bogo	Janice Mileni Bogo	Janice Mileni Bogo	Janice Mileni Bogo
	Unidade Curricular de Extensão II	2	Sem alocação docente					

Continua...

Fase	Disciplina	Créditos	2025-1		2025-2		2026-1	
			Matutino	Noturno	Matutino	Noturno	Matutino	Noturno
7o currículo 2023	Plataformas Digitais na Administração Pública	4	José Francisco Salm Júnior	José Francisco Salm Júnior	José Francisco Salm Júnior	José Francisco Salm Júnior	José Francisco Salm Júnior	José Francisco Salm Júnior
	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	4	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro
	Gestão de Cidades	4	Emiliana Debetir	Karin Vieira da Silva	Emiliana Debetir	Karin Vieira da Silva	Emiliana Debetir	Karin Vieira da Silva
	Tópicos Especiais 2 (Governança e Coprodução) (EaD)	4	<i>Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução</i>		<i>Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução</i>		<i>Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução</i>	
	Trabalho de Conclusão de Curso	4		Emiliana Debetir		Emiliana Debetir		Emiliana Debetir
	Estágio Curricular Supervisionado I	10	<i>Alocação de um docente como orientador para cada aluno</i>					
8o currículo 2023	Consultoria em Administração Pública	4	Sullivan Fischer	Valério Turnes	Sullivan Fischer	Valério Turnes	Sullivan Fischer	Valério Turnes
	Desenvolvimento Gerencial e Liderança na Administração Pública	4	Ana Paula Grillo		Ana Paula Grillo		Ana Paula Grillo	Patrícia Vendramini
	Tópicos Especiais 3 (Política e Políticas Públicas)	2	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi
	Tópicos Especiais 4 (Inovação no Setor Público) (EaD)	4						
	Estágio Curricular Supervisionado II	10	<i>Alocação de um docente como orientador para cada aluno</i>					

C. Alocação de 2026-2 até 2027-2

Fase	Disciplina ¹⁰	Créditos	2026-2		2027-1		2027-2	
			Matutino	Noturno	Matutino	Noturno	Matutino	Noturno
1a currículo 2023	Introdução à Administração Pública	2	Emiliana Debetir	Emiliana Debetir	Emiliana Debetir	Emiliana Debetir	Emiliana Debetir	Emiliana Debetir
	Comportamento Humano na Gestão Pública	4	Ana Paula Grillo	Ana Paula Grillo	Ana Paula Grillo	Ana Paula Grillo	Ana Paula Grillo	Ana Paula Grillo
	Matemática aplicada à Administração Pública	4						
	Filosofia	2						
	Sociologia aplicada à Administração Pública	2	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)
	Direito Constitucional	4	Denise Pinheiro	Denise Pinheiro	Denise Pinheiro	Denise Pinheiro	Denise Pinheiro	Denise Pinheiro
	Tópicos Especiais 1 (Gestão Pública) (EaD)	2	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)
	Produção do Conhecimento Científico na Administração Pública (EaD)	2	Arnaldo José de Lima	Arnaldo José de Lima	Arnaldo José de Lima	Arnaldo José de Lima	Arnaldo José de Lima	Arnaldo José de Lima
2a currículo 2023	Teorias da Administração Pública	4	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim
	Direito Administrativo	4	Denise Pinheiro	Rodrigo Bousfield	Denise Pinheiro	Rodrigo Bousfield	Denise Pinheiro	Rodrigo Bousfield
	Métodos Estatísticos	4						
	Economia aplicada à Administração Pública	4	Ivoneti Ramos	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Ivoneti Ramos	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Ivoneti Ramos	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)
	Ciência Política	4	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)
	Introdução à Ciência de Dados (EaD)	4	Denilson Sell	Denilson Sell	Denilson Sell	Denilson Sell	Denilson Sell	Denilson Sell

Continua...

¹⁰ As disciplinas sem docentes alocados poderão ser conduzidas por professor efetivo de outro departamento da UDESC/ESAG ou professor substituto de um dos departamentos da UDESC/ESAG: DAP, DCE ou DAE ou, ainda, de outros centros da UDESC.

Fase	Disciplina	Créditos	2026-2		2027-1		2027-2	
			Matutino	Noturno	Matutino	Noturno	Matutino	Noturno
3a currículo 2023	Direito Tributário	2	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield
	Antropologia da Política	2	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro
	Administração Pública Brasileira	4	Sullivan Fischer	Sullivan Fischer	Sullivan Fischer	Sullivan Fischer	Sullivan Fischer	Sullivan Fischer
	Gestão de Estruturas e Processos Organizacionais	4	Janice Mileni Bogo	Arnaldo José de Lima	Janice Mileni Bogo	Arnaldo José de Lima	Janice Mileni Bogo	Arnaldo José de Lima
	Comunicação e Negociação na Esfera Pública	4	Patrícia Vendramini	Patrícia Vendramini	Patrícia Vendramini	Patrícia Vendramini	Patrícia Vendramini	Patrícia Vendramini
	Coprodução do bem público	4	Paula Schommer	Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução	Paula Schommer	Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução	Paula Schommer	Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução
	Finanças Públicas (EaD)	4	Ivoneti Ramos	Ivoneti Ramos	Ivoneti Ramos	Ivoneti Ramos	Ivoneti Ramos	Ivoneti Ramos
4a currículo 2023	Licitações e Contratos Públicos	2	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield
	Orçamento Público	4	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)
	Ética na Administração Pública	2	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim	Maurício Serafim
	Planejamento Público	4	Valério Turnes	Valério Turnes	Valério Turnes	Valério Turnes	Valério Turnes	Valério Turnes
	Tecnologias Digitais na Administração Pública	4	Denilson Sell	José Francisco Salm Júnior	Denilson Sell	José Francisco Salm Júnior	Denilson Sell	José Francisco Salm Júnior
	Gestão de Pessoas na Administração Pública	4	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)
	Teorias de Política Pública (EaD)	4	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi

Continua...

Fase	Disciplina	Créditos	2026-2		2027-1		2027-2	
			Matutino	Noturno	Matutino	Noturno	Matutino	Noturno
5a currículo 2023	Desenvolvimento Territorial Sustentável	4	Karin Vieira da Silva	Karin Vieira da Silva	Karin Vieira da Silva	Karin Vieira da Silva	Karin Vieira da Silva	Karin Vieira da Silva
	Contabilidade aplicada ao Setor Público	4	Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)	Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)	Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)	Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)	Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)	Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)
	Gestão Pública e Governança	4	Maria Carolina Andion	Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução	Maria Carolina Andion	Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução	Maria Carolina Andion	Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução
	Marketing e Comunicação no Setor Público	4	Aline Santos	Aline Santos	Aline Santos	Aline Santos	Aline Santos	Aline Santos
	Inovação no Serviço e no Setor Público	4	Micheline Hoffmann	Micheline Hoffmann	Micheline Hoffmann	Micheline Hoffmann	Micheline Hoffmann	Micheline Hoffmann
	Unidade Curricular de Extensão I	2	Sem alocação docente					
6a currículo 2023	Sistemas de Accountability	4	Paula Schommer	Paula Schommer	Paula Schommer	Paula Schommer	Paula Schommer	Paula Schommer
	Gestão de Projetos Públicos	4	Micheline Hoffmann	Aline Santos	Aline Santos	Micheline Hoffmann	Micheline Hoffmann	Aline Santos
	Gestão de Custos Públicos	4		Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)		Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)		Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)
	Sociedade Civil e Políticas Públicas	4	Maria Carolina Andion	Maria Carolina Andion	Maria Carolina Andion	Maria Carolina Andion	Maria Carolina Andion	Maria Carolina Andion
	Gestão da Responsabilidade Socioambiental	4	Janice Mileni Bogo	Janice Mileni Bogo	Janice Mileni Bogo	Janice Mileni Bogo	Janice Mileni Bogo	Janice Mileni Bogo
	Unidade Curricular de Extensão II	2	Sem alocação docente					

Continua...

Fase	Disciplina	Créditos	2026-2		2027-1		2027-2	
			Matutino	Noturno	Matutino	Noturno	Matutino	Noturno
7o currículo 2023	Plataformas Digitais na Administração Pública	4	José Francisco Salm Júnior	José Francisco Salm Júnior	José Francisco Salm Júnior	José Francisco Salm Júnior	José Francisco Salm Júnior	José Francisco Salm Júnior
	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	4	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro
	Gestão de Cidades	4	Emiliana Debetir	Karin Vieira da Silva	Emiliana Debetir	Karin Vieira da Silva	Emiliana Debetir	Karin Vieira da Silva
	Tópicos Especiais 2 (Governança e Coprodução) (EaD)	4	<i>Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução</i>		<i>Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução</i>		<i>Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução</i>	
	Trabalho de Conclusão de Curso	4		Emiliana Debetir		Emiliana Debetir		Emiliana Debetir
	Estágio Curricular Supervisionado I	10	<i>Alocação de um docente como orientador para cada aluno</i>					
8o currículo 2023	Consultoria em Administração Pública	4	Sullivan Fischer	Valério Turnes	Sullivan Fischer	Valério Turnes	Sullivan Fischer	Valério Turnes
	Desenvolvimento Gerencial e Liderança na Administração Pública	4	Ana Paula Grillo	Patrícia Vendramini	Ana Paula Grillo	Patrícia Vendramini	Ana Paula Grillo	Patrícia Vendramini
	Tópicos Especiais 3 (Política e Políticas Públicas)	2	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi
	Tópicos Especiais 4 (Inovação no Setor Público) (EaD)	4						
	Estágio Curricular Supervisionado II	10	<i>Alocação de um docente como orientador para cada aluno</i>					

E. Alocação de 2028-1

			2028-1	
Fase	Disciplina ¹¹	Créditos	Matutino	Noturno
1a currículo 2023	Introdução à Administração Pública	2	Emiliana Debetir	Emiliana Debetir
	Comportamento Humano na Gestão Pública	4	Ana Paula Grillo	Ana Paula Grillo
	Matemática aplicada à Administração Pública	4		
	Filosofia	2		
	Sociologia aplicada à Administração Pública	2	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)
	Direito Constitucional	4	Denise Pinheiro	Denise Pinheiro
	Tópicos Especiais 1 (Gestão Pública) (EaD)	2	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)	Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)
	Produção do Conhecimento Científico na Administração Pública (EaD)	2	Arnaldo José de Lima	Arnaldo José de Lima
2a currículo 2023	Teorias da Administração Pública	4	Maurício Serafim	Maurício Serafim
	Direito Administrativo	4	Denise Pinheiro	Rodrigo Bousfield
	Métodos Estatísticos	4		
	Economia aplicada à Administração Pública	4	Ivoneti Ramos	Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)
	Ciência Política	4	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)	Concurso público 2022 (Sociologia e Ciência Política)
	Introdução à Ciência de Dados (EaD)	4	Denilson Sell	Denilson Sell

Continua...

¹¹ As disciplinas sem docentes alocados poderão ser conduzidas por professor efetivo de outro departamento da UDESC/ESAG ou professor substituto de um dos departamentos da UDESC/ESAG: DAP, DCE ou DAE ou, ainda, de outros centros da UDESC.

			2028-1	
Fase	Disciplina	Créditos	Matutino	Noturno
3a currículo 2023	Direito Tributário	2	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield
	Antropologia da Política	2	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro
	Administração Pública Brasileira	4	Sullivan Fischer	Sullivan Fischer
	Gestão de Estruturas e Processos Organizacionais	4	Janice Mileni Bogo	Arnaldo José de Lima
	Comunicação e Negociação na Esfera Pública	4	Patrícia Vendramini	Patrícia Vendramini
	Coprodução do bem público	4	Paula Schommer	<i>Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução</i>
	Finanças Públicas (EaD)	4	Ivoneti Ramos	Ivoneti Ramos
4a currículo 2023	Licitações e Contratos Públicos	2	Rodrigo Bousfield	Rodrigo Bousfield
	Orçamento Público	4	<i>Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)</i>	<i>Concurso público 2022 (Economia do Setor Público)</i>
	Ética na Administração Pública	2	Maurício Serafim	Maurício Serafim
	Planejamento Público	4	Valério Turnes	Valério Turnes
	Tecnologias Digitais na Administração Pública	4	Denilson Sell	José Francisco Salm Júnior
	Gestão de Pessoas na Administração Pública	4	<i>Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)</i>	<i>Concurso público 2022 (Administração de Pessoal)</i>
	Teorias de Política Pública (EaD)	4	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi

Continua...

			2028-1	
Fase	Disciplina	Créditos	Matutino	Noturno
5a currículo 2023	Desenvolvimento Territorial Sustentável	4	Karin Vieira da Silva	Karin Vieira da Silva
	Contabilidade aplicada ao Setor Público	4	<i>Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)</i>	<i>Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)</i>
	Gestão Pública e Governança	4	Maria Carolina Andion	<i>Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução</i>
	Marketing e Comunicação no Setor Público	4	Aline Santos	Aline Santos
	Inovação no Serviço e no Setor Público	4	Micheline Hoffmann	Micheline Hoffmann
	Unidade Curricular de Extensão I	2	<i>Sem alocação docente</i>	
6a currículo 2023	Sistemas de Accountability	4	Paula Schommer	Paula Schommer
	Gestão de Projetos Públicos	4	Aline Santos	Micheline Hoffmann
	Gestão de Custos Públicos	4		<i>Concurso público 2022 (Contab e Finanças Públicas)</i>
	Sociedade Civil e Políticas Públicas	4	Maria Carolina Andion	Maria Carolina Andion
	Gestão da Responsabilidade Socioambiental	4	Janice Mileni Bogo	Janice Mileni Bogo
	Unidade Curricular de Extensão II	2	<i>Sem alocação docente</i>	

Continua...

			2028-1	
Fase	Disciplina	Créditos	Matutino	Noturno
7o currículo 2023	Plataformas Digitais na Administração Pública	4	José Francisco Salm Júnior	José Francisco Salm Júnior
	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	4	Daniel Pinheiro	Daniel Pinheiro
	Gestão de Cidades	4	Emiliana Debetir	Karin Vieira da Silva
	Tópicos Especiais 2 (Governança e Coprodução) (EaD)	4	<i>Prof. concurso público 2017 - Adm Pública e Coprodução</i>	
	Trabalho de Conclusão de Curso	4		Emiliana Debetir
	Estágio Curricular Supervisionado I	10	<i>Alocação de um docente como orientador para cada aluno</i>	
8o currículo 2023	Consultoria em Administração Pública	4	Sullivan Fischer	Valério Turnes
	Desenvolvimento Gerencial e Liderança na Administração Pública	4	Ana Paula Grillo	Patrícia Vendramini
	Tópicos Especiais 3 (Política e Políticas Públicas)	2	Leonardo Secchi	Leonardo Secchi
	Tópicos Especiais 4 (Inovação no Setor Público) (EaD)	4		
	Estágio Curricular Supervisionado II	10	<i>Alocação de um docente como orientador para cada aluno</i>	

F. Consolidação da carga horária docente de 2023-2 até 2028-1

	2023-2		2024-1		2024-2		2025-1		2025-2		2026-1		2026-2		2027-1		2027-2		2028-1	
	Mat	Not	Mat	Not	Mat	Not	Mat	Not	Mat	Not	Mat	Not	Mat	Not	Mat	Not	Mat	Not	Mat	Not
Docente¹²	C/H		C/H		C/H		C/H		C/H		C/H		C/H		C/H		C/H		C/H	
Aline Regina Santos	8	4	8	4	4	8	8	4	8	4	8	4	4	8	8	4	4	8	8	4
Ana Paula Grillo Rodrigues	6	6	8	4	8	4	8	4	6	6	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4
Arnaldo José de Lima ¹³	2	6	2	6	2	6	2	6	2	6	2	6	2	6	2	6	2	6	2	6
Daniel Moraes Pinheiro ¹⁴	2	2	6	6	6	6	6	6	2	2	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Denilson Sell	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4
Denise Pinheiro	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4
Emiliana Debetir de Oliveira	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Ivoneti da Silva Ramos	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4
Janice Mileni Bogo	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4
José Francisco Salm Júnior	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8
Karin Vieira da Silva	8	4	4	8	4	8	4	8	8	4	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8
Leonardo Secchi	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Maria Carolina Martinez Andion	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4
Maurício Custódio Serafim	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Mauro Sérgio Boppré Goulart ¹⁵	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Micheline Gaia Hoffmann	4	8	4	8	8	4	4	8	4	8	4	8	8	4	4	8	8	4	4	8

Continua...

¹² Para a previsão de alocação docente nos primeiros 5 anos nas disciplinas do currículo 2023 proposto se considerou todos os professores efetivos, inclusive os a serem selecionados no concurso público de 2022 e o 2º colocado no concurso de 2017, com carga horária de 12 horas semanais na graduação. No entanto, não há como prever sua alocação na pós-graduação a cada semestre nem a efetivação do afastamento para capacitação docente, outras licenças, bem como os cargos de gestão eventualmente ocupados pelos professores. Assim, além das disciplinas sem docentes efetivos previstos, a necessidade de professores substitutos pode ser ampliada a depender das circunstâncias semestrais. É possível, também, a alocação de professores efetivos ou substitutos de outros departamentos ou de outros centros da UDESC se disponíveis e se for oportuno.

¹³ O professor conduz duas turmas da disciplina Pesquisa de Avaliação Aplicada à Administração com 2 créditos no DAE totalizando, portanto, 12 créditos

¹⁴ O professor ocupa cargo de gestão em 2023-2, portanto, mantém carga horária de apenas 4 horas da graduação

¹⁵ Professor em readaptação funcional apenas em atividades administrativas desde 2014, sem previsão de mudança da situação até 2022-2

	2023-2		2024-1		2024-2		2025-1		2025-2		2026-1		2026-2		2027-1		2027-2		2028-1	
	Mat	Not	Mat	Not	Mat	Not	Mat	Not	Mat	Not	Mat	Not	Mat	Not	Mat	Not	Mat	Not	Mat	Not
Docente¹⁶	C/H		C/H		C/H		C/H		C/H		C/H		C/H		C/H		C/H		C/H	
Patrícia Vendramini ¹⁷	4	0	4	0	4	0	4	0	4	0	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8
Paula Chies Schommer	6	6	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4
Rodrigo Bousfield	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8
Sullivan Desiré Fischer	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4
Valério Alcécio Turnes	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8
Prof. concurso público Adm de Pessoal	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Prof. concurso público Contabilidade e Finanças Públicas	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8
Prof. concurso público Economia do Setor Público	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8
Prof. concurso público Sociologia e Ciência Política	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Prof. 2o colocado concurso público 2017 - Administração Pública e Coprodução	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8	4	8

¹⁶ Para a previsão de alocação docente nos primeiros 5 anos nas disciplinas do currículo 2023 proposto se considerou todos os professores efetivos, inclusive os a serem selecionados no concurso público de 2022, com carga horária de 12 horas semanais na graduação. No entanto, não há como prever sua alocação na pós-graduação a cada semestre nem a efetivação do afastamento para pós-doutorado daqueles que ainda não o fizeram, bem como os cargos de gestão eventualmente ocupados pelos professores. Assim, além das disciplinas sem docentes efetivos previstos, a necessidade de professores substitutos pode ser ampliada a depender das circunstâncias semestrais. É possível, também, a alocação de professores efetivos ou substitutos de outros departamentos se disponíveis e se for oportuno.

¹⁷ Professora em cargo de gestão até 2025-1

ANEXO 1 – AS DCNs DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – BACHARELADO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 13 DE JANEIRO DE 2014 ¹⁸

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e nas orientações e nos referenciais contidos nos Pareceres CNE/CES nºs 583/2001 e 67/2003, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, em 29 de outubro de 2001 e 2 de junho de 2003, bem como nos termos do Parecer CNE/CES nº 266/2010, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 19 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Ficam instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, que compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas.

Parágrafo único. As diretrizes curriculares são definidas de forma ampla, de modo a contemplar a diversidade de projetos pedagógicos dos cursos existentes e futuros.

Art. 2º São princípios fundamentais a serem atingidos pelos cursos de graduação em Administração Pública:

I - o *ethos* republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela *res publica* e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;

II - a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los ao seu contexto e vocação regionais;

III - a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

Art. 3º O curso de graduação em Administração Pública deverá propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores ou gestores públicos na administração pública estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas.

Art. 4º O curso de graduação abrangido por esta Resolução deverá possibilitar as seguintes competências e habilidades:

I - reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;

II - apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;

III - desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;

IV - estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;

¹⁸ Resolução CNE/CES 1/2014. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de janeiro de 2014 – Seção 1 – pp. 17-18.

V - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;

VI - expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;

VII - ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

Art. 5º O curso de graduação em Administração Pública deverá contemplar, em seus projetos pedagógicos e na sua organização curricular, conteúdos que revelem, em uma perspectiva histórica e contextualizada, compromisso com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural.

§ 1º São conteúdos de formação básica:

I - conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;

II - estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação;

III - conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação;

IV - conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros.

§ 2º Os conteúdos de formação profissional deverão incluir aqueles sobre governos e políticas públicas comparadas, conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos, e conteúdos complementares ou especializados, oferecendo ao formando a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.

§ 3º Os conteúdos de que trata este artigo poderão ser oferecidos de forma simultânea, não requerendo, necessariamente, uma sequência compulsória, a critério de cada Instituição.

Art. 6º A natureza e a organização de cada curso deverão ser expressas por meio do seu projeto pedagógico, abrangendo, entre outros, o perfil do formando, as competências e as habilidades, os componentes curriculares, a imersão profissional ou em pesquisa, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica, além do regime acadêmico de oferta.

§ 1º O projeto pedagógico do curso deverá abranger, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação à sua inserção institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - incentivo à pesquisa como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento à iniciação científica;

IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado e suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

X - concepção e composição das atividades complementares; e

XI - inclusão obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sob as modalidades: monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

§ 2º O detalhamento dos incisos, especialmente VI a IX, será definido em regulamento próprio da Instituição de Educação Superior.

§ 3º A conclusão e a integralização curricular deverão ser expressamente estabelecidas, observado o regime acadêmico adotado pela Instituição de Educação Superior, bem como as possibilidades apresentadas na Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007.

Art. 7º O projeto pedagógico do curso deverá disciplinar o estágio supervisionado, sob várias formas, desde estágio propriamente dito até imersão acadêmica em pesquisa e outras atividades, com base em regulamento próprio de cada Instituição de Educação Superior.

Art. 8º As atividades complementares, quando houver, deverão possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, incluindo a prática de estudos e as atividades independentes, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão.

Art. 9º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório e deverá constar do projeto pedagógico do curso, e suas características deverão ser estabelecidas em regulamento próprio.

Art. 10. Com base no princípio de educação continuada, as Instituições de Educação Superior poderão incluir, no projeto pedagógico do curso, o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

Art. 11. A carga horária mínima do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, é de 3.000 horas, nos termos da Resolução CNE/CES nº 2, de 2007.

Art. 12. As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de 2 (dois) anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta Resolução.

Parágrafo único. As Instituições de Educação Superior poderão optar pela aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta Resolução.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO GONÇALVES GARCIA



Código para verificação: **0S92A2GK**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JANICE MILENI BOGO (CPF: 772.XXX.609-XX) em 06/12/2022 às 16:48:26

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:48:19 e válido até 30/03/2118 - 12:48:19.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTIwMjJfMDAwNDU2MDdfNDU2NzFfMjAyMI8wUzkyQTJHSw==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **UDESC 00045607/2022** e o código **0S92A2GK** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.